



IPARDES

fundação édison vieira INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ESTUDOS PARA UMA POLÍTICA
DE EMPREGO PARA O PARANÁ

CONVENIO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CURITIBA

MARÇO/1983

159a. IPARDES - Fundação Edison Vieira.
Estudos para uma política de emprego
para o Paraná. Curitiba, 1983.
139p.

Convênio Secretaria de Estado do Pla-
nejamento, IPARDES - Fundação Edison
Vieira.

1. Emprego - Paraná. 2. Mão-de-obra-Para-
ná. I. Título.

CDU 331.6(816.2)

IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS AUGUSTO ALBUQUERQUE - Diretor Presidente

AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET - Coordenador Técnico

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Schwinden - Augusto Cesar de Camargo Fayet - Carlos Augusto Albuquerque - Débora R. C. Guimarães - Hilária Zimowski - Mariano de Mattos Macedo - Miguel Huerga - Rinaldo Bãrcia

EQUIPE TÉCNICA

Artur Indjaian (economista) - Dimas Floriani (sociólogo) Coordenador - Eduardo Spiller (acadêmico de história) - Renata Azzolini (acadêmica de ciências sociais) - Vicente Rodriguez (sociólogo)

CONSULTOR

Carlos Alonso B. de Oliveira (economista)

COLABORAÇÃO

Elizabeth Mendes (advogada) - Hilária Zimowski (socióloga) - Igor Zanoni C. Leão (economista) - Jorge L. Mattoso (economista) - Stella Cerqueira (economista)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	v
INTRODUÇÃO.....	1
1 MARCO GERAL.....	7
1.1 DINÂMICA DE EMPREGO.....	7
1.2 POLÍTICA DE EMPREGO.....	11
1.3 O EMPREGO NO BRASIL.....	25
1.4 POLÍTICA DE EMPREGO NO BRASIL.....	41
2 EMPREGO NO PARANÁ SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	58
2.1 VARIAÇÕES RECENTES DA POPULAÇÃO, DA PEA E DA PIA.....	58
2.2 AGRICULTURA.....	62
2.3 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	71
2.4 CONSTRUÇÃO CIVIL.....	79
2.5 TERCIÁRIO.....	83
2.6 SETOR PÚBLICO.....	92
2.7 SETOR INFORMAL.....	100
2.8 BALANÇO DO MERCADO DE TRABALHO NO PARANÁ (1970-80)...	102
3 POLÍTICA DE EMPREGO NO PARANÁ.....	107
3.1 NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE EMPREGO NO PARANÁ.....	107
3.2 PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE EMPREGO.....	115
3.2.1 Recomendações Gerais.....	116
3.2.2 Programas de Emprego.....	124
3.2.3 Programa de Habitação Popular.....	125
3.2.4 Educação.....	126
3.2.5 Saúde.....	126

3.2.6	Saneamento.....	127
3.2.7	Programas Especiais.....	128
3.3	POLÍTICA ECONÔMICA E O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO.....	130
3.4	INSTRUMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE EMPREGO.....	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

LISTA DE TABELAS

- 1 PESSOAL OCUPADO DE 10 ANOS OU MAIS, EM NÚMERO ABSOLUTO, E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE, NO BRASIL - 1950-1980
- 2 TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NO TERCIÁRIO ORGANIZADO, NO BRASIL - 1950-1980
- 3 TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO, SEGUNDO ALGUNS SUBSETORES DO TERCIÁRIO ORGANIZADO, NO BRASIL - 1950-1970
- 4 PESSOAL OCUPADO DE 10 ANOS OU MAIS, POR PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO EMPREGO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO BRASIL - 1950-1980
- 5 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA, ORGANIZADO, NÃO-ORGANIZADO E CONSTRUÇÃO CIVIL, POR DÉCADA, SEGUNDO OS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS DO BRASIL - 1950-1960-1970
- 6 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL, EM PERCENTUAL, SEGUNDO DIFERENTES PERÍODOS, NOS ESTADOS UNIDOS E BRASIL - 1910-1950-1970-1980
- 7 INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO INSUMOS, VARIAÇÃO COM BASE EM 1980-1981
- 8 VARIAÇÃO DO PRODUTO REAL, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES ECONÔMICOS, NO BRASIL - 1981
- 9 TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS DA PRODUÇÃO REAL, SEGUNDO SUBSETORES E GÊNEROS INDUSTRIAIS, NO BRASIL - JAN/NOV-1981
- 10 ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL - 1975-81

- 11 EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO FATURAMENTO REAL E DO EMPREGO NO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ALGUNS RAMOS, EM SÃO PAULO.- 1981-80
- 12 ÍNDICE DE EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA - 1976 OUT. 1981
- 13 VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO DIVERSOS GÊNEROS, NO BRASIL - 1980-OUT. 1981
- 14 TAXA MÉDIA E ACRÉSCIMO DE DESEMPREGO, SEGUNDO AS SEIS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO PAÍS - 1980-81
- 15 PERCENTAGEM DAS PESSOAS OCUPADAS EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO E QUE TRABALHAM 40 HORAS OU MAIS POR SEMANA, COM RENDIMENTO DE TRABALHO INFERIOR A 1 SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL, SEGUNDO OS MESES DE JUNHO 1980 A NOVEMBRO 1981
- 16 TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1940-80
- 17 POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, NO PARANÁ - 1970-1980
- 18 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA/POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, URBANA, RURAL E TOTAL E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, NO BRASIL E NO PARANÁ - 1970-1980
- 19 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ -1960-1970-1980
- 20 PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, NO PARANÁ - 1960-1970-1975-1980
- 21 PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE PRODUTORES, NO PARANÁ - 1970-1978

- 22 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE POSSE DO PRODUTOR, NO PARANÁ - 1970-1975-1980
- 23 PESSOAL OCUPADO E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha), NO PARANÁ - 1970-1975-1980
- 24 ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, POR CONDIÇÃO DE POSSE DO PRODUTOR, NO PARANÁ - 1970-1975-1980
- 25 TOTAL E VARIAÇÃO DA ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, NO PARANÁ - 1970-1980
- 26 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR FAIXAS SALARIAIS, SEGUNDO OS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1980
- 27 VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NO PARANÁ - 1959-1970-1980
- 28 PESSOAL EMPREGADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NO PARANÁ - 1959-1970-1979-1980
- 29 PESSOAL OCUPADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1975-1979
- 30 TOTAL DE ESTABELECIMENTOS POR EMPREGO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, E EMPREGO MÉDIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NO PARANÁ - 1980
- 31 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, EM NÚMERO ABSOLUTO, E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO O SETOR DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, NO PARANÁ - 1960-1980
- 32 PESSOAL OCUPADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES,

- NO PARANÁ - 1978
- 33 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, E TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO BRASIL E PARANÁ - 1960-1970-1980
- 34 PESSOAL OCUPADO NAS GRANDES CIDADES, SEGUNDO ESTRUTURA OCUPACIONAL, NO BRASIL - 1970
- 35 PESSOAL OCUPADO NO TERCIÁRIO EM ATIVIDADE NÃO-DECLARADA, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRO-REGIÕES, NO PARANÁ - 1980
- 36 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE DO TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1960-1970-1980
- 37 PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE
- 38 PESSOAL OCUPADO EM CURITIBA E INTERIOR, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES DO SETOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO PARANÁ-1979
- 39 PESSOAL OCUPADO NO COMÉRCIO DE MERCADORIAS, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES, NO PARANÁ - 1970-1975
- 40 PESSOAL OCUPADO NO SETOR COMÉRCIO DE MERCADORIAS, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS, NO PARANÁ - 1980
- 41 PESSOAL OCUPADO NO SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRO-REGIÕES, NO PARANÁ - 1978
- 42 PESSOAL OCUPADO NO SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS, NO PARANÁ - 1980

- 43 FROTA DE CAMINHÕES, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS ENTIDADES, NO BRASIL - 1974, JAN-OUT/1981
- 44 TOTAL DE EMPREGO EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO PARANÁ - 1981
- 45 MÉDIA SALARIAL E INSTRUÇÃO SUPERIOR, SEGUNDO AS SECRETARIAS DE ESTADO, NO PARANÁ - 1981
- 46 PESSOAL OCUPADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRETA, NO PARANÁ - 1976-1981
- 47 PESSOAL OCUPADO NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS TIPOS DE ÓRGÃOS, NO PARANÁ - 1976-1981
- 48 INVESTIMENTO EM OBRAS E EMPREGO GERADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO ÓRGÃOS EM EMPREGOS/HOMENS/ANO, NO PARANÁ
- 49 TAXA ARITMÉTICA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL, TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E COEFICIENTE DE ELASTICIDADE DO PRODUTO/EMPREGO, SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS, NO PARANÁ
- 50 PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO SETORIAL EM RELAÇÃO AO EMPREGO TOTAL, NO PARANÁ - 1970-80
- 51 TAXAS ARITMÉTICAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO SETORIAL, SEGUNDO TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO TOTAL, NO PARANÁ - 1970-80
- 52 CRESCIMENTO DO EMPREGO, SEGUNDO DIFERENTES TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO, NO PARANÁ
- 53 PERCENTAGEM DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA SOBRE A RECEITA DO TESOURO - 1979-83

INTRODUÇÃO

Durante a década de 70 profundas transformações ocorreram no Paraná, implicando um grande esvaziamento populacional do Estado. Os primeiros resultados do Censo de 1980 vieram confirmar as advertências que o IPARDES fazia já há algum tempo em suas pesquisas, exigindo a elaboração de estudos de migrações, comportamento demográfico dos Estados, transformações no campo, e outros.

Este trabalho pretende responder a essa questão fazendo uma análise do crescimento populacional da década de 70, através das insuficiências do mercado de trabalho. O comportamento setorial do mercado de trabalho do Estado nesse período foi bastante heterogêneo, pois a demanda de mão-de-obra no Secundário e Terciário se mostrou extremamente dinâmica e as taxas de crescimento do emprego nesses setores foram sistematicamente superiores às verificadas no Brasil, como um todo, e às do Estado de São Paulo. Se o mercado de trabalho urbano se mostrou dinâmico, como explicar a violenta emigração do Estado no período? Por que cerca de 1 200 000 habitantes deixaram o Paraná?

A resposta pode ser encontrada no comportamento da agricultura ao longo da década. Esse setor passou por profunda transformação tecnológica, que visando aumentar a produtividade do trabalho substituiu atividades levadas a cabo por métodos tradicionais, por lavouras altamente mecanizadas e com alta utilização de insumos modernos. Evidentemente essa tecnificação permitiu não somente manter mas também elevar os níveis de produ-

ção, utilizando cada vez mais menor quantidade de mão-de-obra. De um ponto de vista social, o que ocorria era a eliminação dos pequenos produtores independentes, tanto dos proprietários como dos não-proprietários, parceiros, meeiros, etc., sendo esses últimos os mais afetados. Como esse processo ocorria num Estado que em 1970 ainda era essencialmente agrícola, o número absoluto de trabalhadores eliminados do campo era alto e, apesar de seu dinamismo, o mercado de trabalho urbano não conseguiu absorver grande parte desse excedente de mão-de-obra do campo, ou seja, como era alta a participação da População Economicamente Ativa - PEA da agricultura em relação à PEA total em 1970, o decréscimo da primeira (-1,8% ao ano) fez com que a taxa de incremento da PEA total se reduzisse drasticamente, apesar do alto índice de crescimento da PEA urbana. Assim, apesar dessa crescer 7,3% ao ano, a PEA total cresceu somente 2,4%, contra 4,0% da do Brasil e 5,1% da de São Paulo. Nessas condições, considerando-se o conjunto do mercado de trabalho no Estado, pode-se concluir que seu comportamento não foi favorável aos trabalhadores na década de 70, fato evidenciado não somente pelas migrações mas também pela dimensão do subemprego.¹

Se a década de 70 não foi favorável aos trabalhadores no Paraná, as perspectivas a partir de 1981 se apresentam sombrias. A crise que era latente desde meados da década passada, mani-

¹A estrutura do emprego setorial na década de 70/80 no Paraná - Agricultura, Prestação de Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil, Comércio, Transportes e Comunicações, Setor Público e Setor Informal - é objeto de estudo em IPARDES - Fundação Edison Vieira. Análise do Emprego no Paraná. 1983, p.203, que serve de referência básica a este projeto. Medidas Estimativas do Desemprego e Subemprego Setoriais são também avaliadas no referido trabalho.

feita-se abertamente em 1981, com quedas generalizadas nos índices de emprego e produção, a nível nacional e estadual - cerca de 6,9% dos trabalhadores da Indústria de Transformação perderam seus empregos. Não estão ainda disponíveis os resultados finais das contas de Emprego e Produto de 1982 a nível nacional, mas ao que tudo indica os índices de produção permanecem abaixo daqueles alcançados em 1980. A crise internacional é sem dúvida profunda e as perspectivas para os próximos anos não são promissoras, pois, na melhor das hipóteses, a tendência é que anos de decréscimo na produção e emprego se alternem a anos de reduzidas taxas de crescimento, num movimento caracterizado como *stop and go*. A nível nacional esse também é o quadro previsível, porém, com a continuidade da atual política econômica não se descarta a possibilidade de quebras violentas na produção, com falências em cadeia, etc. O Paraná, com uma economia agrícola e industrial estreitamente vinculada, do ponto de vista financeiro e de mercados, à economia nacional e internacional, evidentemente não deixará de sofrer os efeitos da crise atual. Assim, suas empresas industriais já sofreram com as elevadas taxas de juros, com a retração dos mercados e, nesse movimento, tendem a provocar reduções nos níveis de atividades do Terciário. A agricultura vem reduzindo sua renda líquida, face às elevações das taxas de juros e às quedas relativas dos preços agrícolas, sendo previsível a redução de áreas plantadas e aumento de dificuldades financeiras, principalmente dos pequenos produtores.

Nessas circunstâncias, pode-se avaliar o quanto será desfavorável a situação do mercado de trabalho para os trabalhadores na década de 80, pois, ao que tudo indica, aos mecanismos

que atuaram nos anos 70, expulsando produtores rurais, somam-se novas variáveis que atuam nesse mesmo sentido (redução de áreas plantadas, dificuldades econômicas e financeiras dos produtores, etc.). O mercado de trabalho urbano, por outro lado, ao manter seu comportamento atual não poderá absorver novos contingentes de trabalhadores, bem como reduzirá o número de postos de trabalho. Segundo cálculos, cerca de 58 000 postos de trabalho deveriam ser criados anualmente no Paraná, para atender apenas aos novos ingressantes no mercado de trabalho. Se somados a esses os atuais subempregados e ainda aqueles que estão sendo despedidos, cuja tendência é aumentar nos próximos anos, poderão se observar a gravidade da situação, a qual já está sendo vivida, em relação ao mercado de trabalho. Essa situação se torna mais grave quando se considera que os mecanismos dos anos 70 de "exportar desemprego", não mais continuarão atuando, já que a crise é nacional e os que emigraram do Paraná não encontrarão melhores condições em outros estados.

Assim, a insuficiência na criação de empregos, no período de crise, deriva fundamentalmente da ausência de crescimento econômico, pois a economia paranaense deveria crescer 4,0% ao ano (o que implica crescimento de 2,5% da Agricultura, 6,9% da Indústria e 4,7% do Terciário) para absorver somente os novos ingressantes no mercado de trabalho. Como não houve tal crescimento nos anos de 1981 e 1982, o estoque de desempregados e subempregados tem se elevado, tornando a situação socialmente explosiva.

Neste trabalho procurou-se evitar uma postura contemplativa frente a esta situação, e a pesquisa foi orientada para o estabelecimento de propostas de políticas de emprego. É impor-

tante frisar que tais políticas fazem parte de uma proposta mais ampla de administração da crise econômica, que foge dos marcos ortodoxos nos quais a atual administração Federal se inspira. Essas políticas não-ortodoxas já foram testadas historicamente na crise dos anos 30, tanto na Alemanha como nos Estados Unidos com o New Deal, sendo implementadas várias medidas (construção de obras públicas, casas populares, etc.) que visavam especificamente elevar o nível de emprego. No Brasil, nessa mesma época, Getúlio Vargas enfrentou a crise por meios não-ortodoxos (compra de café com base na expansão do crédito), através dos quais pôde impedir quedas mais violentas nos níveis de renda e emprego da economia nacional e possibilitar, num segundo momento, a retomada do crescimento econômico do País.*

O Paraná deveria, a partir de agora, defender junto ao Governo Federal a definição de novas políticas industriais e agrícolas, que mesmo com as restrições impostas pela crise possibilitassem certa retomada do crescimento nacional. Entretanto, mesmo que essas políticas fossem criadas, o nível atual a que chegou o desemprego exige imediata aplicação de políticas de emprego, tais como aquelas que foram defendidas pelo Ministro Murilo Macedo em 1981. As políticas de emprego, porém, podem ser implementadas também a nível estadual e devem ser dirigidas para a área social. Assim, o gasto público em construção de casas populares, creches, escolas, postos de saúde, pequenas obras municipais, etc. poderiam elevar rapidamente o nível de

*Foi mesmo decretada unilateralmente a moratória da dívida externa pelo Ministro Oswaldo Aranha, que substituiu o banqueiro Whitaker, e o nível mínimo de comércio internacional foi garantido através de acordos bilaterais realizados sem intermediação financeira.

emprego do Estado. Os gastos nesses setores se justifica, em primeiro lugar, devido ao alto coeficiente de geração de emprego por unidade de capital dispendido - criam empregos na Construção Civil como também na Administração Pública (professores, médicos, etc.). Por outro lado, redinamizariam importantes setores econômicos instalados no Paraná, como a produção de bens de consumo não-durável, através da elevação da massa de salários, e também a indústria de material de construção. Esses gastos teriam um reflexo tolerável no Balanço de Pagamentos, já que dinamizam setores com baixo coeficiente de importações, e, como são gastos sociais, teriam ainda o efeito de elevar o padrão de vida das populações mais carentes.

Em síntese, a postura que anima este projeto decorre da gravidade da situação econômica e social no Brasil, que na ausência de mudanças na política econômica federal, vai tornando não somente possível mas necessário que os governos estaduais dêem respostas próprias para enfrentar o premente problema do desemprego.

1 MARCO GERAL

1.1 DINÂMICA DE EMPREGO

Nas economias de mercado nas quais predomina o trabalho assalariado, a grande indústria é a forma dominante de organização da produção, a dinâmica do mercado trabalho é determinada pelos movimentos da acumulação de capital. Assim as fases de expansão e auge do ciclo econômico resultam da ação dos empresários que investem, ampliando a capacidade de seus negócios. Ora, investir significa que tais agentes dirigem-se ao mercado comprando meios de produção e força de trabalho, o que implica em incremento da demanda de meios de produção. Por outro lado, a nova demanda de força de trabalho faz crescer o volume do emprego e com ele a massa de salários e conseqüentemente a demanda por bens de consumo. Destas sumárias considerações conclui-se que o investimento é a variável independente neste processo e a expansão dos mercados em geral e do emprego em particular são variáveis dependentes. Em outras palavras, a expansão ou contração do mercado de trabalho é determinada em última instância pelos incrementos ou reduções da taxa de investimento nas economias capitalistas.

Entretanto, neste processo os distintos setores da economia não terão o mesmo papel. Nas economias industriais o crescimento vai ser comandado pela acumulação do capital industrial, ou seja, os investimentos da indústria é que serão capazes não

somente de auto-estimular o próprio investimento industrial, como também, neste processo de expandir os mercados para a produção agrícola e para os serviços, desencadeando o processo de acumulação também nestes outros setores. Estã-se afirmando que é impossível o crescimento autônomo dos serviços e da agricultura e que ainda que estes setores possam apresentar surtos de expansão independentes, esta expansão é incapaz de sustentar o crescimento da economia como um todo. Em outros termos, o crescimento da indústria através de seus investimentos é autônomo, ao passo que a expansão da agricultura e dos serviços é derivada. Ora, se a expansão do mercado do trabalho é determinada pela acumulação de capital, e esta, pelo investimento industrial, pode-se concluir que o comportamento do mercado de trabalho é determinado, em última instância, pela acumulação do capital industrial.

Para melhor qualificar as observações acima, frise-se que estas são válidas em termos gerais e a longo prazo. Assim, conjunturalmente pode ocorrer que o investimento industrial esteja estagnado ou decrescendo e, por exemplo, o setor bancário apresente expansão e aumento do emprego, como ocorreu em 1981 no Brasil. Entretanto tais fenômenos são incapazes de manterem-se por largos períodos. Por outro lado, após as fases de recessão, a expansão pode ser iniciada por medidas de política econômica que estimulem outros setores que não a indústria, mas o crescimento sustentado somente é alcançado a partir do momento em que a indústria é impulsionada e passa a liderar o processo de acumulação.

Outra qualificação que se impõe: afirmar-se que a dinâmica do mercado de trabalho é determinada pelo processo de acumulação,

não quer dizer que o emprego cresça na mesma proporção que o investimento. Ocorre que os investimentos são o veículo através do qual incorporam-se as inovações tecnológicas na economia, inovações que constantemente incrementam a produtividade do trabalho, o que implica em permanentes incrementos na intensidade de capital da economia, ou da relação capital-trabalho. Daí resulta que as crescentes massas de capitais investidos criam proporcionalmente menos postos de trabalho, pelo fato de que decresce o volume de emprego por unidade de capital. Assim o processo de acumulação regula seu mercado de trabalho e mesmo nas fases de auge do ciclo geralmente não se atinge o pleno emprego, já que nestes momentos estando alta a taxa de investimento, conseqüentemente é rápida e generalizada a incorporação de progresso técnico. Por isto mesmo os setores mais antigos modernizando-se podem até reduzir em termos absolutos o volume de seu emprego e os novos setores que surgem, o fazem com tecnologia avançada e com alta relação capital-trabalho. Em suma, os investimentos se realizam regulando o mercado de trabalho, de maneira que a escassez de mão-de-obra não constitua uma barreira ao processo de acumulação.

Da mesma maneira que são diferentes os papéis que os distintos setores da economia jogam no processo de acumulação, serão também diversos os comportamentos destes setores no que tange à absorção de mão-de-obra, ao longo do desenvolvimento histórico dos países capitalistas.

Na medida em que, antecedendo as economias industriais, existiam países agrícolas, o emprego na agricultura vai apresentar tendência geral à reduzir-se, tanto em termos absolutos

como relativos ao avançar o processo de crescimento industrial. Entretanto, se o país apresenta fronteira agrícola em expansão, pode ocorrer que durante os primeiros estágios da industrialização, o emprego agrícola reduza-se relativamente mas cresça em termos absolutos, tal como ocorreu no Brasil até o presente. Assim, neste país o emprego agrícola entre 1970 e 1980 aumenta de 13.087.521 para 13.109.415. Vê-se portanto que houve um pequeno crescimento absoluto, incremento este que é decrescente nas últimas quatro décadas e seguramente a década dos oitenta vai assistir o decréscimo absoluto do emprego agrícola no Brasil.

Nas fases iniciais do processo de industrialização, o emprego industrial cresce em termos absolutos e relativos. Entretanto, a partir de determinado momento, continua a crescer em termos absolutos mas principia a decrescer em termos relativos. Assim nos Estados Unidos, a participação dos trabalhadores industriais no total dos trabalhadores não-agrícolas que era de 45,6% em 1820, sobe para 51,1% em 1880 e a partir daí cai sistematicamente atingindo 33,0% em 1970.

Esta queda de importância relativa do emprego industrial é devido basicamente ao crescimento dos chamados trabalhadores em escritório e aqueles empregados nos serviços em geral. As funções administrativas da empresa típica do capitalismo concorrencial do século XIX eram exercidas basicamente pelo proprietário. As vendas eram realizadas por autônomos e os serviços jurídicos e de contabilidade eram executados geralmente por escritórios especializados. Assim, eram extremamente simples as tarefas administrativas e a esmagadora maioria do pessoal era diretamente ligada à produção. No século XX vão ocorrer transformações qualitativas neste quadro: a moderna grande empresa

apresenta complexas atividades administrativas, surgindo os departamentos especializados de administração, vendas, finanças, jurídicos, etc. Por outro lado, ao nível da produção crescem o número de técnicos e pessoal de nível superior em relação ao trabalho diretamente ligado à produção.

Ocorre, portanto, uma burocratização nas funções administrativas e técnicas das empresas, o que incrementa rapidamente, não somente os técnicos ligados às tarefas gerenciais como também os trabalhadores de escritório. Por seu lado, a administração pública vai ampliando seu raio de ação, atingindo a máquina administrativa do Estado proporções gigantescas e resultando em rápido incremento de trabalhadores do mesmo tipo das grandes empresas. Estas transformações explicam o porquê da redução relativa dos trabalhadores ligados diretamente à produção industrial. Assim nos Estados Unidos entre 1900 e 1970, enquanto o número de trabalhadores da indústria crescia em 247%, os trabalhadores em escritório incrementavam-se em 1 588%, saltando de 900 mil para 14,3 milhões no período. Nos serviços em geral a expansão também é acentuada atingindo a 372%. Em resúmidas contas, o emprego de "colarinhos brancos" cresce mais rapidamente que o de trabalhadores ligados à produção.

1.2 POLÍTICA DE EMPREGO

Dentro deste Marco Geral, impõe-se que se precise e delimite a natureza e alcance de políticas de emprego. Em primeiro lugar, política de emprego não pode ser confundida com seguro desemprego, pois este visa pura e simplesmente garantir certa renda aos desempregados. Já a política de emprego, objetiva em primeiro lugar aumentar a demanda de mão-de-obra, ga-

rantindo assim salário e trabalho aos desempregados. Entretanto, na medida em que garante o trabalho, resulta num produto (bem ou serviço) que é adequado a satisfazer necessidades econômicas ou sociais. Por outro lado, política de emprego visa em primeiro lugar a criação de empregos e somente de forma secundária objetiva satisfazer outras necessidades. Já a política industrial, por exemplo, é adequada a resolver problemas relativos à produção industrial, sendo portanto a criação de empregos um objetivo secundário de sua ação.

Muitos comentaristas já pretenderam atrelar a política industrial ao objetivo da criação de mais empregos, preconizando alternativas para o aparelho industrial que produzissem maior efeito sobre o emprego. Entretanto, acredita-se que estas propostas enredam-se em dificuldades incontornáveis. Em primeiro lugar, recomendava-se a utilização de tecnologias alternativas que fossem mais intensivas em trabalho, nos processos de industrialização dos países atrasados, argumentando que nestes países o capital era fator escasso e que portanto esta seria uma alternativa viável. Entretanto "não parece ocorrer que técnicas que empregam mais trabalho por unidade de capital rendam sempre maior produto por unidade de capital".¹ Ora, se nestas opções tanto a relação capital/produto, como a trabalho/produto são superiores, fica clara sua irracionalidade do ponto de vista da economia. Por outro lado, mesmo do ponto de vista da geração de empregos, estas técnicas parecem não serem as mais adequadas, pois a tecnologia com mais altas relações

¹INTERNACIONAL LABOUR OFFICE. Employment objectives in economic development. Genebra, 1961. Citado por BACS, Werner & HERNÉ, Michel. Emprego e industrialização nos países em desenvolvimento.

produto / capital e produto / trabalho, ao produzirem excedente maior, abrem duas alternativas para a economia: ou possibilitam a expansão da base tributária e conseqüentemente aumento do gasto público, o que evidentemente teria efeito positivo sobre o emprego, ou então este excedente incrementado possibilitaria o aumento da taxa de investimento da economia, o que também traria elevação dos níveis de emprego. Assim fica evidente que a tecnologia mais moderna indiretamente pode ser instrumento de criação de empregos mais eficiente que a tecnologia mais atrasada a qual, possivelmente, também encontraria a oposição dos próprios industriais em sua utilização, dado que vai contra a racionalidade puramente econômica.

Outra recomendação seria o estímulo aos ramos industriais que apresentassem na média maior intensidade em trabalho, o que também parece inadequado. Na medida em que avança a industrialização o aparelho industrial vai conformando uma estrutura orgânica, na qual desenvolvem-se relações inter-setoriais. Se se estimula desproporcionalmente alguns setores, o país não teria alternativa senão importar os produtos dos ramos de mais capital-intensivos o que implicaria em problemas pelo lado da balança de pagamentos. Por outro lado, esta recomendação limitaria por sua vez o próprio crescimento do emprego industrial, já que ignorando a matriz de relações inter-setoriais, não se dá conta da possibilidade do aumento dos empregos indiretos na própria indústria que resultariam da montagem de novos ramos, ainda que com alta relação capital / trabalho.

Em resumidas contas, o que está se afirmando é que o crescimento do aparelho industrial obedece a uma lógica inexorável, que a matriz de relações inter-setoriais não pode ser

alterada e que as técnicas de produção são dadas. Neste sentido a racionalidade do crescimento industrial é determinada pela própria lógica da acumulação do capital industrial e pela tecnologia vigente e portanto seria utopia subordinar a política industrial à política de emprego, pois esta alternativa esbarraria não somente com a resistência dos industriais, como em dificuldades com o balanço de pagamento.

As afirmações acima não devem levar, entretanto, à conclusão de que se está negando o papel da indústria na geração de emprego. Ao contrário, como já se frisou no primeiro tópico, a acumulação industrial comanda não somente a geração do emprego na própria indústria, como também na agricultura e no terciário, apresentando pois um alto efeito multiplicador sobre o emprego do conjunto das atividades econômicas. Ademais disto, cria ainda base para a tributação o que possibilita a geração de emprego através do gasto público. Nestas condições, qualquer política de emprego de longo prazo deve preconizar como condição básica, o máximo de crescimento industrial e não o crescimento de tal ou qual setor, com tal ou qual tecnologia, pois estas opções são determinadas pela própria indústria e a política não tem poderes de alterá-las. Assim o crescimento industrial obedece à sua própria lógica e não ao objetivo de criação de emprego, o qual aparece meramente como efeito deste crescimento. Portanto, a política industrial que visa o maior crescimento a longo prazo deste setor é também a mais adequada para a geração de empregos.

A utilização da política agrícola para gerar mais empregos também parece problemática. A tendência que apresenta o emprego agrícola a cair tanto em termos absolutos como relativos,

torna estreita a margem de operação de políticas agrícolas que visem aumentar o emprego. Acredita-se que tais políticas poderiam no máximo reduzir a velocidade da expulsão de mão-de-obra do campo, através de políticas de crédito, de preços, etc., aos pequenos produtores. Dificilmente seria possível incrementar expressivamente o emprego no campo.

Como se pode notar, a própria lógica econômica limita a possibilidade de implementação de políticas de emprego dirigidas à indústria e à agricultura. Pois bem, esta mesma racionalidade opera também no setor terciário da economia, e então se coloca a questão de como poderia então atuar o Estado para criar maior número de empregos.

Acredita-se que as políticas de emprego encontram maiores possibilidades de serem implementadas através do gasto público dirigido para atendimento de necessidades sociais de infra-estrutura básica, e é assim que tem ocorrido historicamente. Na medida em que o Estado manipula respeitável soma de recursos financeiros, pode dirigir seus gastos visando a criação de maior número de emprego possível. Em termos mais precisos, o Estado investe normalmente em estradas, obras públicas, barragens, portos, etc, o que atende a necessidades econômicas da sociedade, ou então gasta atendendo necessidades sociais, como nos programas de saúde, educação, habitação, etc. Pois bem, serão nestas duas alternativas que o Estado terá maior liberdade de ação, podendo então dirigir seu gasto para as atividades que mais efeito produzam sobre o emprego. Assim, o governo pode selecionar aqueles tipos de dispêndio, sejam em atividades sociais ou de construção de infra-estrutura que mais criem empregos, ou seja, coloca como objetivo principal de tais gas-

tos a resolução do problema social do emprego e não outras necessidades quaisquer, embora tais gastos também possam estar atendendo necessidades econômicas e sociais, ainda que como objetivo secundário.

A política da década de trinta nos países avançados é bem ilustrativa das afirmações acima. Em primeiro lugar, evidentemente os governos foram obrigados a criar políticas anti-depressivas, ou seja políticas de crédito, políticas industriais, etc, que visavam impedir quedas mais violentas nos níveis de atividade econômica. Entretanto esta atitude não foi suficiente para enfrentar o grave desemprego e assim o Estado passa a realizar política que visava primordialmente a criação de empregos. Na Alemanha, após a subida de Hitler, o governo dedica-se a construir obras públicas, estradas, etc, o que permite grande absorção de mão-de-obra, promovendo rápida queda no desemprego que cai de 5 milhões em 1933 para 2,5 milhões em 1934. Na Inglaterra, os gastos foram dirigidos fundamentalmente para a construção de casas populares, que posteriormente eram alugadas a baixos preços, o que também permitiu considerável redução do desemprego.

Mas foi nos Estados Unidos onde o volume de desempregados era maior, onde mais se diversificou a política de emprego. Na agricultura o governo paga as hipotecas dos proprietários impedindo a rápida eliminação de grandes contingentes que iriam fatalmente agravar ainda mais o desemprego nas cidades. Implementou-se amplo programa de obras públicas (barragens, estradas, etc.), construíram-se extensas obras contra erosão no campo, o reflorestamento foi amplamente realizado, impulsionou-se a construção habitacional etc.. Por outro lado, expandiu-se ra-

pidamente o número de funcionários públicos federais que passam de 605 mil em 32 para 1 milhão em 1940, o que por sua vez possibilitou ao estado reaparelhar-se para novas tarefas.

Estas considerações mostram como, através do gasto público foi possível nesses países a implementação de políticas que tinham por objetivo primeiro a criação de emprego e somente de forma secundária visavam atender outras necessidades econômicas ou sociais. Também demonstraram que existe certa flexibilidade possível quanto às decisões sobre o gasto público, podendo, este sim, ser dirigido para maior criação de emprego, coisa impossível quando se trata de políticas industriais, agrícolas, etc, que obedecem a uma lógica inflexível, que não necessariamente implica em maior criação de emprego.

Até aqui simplesmente se constata como historicamente foram implementadas políticas de emprego. O próximo passo será mostrar porque são possíveis e necessárias tais políticas, e visando este objetivo inicialmente serão analisadas as transformações que ocorreram na natureza do Estado ao longo do século XX.

As funções do Estado liberal do século XIX eram reduzidas, ou seja, limitavam-se à manutenção da ordem interna (polícia e justiça), segurança nacional (forças armadas) e relações com o exterior (diplomacia). Exatamente por que as funções eram limitadas, era pequena a exação de impostos em relação à renda nacional, sendo o sistema tributário assentado basicamente nos impostos indiretos. A relação que o Estado mantinha com a economia era de exterioridade, ou seja, os próprios mecanismos econômicos como a concorrência e o mercado, encarregavam-se de regular a produção e a circulação. O Estado assim mantinha a máxima do "laissez faire", e a legislação afastava-o da

intervenção na economia em fases adversas, já que as crises eram de curta duração e os próprios mecanismos econômicos garantiam a futura expansão da produção.

O século XX vai assistir transformação profunda neste quadro. Já a primeira guerra mundial impôs aos países beligerantes mudanças na atuação do Estado. Tratava-se de uma guerra total na qual o volume de armamentos necessários era inaudito, o que impunha a reconversão da indústria para a produção bélica. Assim o Estado vai passar a coordenar a economia, executando um planejamento global, que determinaria a quantidade de bens a ser produzida para consumo civil e aquela para consumo militar, estabelecia o racionamento, regulamentava preços, organizava poderoso mecanismo da dívida pública e estabelecia novos impostos para financiar o esforço bélico. Entretanto, findo o conflito todo este aparato de regulação da economia é abandonado.

As mudanças que realmente vieram para tornar-se permanentes ocorreram a partir da crise de 1929. Na década de 30 e durante a II guerra, voltaram novamente a operar os mecanismos de regulação manipulados pelo Estado, e findo o conflito, a diferença daquilo que ocorreu na década de 20, permanece a atuação marcante do Estado sobre o conjunto da vida econômica e social. As transformações ocorridas consubstanciam-se em primeiro lugar na ampliação do número de órgãos públicos relacionados com a vida econômica e social. Assim vão surgindo ou ampliando-se agências oficiais dedicadas às questões da indústria, agricultura, finanças, comércio exterior, tecnologia, relações de trabalho, previdência e assistência social, etc. Ora, estes órgãos surgem para preencher novas funções do Estado, o qual pas-

sa a elaborar e executar políticas industriais, agrícolas, de preços, salariais, sociais, cambiais, monetárias, tecnológicas etc.

Informando esta ação do Estado, desenvolvem-se as técnicas e os conhecimentos sobre o circuito econômico e social nacional. A partir da década de 30, criam-se as técnicas de contabilidade social, desenvolvem-se métodos de programação econômica, de planejamento, etc. Evidentemente todas estas transformações qualitativas da natureza do Estado não foram meramente resultado da vontade de governantes, mais sim produto de lutas políticas da década de 30.

A base econômica para estas novas funções do Estado foi conseguida através de reformas tributárias, que incrementaram substancialmente a arrecadação de impostos, criando um sistema tributário progressivo apoiado basicamente nos impostos diretos, fundamentalmente no imposto de renda. A partir de então os gastos do Estado passam a atingir altos níveis em relação ao PIB dos países avançados, sendo que em 1972 esta relação expressa em termos percentuais para: Inglaterra, República Federal Alemã, Itália e Estados Unidos atingia respectivamente: 39,8; 38,2; 40,0 e 34,3. Ora, será exatamente este alto volume de recursos manipulados pelo Estado que tornará possível e eficaz sua ação na área econômica e social. Em outros termos, o poder do Estado, de um ponto de vista econômico, é fundado em sua capacidade de arrecadar tributos e decidir quais os destinos destes fundos.

Se são os expressivos montantes arrecadados que tornam possíveis políticas econômicas e sociais, esta exação tributária por sua vez somente é viável devido aos altos níveis de produ-

tividade alcançados por estas economias. Ou seja, o volume de excedente produzido permitirá a alta tributação, sem que sejam afetados os níveis de investimentos privados.

Em conclusão, o crescente volume de recursos manipulados pelo Estado e a nova legislação, dentro de certos limites, vão possibilitando que a ação oficial regule preços, níveis de produção, taxas de juros, volumes de comércio exterior, salários etc. O gasto público por sua vez pode estimular e orientar o crescimento de certos ramos industriais. Esta nova realidade evidentemente permite que os governos tenham certo nível de controle sobre o volume de emprego da economia em seu conjunto. Se a vida econômica e social é até certo ponto afetada e regulada por políticas do Estado, conseqüentemente são possíveis e viáveis políticas de emprego que garantam demanda adequada de trabalho. Frise-se, entretanto, que esta possibilidade refere-se ao campo da disponibilidade de recursos, o que não quer dizer que sejam pacíficas as decisões de políticas de emprego. Em outras palavras, as decisões sobre a alocação de recursos do Estado são decisões políticas, o que significa que ademais de viáveis economicamente, as políticas de emprego devem tornar-se viáveis também do ponto de vista estritamente político.

Admitindo-se que são possíveis as políticas de emprego, resta a questão: seriam elas necessárias? Mantendo a resposta sempre ao nível geral, será analisado como se colocou tal problema para os países mais avançados a partir da crise de 29. Na década de 30, explícita ou implicitamente várias nações implementaram políticas de emprego. Durante o segundo conflito mundial, evidentemente estas políticas mudam de orientação, já que os gastos militares elevaram os níveis de emprego e produção e, por outro lado, a conscrição militar retira do mercado grandes contingentes de trabalhadores, resultando muitas vezes em es-

cassez de mão-de-obra, o que obriga maciça incorporação de mão-de-obra feminina. Vê-se que ainda assim o Estado não pode manter-se neutro em relação ao emprego, já que era sua ação que regulava a distribuição do trabalho e determinava quem era recrutado ou não para as atividades militares. Finda a guerra, as nações avançadas, nas décadas de 50 e 60, mantêm um crescimento econômico inaudito, com altas taxas de expansão por mais de duas décadas. Nestas circunstâncias, as políticas de emprego são relegadas ao olvido, já que sustentava-se adequadamente a demanda de mão-de-obra, sendo mesmo que alguns países europeus permitiram a imigração para atender a demanda de trabalho nas tarefas mais pesadas, ou onde as condições de trabalho eram adversas.*

Entretanto, foram necessárias as políticas de emprego na década de 30 e a crise que se manifesta atualmente recoloca em debate a questão, importando pois analisar as razões desta necessidade. Em termos sumários, a concentração de capitais e da produção que ocorreu progressivamente ao longo do século XX, traz alterações qualitativas na estrutura produtiva e na dinâmica das economias capitalistas, já que empresas gigantescas passam a dominar o conjunto da vida econômica. Limitando a análise ao ponto que interessa: as crises desta época vão diferir radicalmente daquelas crises do século XIX, quando, desencadeada a crise, a decorrente retração dos mercados provocava falências generalizadas, o que constituía ao mesmo tempo um processo

*Deve-se frisar, entretanto, que apesar de não terem sido implementadas explícitas políticas de emprego, uma série de conquistas sociais vão afetar o mercado de trabalho das economias avançadas no pós-guerra. O ensino superior tende a ser acessível a parcela crescente da população, aumentando a média de anos de escolaridade, o que torna cada vez mais tardio o ingresso de novos elementos no mercado de trabalho. Por outro lado, os trabalhadores vão ganhando direito a aposentadoria cada vez com menos anos de trabalho. Finalmente, reduzem-se generalizadamente as jornadas de trabalho e o número de dias trabalhados por semana. Tais medidas, se não visavam explicitamente a questão do emprego, permitem reduções na oferta ou aumentos na demanda do trabalho e sem elas seria quase certa alta taxa de desemprego, mesmo na fase de expansão.

de saneamento ao nível da produção: as empresas mais fortes e mais produtivas resistiam, e a eliminação das mais débeis abria espaço para as primeiras, mesmo com mercados em retração.

Estas empresas sobrevivente, mais eficientes, passam a ter seus mercados em expansão pela eliminação das mais débeis e, a partir de determinado momento, podem desencadear processo de investimento, dando lugar a novo ciclo de expansão. O importante, entretanto, é ressaltar que as crises eram de curta duração e que os próprios mecanismos econômicos garantirão a futura expansão e que neste movimento o Estado não intervinha, mantendo sua posição de exterioridade em relação à economia.

A crise de 1929 vai mostrar um caráter radicalmente distinto. Enquanto os economistas ortodoxos preconizavam a não intervenção do Estado, o nível de atividades cada vez mais se contraía, e pior, a economia não dava sinais de recuperação. Assim, em 1933, por exemplo, nos Estados Unidos, o desemprego atinge 25% da força de trabalho, ou seja, cerca de 13 milhões de pessoas, e isto depois de três anos de desencadeada a crise. Em termos bastante esquemáticos o que ocorria é que enquanto nas economias concorrenciais as falências saneavam o mercado, agora o excesso de capacidade produtiva aparecia como capacidade ociosa na indústria: os mecanismos da "destruição criadora" descritos por Shumpeter emperravam-se. Ocorre que a parcela dominante da produção era lançada ao mercado pelas mega-empresas, e estas resistiam às falências, não sendo eliminadas do mercado, e continuavam a operar com baixos índices de utilização da capacidade instalada. Ora, esta capacidade ociosa deprimia as taxas de investimentos, já que ninguém investe em situação de alta ociosidade dos equipamentos. A economia neste caso tende a pas-

sar largos períodos com baixos e decrescentes níveis de produção, e os problemas sociais daí decorrentes podem tornar-se agudos. Evidentemente, a longo prazo, (quando então estaríamos todos mortos, como dizia Keynes) poder-se-ia esperar a recuperação, quando o tempo tornasse obsoleto o equipamento, determinando a retomada dos investimentos para substituição do capital fixo. Concluindo, as crises tendem então a ser de longa duração e podem atingir níveis insuportáveis tanto do ponto de vista econômico como social, o que torna premente e necessária a atuação do Estado para minimizar seus efeitos.

Nos Estados Unidos, até 1933, o presidente Hoover, implementara uma política ortodoxa frente à crise, ou seja, uma política monetária restritiva, corte do gasto público e dos salários dos funcionários, visando eliminar déficits. Ora, estas medidas aprofundavam a crise, porque o corte do gasto público, frente à queda de arrecadação, reduzia mais ainda a demanda corrente, aumentando o desemprego. Roosevelt, a partir de 1933

vai, com o "New Deal", mudar radicalmente a forma de enfrentar a crise e em relação à questão específica de desemprego, cria órgão especial para enfrentar o problema, e o Estado chega a dar trabalho diretamente a cerca de 4 milhões de pessoas. As políticas de Roosevelt não resolveram a crise e o desemprego, já que somente com a entrada dos Estados Unidos na guerra a economia voltaria a funcionar plenamente; entretanto o "New Deal" pôde minorar os efeitos da depressão.

Como se nota tornaram-se necessárias as políticas de emprego, mas estas foram implementadas não somente pelas razões acima apontadas, ou seja, a longa duração da crise e sua profundidade. Também é fundamental para explicá-las, a crescente

força dos sindicatos e as violentas reações sociais frente ao desemprego. Ao longo do século XX, os movimentos sociais foram cristalizando como direitos dos cidadãos a educação, saúde, os seguros sociais, etc.. E o Estado de uma ou outra forma passa a atender estes direitos através de políticas sociais. A crise da década de 30, pelas reações que provovou, mostrou que também o emprego passou a ser entendido como um direito de todos, e, na ausência de condições puramente econômicas que garantam este direito, deve o Estado agir, criando a demanda de trabalho necessária para minimizar o desemprego. Finalmente, mesmo para situações favoráveis criaram-se seguros que garantem os desempregados.

Outra lição a ser tirada do período analisado, é que se as crises tendem a ser de longa duração, as políticas de emprego de curto prazo devem por sua vez tornar-se de longo prazo, e que tais políticas somente tornam-se dispensáveis quando retomam-se firmemente os investimentos e a economia passa a crescer de forma auto-sustentada. Estes ensinamentos não podem ser esquecidos frente à crise atual, que apesar de manifestar-se de forma distinta, está a exigir também políticas de emprego, e as recentes agitações na Inglaterra e os crescentes índices de desemprego bem o demonstram. Ocorre que apesar das quedas nos índices de produção não serem abruptas como em 29, são entretanto persistentes e apesar das oscilações, a cada ano baixam mais os índices de emprego e produção. Por outro lado, o já longo período de *stop and go*, vem mostrando a gravidade da crise e evidentemente sua provável longa duração.

Para finalizar este tópico um último comentário. Poderiam causar espécie estas considerações levadas a cabo até

o momento: o que isto tudo teria a ver com o Brasil, país subdesenvolvido, cujos problemas difeririam radicalmente daqueles vividos pelas nações de economia madura? Entretanto, uma vez mais, "de te fabuła narratur". A seguir trata-se de demonstrar que apesar de suas especificidades o Brasil muito tem a aprender com as experiências dos países avançados.

1.3 O EMPREGO NO BRASIL

Na década de 60 começa a surgir na América Latina em geral e no Brasil em particular abundante literatura sobre a questão do mercado de trabalho em países atrasados. As avaliações em geral mantinham um tom pessimista, concluindo pelo baixo dinamismo da demanda de mão-de-obra nos setores modernos destas economias. Argumentava-se que as tecnologias utilizadas, importadas dos países avançados, eram intensivas em capital e que os investimentos realizados resultavam em reduzido efeito sobre o emprego. Por outro lado, na medida em que o mercado de trabalho mostrava-se incapaz, por seu baixo dinamismo, de absorver a oferta de mão-de-obra, parte crescente da população ia marginalizando-se, pois a falta de emprego implicava em baixas rendas e condições miseráveis de vida, fato este que se apresentava de forma inexorável, pois estas massas marginalizadas não teriam a menor possibilidade de participar do setor moderno da economia.

Já na década dos 70, estas interpretações começam a ser contestadas, principalmente no Brasil. Não que tenham deixado de existir marginalizados, mas sim pelo fato de que era inegável o dinamismo do mercado de trabalho urbano, como pode ser visualizado na tabela 1. Nas atividades agropecuárias o em-

prego cresce lentamente em termos absolutos, sendo as taxas de incremento decrescentes no período. Na última década o emprego no campo cresce somente (em termos absolutos) em 21 894, e pode-se concluir, que a década de 80 vai assistir a um decréscimo em termos absolutos da força de trabalho rural, como já ocorreu (entre 1970-1980) com a população rural em geral. Será este baixo dinamismo do mercado de trabalho agrícola que impulsiona as migrações rurais-urbanas e a expulsão do campo processa-se de duas formas: as atividades tradicionais de subsistência instaladas em minifúndios geram permanentemente um excedente de população, cuja reprodução não pode se processar nestas mesmas atividades, o que alimenta as migrações para as cidades. Por outro lado, a modernização da agricultura mercantil, reduz o número de trabalhadores necessários à sua produção, o que também acaba por alimentar o fluxo migratório. Entretanto estes fluxos, não se dão apenas no sentido rural urbano. Como o Brasil ainda tem fronteiras agrícolas em expansão, as zonas de colonização atraem parte do fluxo de migrantes rurais. Assim o Paraná entre 1945 e 1960 absorve 2,5 milhões de habitantes de outras áreas, e na última década estima-se que as regiões Norte e Centro Oeste atraíram cerca de 2,35 milhões de migrantes.

TABELA 1 - PESSOAL OCUPADO DE 10 ANOS OU MAIS, EM NÚMERO ABSOLUTO, E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE, NO BRASIL - 1950-1980

SETOR DE ATIVIDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS (Números Absolutos)				TAXAS MÉDIAS GEOMÉTRICAS - NAS DÉCADAS		
	19.07.1950	19.09.1960	19.09.1970	19.09.1980	1950-60	1960-70	1970-80
Economicamente ativas	17 117 362	22 750 362	29 557 224	43 796 763	2,88	2,65	4,01
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	10 252 839	12 276 908	13 087 521	13 109 415	1,81	0,64	0,01
Indústrias de transformação	1 608 309	1 954 187	3 241 861	6 858 598	1,96	5,19	7,78
Indústrias de construção	584 644	781 247	1 719 714	3 151 094	2,94	8,20	6,24
Outras atividades industriais	(¹)234 411	204 808	333 852	665 285	(1,34)	5,00	7,13
Comércio de mercadorias	943 290	1 478 270	2 247 493	4 111 307	4,59	4,27	6,22
Transportes e comunicações	637 943	977 345	1 167 866	1 815 541	4,35	1,79	4,51
Prestação de serviços	1 781 041	3 028 933	3 925 001	7 089 709	5,45	2,62	6,09
Atividades sociais	398 673	(¹)755 043	(¹)1 531 563	(¹)3 044 909	6,59	7,32	7,11
Administração pública	512 644	712 904	1 152 341	1 812 152	3,35	4,91	4,63
Outras atividades	163 568	(²)580 383	(²)1 150 012	(³)2 138 753	13,50	7,07	6,40
Não-economicamente ativas	19 440 628	26 078 626	36 304 895	44 353 185			
TOTAIS	36 557 990	48 828 654	65 862 119	88 149 948	2,93	3,03	2,95

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, Tabulações Avançadas - 1980

¹Inclusive saneamento

²Inclusive pessoas procurando trabalho pela 1ª vez

³Inclusive pessoas procurando trabalho, mesmo que tenham trabalhado anteriormente ao período de referência

Como se sabe a agricultura brasileira tem se mostrado dinâmica, atendendo à demanda das zonas urbanas do país e também respondendo aos estímulos do mercado internacional. Entretanto, como era de se esperar seu emprego deverá mostrar-se decrescente em termos relativos e mesmo em termos absolutos nos próximos anos, pois evidentemente é previsível que se continue avançando no processo de modernização e também pelo fato de que a agricultura tradicional de subsistência encontra cada vez maiores dificuldades de se reproduzir, pois teria de fazê-lo nas regiões pioneiras e os conflitos com os pequenos posseiros em várias zonas pioneiras, bem demonstram estas dificuldades.

O emprego na indústria de transformação tem se mostrado dinâmico ao longo do período, com exceção da década de 50. Foi exatamente o comportamento daquela década que levou os analistas anteriormente mencionados, a concluir pela precária absorção de mão-de-obra nos setores modernos da economia. Entretanto esta fase, apresentou características específicas: o setor produtor de bens de consumo não duráveis, que tinha grande peso na estrutura produtiva, passa por profunda modernização, o que determinou um efeito líquido negativo no emprego deste setor, apesar da produção ter se expandido em altas taxas. Assim, a produção cresceu percentualmente a 5,9; 7,2; 5,1 e 10,2 respectivamente nos gêneros: têxtil, alimentos, bebidas e fumo. Pois bem, o emprego na têxtil decresce em 2,5% e na indústria do fumo em 9,5%, tendo sido negativo também o emprego na produção de bebidas. Entretanto, o emprego crescia rapidamente em outros gêneros: mecânica (8,4%), material de transporte (15,4%), material elétrico (13%), o que, dado o

peso relativamente reduzido destes gêneros, não foi capaz de elevar significativamente o emprego industrial.

Por outro lado a tabela 1 mostra que nas décadas de 60 e 70 o emprego industrial cresceu expressivamente, ou seja, a 5,2% e 7,8% ao ano respectivamente. Estes dados, entretanto, podem ser passíveis de críticas na medida em que se baseiam nos censos demográficos, são de certa maneira imprecisos, pois quando aparece indústria de transformação, podem se referir, por exemplo, tanto a atividades artesanais de baixa produtividade, como à indústria propriamente dita. Em outras palavras, podem incluir o chamado setor informal não-organizado da economia. Entretanto, cálculos de Paulo Renato Souza, indicam que pelo menos nas décadas de 50 e 60, não houve aumento na participação relativa deste setor informal no emprego urbano e dadas as altas taxas de aumento da produção organizada nos anos 70 provavelmente pode-se concluir que não ocorreu aumento relativo do setor não-organizado no emprego na última década. Portanto pode-se afirmar que, ainda que os números absolutos da tabela 1 não reflitam a realidade do emprego industrial, com bastante segurança pode-se aceitar as taxas de incremento apresentadas, e a média de crescimento anual dos últimos 30 anos atingiria a 4,97% no emprego da indústria de transformação. Estes dados não permitem de nenhuma forma concluir pelo baixo dinamismo na geração de empregos industriais no Brasil, mesmo quando comparados com outras experiências: "Entre 1841 e 71, a Inglaterra expandiu seu emprego industrial à taxa de 2,1% ao ano; os Estados Unidos o fizeram a 4,1% entre o ano de 1850 e 90, e o Japão a 4,2% entre 1872 e 1912 (cifras de C.

Clark)".²

Esta claro que não se pode negar a alta intensidade de capital do aparelho produtivo brasileiro. Entretanto a baixa intensidade de trabalho na indústria pode ser mais que compensada pelas altas taxas de investimento e conseqüentemente do crescimento do produto industrial, o que portanto explicaria o dinamismo do emprego neste setor no período analisado.

Também o emprego na construção civil apresentou altas taxas de expansão, com média anual nos últimos 30 anos de 5,67%, embora com comportamento irregular atingindo taxas mais expressivas nos 50 com média de 8,2% ao ano. Por outro lado, é importante frisar a alta expressão deste setor no volume absoluto de emprego gerado, atingindo em 1980 a três milhões de empregados, quase a metade do total da indústria de transformação.

O alto crescimento do emprego no terciário foi muitas vezes interpretado de maneira incorreta, considerando-se este crescimento uma anomalia própria dos países subdesenvolvidos, ou seja o inchaço do terciário devido aos subempregados, vendedores ambulantes, etc.. Entretanto no Brasil o crescimento do terciário não pode ser atribuído somente ao aumento do emprego informal neste setor.

Na verdade nos últimos trinta anos foi sendo criado no país um moderno setor terciário. Já se fez referência ao fato de que nos países avançados, a formação das grandes empresas e

²SOUZA, Paulo Renato. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, 1980. Tese, Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

a expansão das atividades do Estado, cria ampla burocracia de colarinhos brancos, formada por trabalhadores em escritório, técnicos, gerentes, administradores, etc. Por outro lado, as funções técnicas também expandem-se, aumentando o emprego de engenheiros, técnicos de toda espécie, físicos, químicos, etc. Finalmente, as atividades sociais de educação, saúde, assistência, etc., fazem crescer o número de professores, médicos, enfermeiras, assistentes sociais, etc. Ora, também no Brasil estes fenômenos ocorrem, com a diferença de que nos países avançados estas transformações vão se processar ao longo do século XX, quando estas nações já são industrializadas. No Brasil, entretanto, ao mesmo tempo em que avança a industrialização, ela o faz com alta concentração de capitais. Assim a industrialização é realizada através de grandes empresas, estatais ou privadas, que possuem organização produtiva e administrativa semelhante àquela das empresas oligopólicas dos países maduros. Por sua vez o Estado, vai se conformando para cumprir não somente funções no processo de industrialização, para atender as funções sociais e também para regular a economia. Ora, estas empresas e este Estado assumem portanto funções que exigem a formação de burocracia e de organização técnica que demandam tipos de trabalhadores não diretamente ligados à produção, semelhantes àqueles que conformam a moderna classe média dos países avançados.

As tabelas a seguir mostram claramente como cresce o emprego em alguns setores do terciário tipicamente modernos, tais como Bancos, Atividades Sociais, Emprego Público, etc.. É evidente portanto que aqui também está se desenvolvendo moderna classe média, que recebe ordenados e que o crescimento

do terciário não é devido simplesmente ao aumento do subemprego. Isto é bem ilustrado, por outro lado, pela drástica redução dos profissionais liberais que aumentam em somente 0,2% na década de 60.

TABELA 2 - TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NO TERCIÁRIO ORGANIZADO NO BRASIL - 1950-1980 (em %)

DÉCADAS	CRESCIMENTO DO EMPREGO
1950-60	4,2
1960-70	5,0
1970-80	4,6

FONTE: IBGE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980

TABELA 3 - TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO, SEGUNDO ALGUNS SUBSETORES DO TERCIÁRIO ORGANIZADO NO BRASIL - 1950-1970 (em %)

SUBSETORES	1950-60	1960-70	1960-70
Comércio/Mercadorias	3,2	6,2	4,7
Comércio/Imóveis/Váloures (Bancos)	5,9	9,1	7,8
Serviços	2,1	3,9	3,0
Atividades Sociais			
Privadas	2,9	9,8	6,3
Públicas	7,3	8,4	7,9
Administração - Defesa e Segurança	3,4	5,2	4,3
Profissionais Liberais	12,8	0,2	6,3

FONTE: IBGE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980

As transformações profundas ocorridas no país nos últimos trinta anos, vão implicar em alterações na participação relativa no emprego nos diferentes setores.

TABELA 4 - PESSOAL OCUPADO DE 10 ANOS OU MAIS, POR PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO EMPREGO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE NO BRASIL - 1950-1980

(em %)

SETOR DE ATIVIDADE	PESSOAL OCUPADO			
	01.07.1950	01.09.1960	01.09.1970	01.09.1980
Economicamente Ativas	46,82	46,59	44,88	49,68
Atividades Agropecuárias, de Extração Vegetal e Pesca	28,04	25,14	19,87	14,88
Indústria da Transformação	4,40	4,00	4,92	7,78
Indústria da Construção	1,60	1,60	2,61	3,57
Outras Atividades Industriais	0,64	0,42	0,51	0,75
Comércio de Mercadorias	2,58	3,03	3,41	4,66
Transportes e Comunicações	1,75	2,00	1,77	2,06
Prestação de Serviços	4,87	6,20	5,96	8,04
Atividades Sociais	1,09	1,55	2,33	3,45
Administração Pública	1,40	1,46	1,75	2,06
Outras Atividades	0,45	1,19	1,75	2,43
Não-economicamente Ativas	53,18	53,41	55,12	50,32
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980

Como seria de se esperar, a participação da agricultura cai relativamente de 28,04% do total do emprego em

1950 para 14,88% em 1980. Também o emprego na indústria de transformação tem um comportamento "normal", aumentando sua participação relativa de 4,40% para 7,78%. A tabela mostra ainda que o fraco desempenho apresentado na década de 50, anomalmente reduziu a participação relativa dos trabalhadores da indústria de 4,4% em 50 para 4,0 em 1960. Este fato alimentou o pessimismo dos anos 60, pois o comportamento do emprego industrial nos 50 parecia indicar que a economia brasileira não apresentaria o mesmo comportamento quanto à estrutura do emprego como as economias maduras haviam apresentado no passado, ou seja, o aumento relativo da participação do emprego industrial no total do emprego por longos períodos aqui não se repetiria.

Finalmente também os diversos componentes do terciário aumentam sua participação relativa, fato este que como já se viu, não representa simplesmente um inchaço anômalo deste setor, mas é devido também ao progressivo incremento de moderna classe média.

Dos comentários anteriores pode-se concluir que o mercado de trabalho moderno no Brasil é dinâmico. Resta então a pergunta, como explicar a existência de grandes massas de sub-empregados, de marginalizados, etc? Antes de analisar o comportamento do chamado setor informal, impõem-se algumas considerações. Este conceito "informal", elaborado por técnicos da Organização Internacional do Trabalho vem sofrendo nos últimos anos uma série de críticas, realizadas muitas vezes por pessoal treinado neste próprio organismo. Não caberia aqui, comentar esta polêmica, mas seguindo a crítica de Paulo Renato Souza, ao invés de utilizar o conceito "informal", serão classifica-

dos os setores não-organizados, não-plenamente capitalistas da economia como de "pequena produção mercantil". Este autor, desenvolve uma tipologia desta forma de organização da produção a qual se descreve a seguir.

Em primeiro lugar, a pequena produção mercantil é composta pelas empresas familiares, cujos trabalhadores geralmente não recebem salários monetários fixos e não mantêm contrato formal de trabalho. Tais empresas podem dedicar-se ao comércio, serviços ou produção industrial, como por exemplo: padarias confecções, serralherias, pequeno comércio, oficinas mecânicas e de reparação de eletro-domésticos, etc. Na medida em que o estabelecimento destas pequenas empresas exigem certo montante de recursos a serem aplicados em instalações e equipamentos, não é possível a entrada indiscriminada de concorrentes, o que juntamente às relações pessoais com a clientela, determinam um mercado mais ou menos protegido, permitindo aos agentes dedicados a estas atividades níveis razoáveis de renda.

Também fazem parte da pequena produção mercantil, os trabalhadores por conta própria subordinados. Assim, costureiras que produzem por tarefa para confecções que são empresas capitalistas, os vendedores ambulantes de bebidas, sorvetes, alimentos e produtos industriais em geral, que trabalham mediante comissão sobre vendas para empresas produtoras. A entrada neste setor é fácil o que deprime a renda obtida nestas atividades. Já os pequenos produtores de serviços que trabalham por conta própria, tais como: vendedores ambulantes, engraxates, guardadores de automóveis, etc, percebem em geral níveis de renda mais baixos ainda, dada a possibilidade de entrada indiscriminada de concorrentes frente a um mercado dado. Estes mesmos me-

canismos operam para o mercado de serviços domésticos, atividade à qual dedicam-se as mulheres do campo em sua primeira inserção no mercado de trabalho urbano.

Finalmente aparecem as quase empresas capitalistas, ou seja, as microempresas que utilizam mão-de-obra assalariada, mas em geral não formalizam contratos de trabalho e nas quais os proprietários participam das atividades produtivas e portanto não se dedicam exclusivamente às tarefas administrativas. Segundo Paulo Renato Souza, estas empresas são responsáveis pelo grande número de trabalhadores que recebem salário abaixo do mínimo legal.

No campo, o trabalho não-organizado aparece em primeiro lugar como assalariamento temporário, forma que progressivamente vai se tornando dominante na produção agrícola mercantil moderna. Em segundo lugar, surge a pequena produção familiar mercantil, que opera basicamente com o trabalho dos membros da família e somente em poucas ocasiões utiliza trabalho assalariado. Como sobrevivência, perdura, ainda, a pequena produção agrícola de auto-subsistência, onde predominam em geral os mais baixos padrões de vida, embora os trabalhadores temporários assalariados também, dada a sazonalidade de seus rendimentos, também apareçam entre os mais desamparados da sociedade.

A dinâmica da pequena produção mercantil e de seu emprego são determinados pelo comportamento do setor capitalista da economia, o qual, entretanto não afetará de maneira uniforme todos estes tipos de atividade. Em linhas gerais pode-se afirmar que o processo de acumulação no setor capitalista, cria, destrói e recria as condições para a existência da pequena produção mercantil. Assim por exemplo, a acumulação de capital e

conseqüente expansão de mercados, age de forma contraditória sobre este setor, como por exemplo, o pequeno comércio organizado como empresa familiar ou quase empresa capitalista: a expansão do mercado urbano numa determinada área torna possível a abertura de supermercados, o que destrói o pequeno comércio estabelecido. Por outro lado, esta mesma expansão abre perspectivas para o estabelecimento do pequeno comércio em áreas periféricas nos grandes centros, áreas cujos mercados apresentam baixa densidade, tornando-os inadequados para a abertura de supermercados. Pois bem, a acumulação capitalista pode ter um efeito semelhante sobre a pequena produção familiar ou quase capitalista nas atividades industriais e de serviços. Daí pode-se concluir que este mercado de trabalho é determinado de forma contraditória pela acumulação de capital.

Por sua vez, o mercado de trabalho dos trabalhadores por conta própria subordinados, dos pequenos vendedores de serviços, dos ambulantes em geral, do serviço doméstico, expande-se de acordo com o incremento de mercados regulados pela expansão da acumulação. Entretanto, ao arrefecer a acumulação, estes setores podem absorver massas crescentes de trabalhadores que são dispensados pelas empresas capitalistas ou que não conseguem ser absorvidos nas atividades capitalistas da economia. Assim, o rendimento dos trabalhadores destes tipos de atividades pode crescer com a expansão da acumulação e contrair-se rapidamente devido à concorrência, quando a economia entra em crise.

Através destes rápidos comentários sobre a pequena produção mercantil, fica claro que não se pode associar necessariamente baixos rendimentos com estas atividades, pois por exem-

plô as pequenas empresas familiares, as oficinas de reparos, etc, podem permitir razoável nível de rendimento a seus trabalhadores. Por outro lado, os baixos níveis do salário mínimo legal no Brasil podem determinar níveis de pobreza e miséria para os trabalhadores das empresas capitalistas que recebam o mínimo, o qual pode não garantir a satisfação de necessidades básicas da família do trabalhador. Entretanto, ao que tudo indica os mais baixos rendimentos estão concentrados nas atividades da pequena produção mercantil, como os ambulantes, as domésticas, os assalariados das quase empresas capitalistas.

A ausência de dados empíricos torna problemática a mensuração da evolução do emprego e da renda da pequena produção mercantil ou não-organizada no Brasil. Paulo Renato Souza³ utilizou o seguinte critério para estimar o emprego no setor não organizado da economia: "considerar como emprego organizado aquele consignado nos censos econômicos; como não-organizado a diferença entre o emprego segundo o censo demográfico e o econômico para cada atividade. A hipótese é que essa diferença deveria corresponder ao emprego nos estabelecimentos não registrados nas atividades mencionadas". Seguindo este critério chegou às estimativas abaixo, sendo que não se realizou o cálculo para a década de 70 em virtude do fato de que ainda não estavam publicados os resultados do censo econômico de 1980.

³SOUZA, Paulo Renato. Emprego e renda na "pequena produção" urbana no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 11(1):57-82, mar. 1981.

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO NÃO-AGRÍCOLA, ORGANIZADO, NÃO-ORGANIZADO E CONSTRUÇÃO CIVIL, POR DÉCADA, SEGUNDO OS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS DO BRASIL - 1950-1960-1970

(em %)

ESTADOS	EMPREGO ORGANIZADO			EMPREGO NÃO-ORGANIZADO			CONSTRUÇÃO CIVIL		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970	1950	1960	1970
São Paulo	66	69	66	25	22	25	9	10	10
Rio de Janeiro	67	66	64	23	24	25	10	10	11
Minas Gerais	56	52	55	33	35	33	11	12	12
Rio Grande do Sul	70	66	70	22	24	21	8	10	10
Bahia	46	48	50	40	39	35	14	13	15
Pernambuco	60	56	60	33	35	30	8	9	10
Brasil	63	61	63	27	28	27	10	11	11

FONTE: DEPE, UNICAMP, Programa de Pesquisas sobre o Mercado de Trabalho. Dados originais dos Censos Demográficos e Econômicos do Brasil

Obs.: Os totais podem não somar 100 devido a problemas de arredondamento de cifras

Como se nota, para o Brasil como um todo, a participação do emprego não-organizado em termos relativos permanece mais ou menos estável nos vinte anos abrangidos pela tabela. Já nos diferentes Estados o comportamento foi distinto, tendo crescido no Rio de Janeiro e decrescido na Bahia e Pernambuco. Entretanto o importante é frisar que, apesar do dinamismo do mercado de trabalho organizado, o emprego não-organizado manteve uma alta participação no total do emprego e que portanto grande massa de trabalhadores permanece marginal ao setor moderno da economia, com baixas rendas e precárias condições de trabalho.

A explicação para tal fenômeno pode ser encontrada nas

altas taxas de crescimento da população urbana do país, ou, melhor qualificando, na rapidez com que tem se processado no Brasil as migrações do campo em direção às cidades. Uma comparação ilustrará bem a afirmação acima.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL, EM PERCENTUAL, SEGUNDO DIFERENTES PERÍODOS, NOS ESTADOS UNIDOS E BRASIL - 1910 - 1950 - 1970 - 1980

ANO	ESTADOS UNIDOS		BRASIL	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1910	55	45	-	-
1950	65	35	-	-
1970	-	-	55	45
1980	-	-	67	33

FONTE: NORTH Douglas, Industrialisation in the USA, Cambridge, Economics History of Europe - v. VI - Cambridge University Press, 1965

Enquanto nos Estados Unidos as alterações equivalentes às ocorridas no Brasil quanto à participação relativa da população urbana na população total se processaram em 40 anos, aqui levaram apenas 10 anos. Assim, por mais que difiram os critérios censais entre os dois países, sempre será expressiva as diferenças de velocidade com que se processam as urbanizações em um e outro caso. Estas diferenças são tão mais significativas quando se sabe que foi no período ao qual a tabela faz referência que ocorreu a mecanização da agricultura americana, o que indica que os processos no Brasil são condensados no tempo, atingindo a urbanização uma rapidez extremamente violenta.

Este fenômeno explica por que a marginalidade e a miséria que eram manifestação rural por excelência no Brasil até 30 ou 40 anos atrás, hoje apresentam-se como problema urbano. Entretanto, a taxa de crescimento da população urbana, apesar de ser ainda altíssima, vem declinando, pois atingia a taxa média

geométrica anual de crescimento de 5,1% entre 60 e 70 e entre 70 e 80 caiu para 4,4%. Ora, com tais taxas de crescimento da população urbana fica claro que o problema da marginalidade dificilmente seria resolvido, por mais dinâmico que fosse o mercado de trabalho urbano no país. E, portanto, pode-se concluir que, na ausência de interferência do Estado, o fenômeno da marginalidade tende de reproduzir-se historicamente.

1.4 POLÍTICA DE EMPREGO NO BRASIL

No item 1.2 deste documento, argumentou-se pela necessidade e possibilidade de políticas de emprego, ilustrando as teses com as condições e experiências dos países avançados. Este tipo de exposição pode causar perplexidade e ceticismo em muitos que poderiam afirmar que tais exemplos nada teriam a ver com a realidade brasileira. Evidentemente, deve-se estar atento às especificidades do Brasil, mas através da exposição deste tópico, ficará clara que o país muito pode aproveitar das experiências dos países maduros. Passa-se então a demonstrar a necessidade e possibilidade das políticas de emprego no Brasil.

Em tempos recentes, mesmo países atrasados passaram a executar políticas de emprego, como é o caso do Chile, após 1974, com o programa de emprego mínimo, dedicado à construção de pequenas obras públicas, a reparos, limpeza urbana, etc.. No Brasil, as únicas experiências nesta área não poderiam ser classificadas de políticas de emprego, pois foram extremamente limitadas e dirigidas, como é o caso das frentes de trabalho no Nordeste. Historicamente, entretanto, a questão do desemprego e subemprego é grave no país como atesta a política de empre-

guismo que sempre é esteve presente na administração pública, que mostrava não somente a insuficiência da demanda de trabalho da economia como também indicava que o brasileiro não considerava o emprego como um direito, mas como uma benesse, um favor, por conta do clientelismo político.

Sempre foi, e continua sendo, lugar comum a afirmação de que o Brasil é um país subdesenvolvido, pobre, etc, e que portanto aqui não haveria condições objetivas para levar a cabo políticas sociais avançadas, como por exemplo a política de emprego. Tais proposições devem ser analisadas com vagar. Para demonstrar a possibilidade da execução de políticas de emprego é fundamental chamar a atenção para as grandes transformações ocorridas no país nos últimos 30 anos. Em primeiro lugar, o rápido processo de industrialização, diversificou enormemente o aparelho produtivo, e este processo foi levado a cabo por grandes empresas oligopólicas, estatais ou privadas, que manipulam grandes volumes de capitais, utilizam tecnologias as mais modernas e que também possuem formas avançadas de organização e administração. Conformou-se assim um aparelho industrial cujos índices de produtividade são altos e em muitos casos estes índices comparam-se aos dos países avançados, como é o caso da siderurgia, da geração de energia elétrica, etc.

O terciário modernizou-se, dominado também por grandes empresas oligopólicas, que operam com altos índices de produtividade. A agricultura mostrou-se dinâmica e apta a absorver o progresso técnico e em seu pólo dominante são crescentes os índices de rendimento por trabalhador. A administração pública reaparelhou-se e montou-se moderna burocracia estatal, adequada para assumir as novas tarefas a ela assignadas. Ora, tais

transformações, colocaram o Brasil entre os dez maiores países capitalistas, sendo inegável seu potencial dinâmico.

Diante deste quadro, o que justificaria então as afirmações de que o país é pobre, subdesenvolvido? Evidentemente esta é uma avaliação também correta, mas em outra perspectiva. Ocorre que a pobreza perdura, em muitos casos de forma agravada e mais visível, e os baixos padrões de vida de grande parte da população e mesmo a existência da miséria absoluta é que levam à conclusão de que o país é subdesenvolvido. Por outro lado é inegável o caráter moderno e eficiente do aparelho produtivo que domina a economia. Em síntese: alta capacidade produtiva de riqueza em meio à pobreza, um aparelho produtivo desenvolvido, convivendo com população que em parte tem padrões de consumo do subdesenvolvimento.

Pois bem, a condição essencial que permite a implantação de políticas sociais é dada pela capacidade produtiva. Uma situação hipotética ilustraria o argumento. Suponha-se um país de economia predominantemente agrária, no qual a terra fosse democraticamente distribuída. Em tal situação, poderia não existir miséria e as necessidades básicas poderiam estar satisfeitas (alimentação, habitação, vestuário). Assim, não existiriam pobres, mas seria impossível ao governo em tal situação implementar políticas sociais avançadas, já que o aparelho produtivo de semelhante economia agrícola não permitiria a arrecadação de recursos para financiar tais políticas e também aumentos na tributação poderiam significar quedas nos padrões de vida da população.

O contraste com a situação do Brasil é flagrante. País com economia industrial moderna e com capacidade produtiva su-

ficiente para gerar excedentes tributáveis que financiassem as políticas sociais sem que isto afetasse a acumulação e conseqüentemente bloqueasse o crescimento. Por outro lado, a produção é capaz também de atender as demandas decorrentes da implementação destas políticas, ou seja, um amplo programa habitacional, por exemplo, poderia ser levado a cabo que a indústria da construção e de materiais de construção seria capaz de abastecer e realizar tal programa. Assim os gastos com as políticas sociais não teriam como contrapartida dificuldades econômicas ou reduções nos padrões de vida, mas ao contrário, estimulariam a demanda e acumulação em determinados setores privados, o que em situação de crise elevaria o nível de atividade da economia e conseqüentemente reforçaria a arrecadação tributária. Em síntese é evidentemente possível a implementação de políticas sociais avançadas no País.

Que as afirmações acima não levem, entretanto, à conclusão que as opções indicadas não envolvem conflitos, pois como qualquer alternativa que verse sobre o gasto público é resolvida pela luta política, já que diferentes assignações beneficiam distintos grupos sociais. Assim, no caso de políticas sociais, se a possibilidade objetiva de sua implantação é dada pela esfera produtiva, isto entretanto não é suficiente para torná-la efetiva, pois também devem ser criadas as condições políticas que permitam sua concretização.

Já a necessidade das políticas de emprego no País são menos discutíveis. Supondo-se que as características gerais da economia brasileira dos últimos trinta anos continuem vigentes futuramente, apesar do dinamismo do mercado de trabalho, ainda assim, seriam necessárias as políticas de emprego, pois mesmo

que haja diminuído a participação do setor não organizado no emprego urbano na década de 70, ainda seria grande o volume de subempregados ou de empregados com renda abaixo do mínimo, já que o setor não organizado participava com 27% do total do emprego urbano em 1970. Se isto ocorre nas cidades, no campo também as perspectivas não são animadoras, pois grande parcela da população ainda vive em precárias condições na agricultura de subsistência ou dedicada ao trabalho temporário no setor mercantil rural. Tudo isto atesta que os mecanismos puramente econômicos não se mostram capazes de resolver o problema da marginalidade e que sem uma intervenção decidida do Governo tal situação tende a perdurar por longos períodos.

Muitos poderiam argumentar que existe a tendência à redução do incremento da população urbana, já que os níveis absolutos da população rural caem, o que, evidentemente implica em redução na massa de migrantes e portanto o mercado de trabalho urbano não sofreria tão expressivamente a pressão das massas rurais migrantes. Este fato, reflexo da mudança nas proporções entre população rural e urbana já é manifesto, pois entre 60 e 70 a população urbana cresceu a 5,1% em média ao ano, enquanto que na década de 70 este crescimento caiu a 4,4%. Entretanto acredita-se que este processo, não atinge dimensões de modo a garantir o desafogo do mercado de trabalho urbano. Cálculos, ainda que pouco apurados, indicam que migraram para a cidade na última década cerca de 13,9 milhões de brasileiros. Esta estimativa é realizada supondo-se o crescimento vegetativo da população rural seja a mesma que aquela do País como um todo, ou seja, 2,49% ao ano. Aplicando-se esta taxa estimada de crescimento sobre a população rural de 1970 chega-se a um

resultado do qual é subtraído o total da população rural efetiva em 1980, resultando a subtração no montante estimado de migrantes. Aplicando-se o mesmo critério para a década 80/90, o número de migrantes seria de 12,7 milhões, o qual, mesmo sendo inferior ao dos anos 70, ainda assim é expressivo. Por outro lado, ainda que, por outras razões a migração se desaccelerasse, ainda assim a atual massa de subempregados das cidades estaria a exigir alguma política para resolver seus problemas de emprego.

Entretanto, a argumentação apresentada até o momento, peca pela base, pois foi suposto que as condições gerais da economia dos últimos trinta anos se reproduziriam daqui em diante. Ora, o quadro existente na atualidade em nada se assemelha a qualquer conjuntura do passado recente. A crise da economia brasileira, que era latente desde meados dos anos 70, em 1981 tornou-se explícita e com violência inaudita.*

TABELA 7 - INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO INSUMOS, VARIACÃO COM BASE EM 1980-1981 (Em %)

DISCRIMINAÇÃO	1980	1981
Aço	9,3	(13,8)
Cimento	9,4	(4,2)
Energia Elétrica (Consumo Industrial)	10,9	0,3

FONTE: CONSIDER, SNIC e ELETROBRÁS

*Quando da edição deste documento ainda não estavam disponíveis os resultados das contas nacionais de 1982, pois estes são publicados pela Revista Conjuntura Econômica que é divulgada em março de 1983. Entretanto, o que se pode afirmar para o ano de 1982, é que este não foi tão desfavorável à produção e ao emprego como o ano de 1981, mas também não foi favorável, pois seguramente os níveis de emprego e produção de 1980 não foram recuperados. Assim, tal como se supõe na análise a seguir, a economia continua a manter um comportamento tipo "stop and go", com taxas de crescimento oscilando em torno a zero. Entretanto, as perspectivas para 1983 são mais desanimadoras, pois a guinada recente na política econômica e as condições impostas pelo FMI para a concessão de empréstimos, seguramente provocarão reduções expressivas nos níveis de emprego da economia nacional.

TABELA 8 - VARIAÇÃO DO PRODUTO REAL, SEGUNDO SETORES E SUBSETORES ECONÔMICOS, NO BRASIL - 1981

DISCRIMINAÇÃO	%
Agricultura	6,8
Indústria	(8,4)
Comércio	(6,0)
Transportes e Comunicações	0,8
Outras Atividades	(0,6)
Taxa Global	(3,5)

FONTE: Conjuntura Econômica - Fev./1982

Os cálculos preliminares que apontam queda de 3,5% no produto real indicam bem a profundidade da crise, a mais grave desde que são elaboradas as contas nacionais, podendo-se mesmo afirmar que o nível de dificuldades atuais da economia, seguramente poderia ser comparado com aquele decorrente da crise de 1929.

Na indústria de transformação, as quedas de produção não foram setoriais, como se aventava, mas generalizadas.

TABELA 9 - TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS DA PRODUÇÃO REAL, SEGUNDO SUBSETORES E GÊNEROS INDUSTRIAIS, NO BRASIL - JAN - NOV - 1981

SUBSETORES E GÊNEROS	(em %)	
	1980	1981
Indicador Geral	7,8	(9,6)
Extrativa Mineral	12,6	2,2
Indústria de Transformação	7,6	(9,9)
Minerais Não-metálicos	6,5	(5,9)
Metalúrgica	12,1	(15,6)
Mecânica	15,3	(16,2)
Material Elétrico e de Comunicações	5,2	(16,5)
Material de Transporte	2,0	(27,6)
Papel e Papelão	9,6	(8,6)
Borracha	9,0	(11,0)
Química	3,9	(9,0)
Farmacêutica	13,1	5,0
Perfumaria, Sabões e Velas	9,4	1,2
Produtos de Matérias Plásticas	12,4	(22,6)
Têxtil	6,8	(7,4)
Vestuário, Calçados Artefatos de Tecidos	6,2	(0,2)
Produtos Alimentares	7,1	(0,3)
Bebidas	2,7	(6,3)
Fumo	(0,9)	1,2

FONTE: IBGE - Banco Central do Brasil, "Relatório 1981", p.20

TABELA 10 - ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL - 1975-81
(Média de 1975=100)

ANOS	MÉDIAS
1975	100,0
1976	112,5
1977	115,1
1978	123,8
1979	132,8
1980	142,4
1981	128,7

FONTE: IBGE - Conjuntura Econômica, fev. 1982

Como se nota, o índice de produção industrial de novembro de 1981 está próximo do índice médio de 1978, e as quedas de produção foram generalizadas, atingindo como era de se esperar, mais duramente os gêneros da metal-mecânica que os bens de consumo duráveis. Estas quedas generalizadas na produção industrial inevitavelmente acabariam por afetar outros setores de atividades, sendo por exemplo, o comércio, duramente atingido.

TABELA 11 - EVOLUÇÃO PERCENTUAL, DO FATURAMENTO REAL E DO EMPREGO NO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ALGUNS RUMOS, EM SÃO PAULO - 1981-80

DISCRIMINAÇÃO	FATURAMENTO REAL*	EMPREGO**
Comércio Global	(16,67)	(5,05)
Concessionárias Veículos	(37,79)	(5,52)
Móveis e Decorações	(30,41)	(0,49)
Lojas de Utilidades Domésticas	(39,17)	(10,26)
Cine-Foto-Som e Óticas	(23,73)	(0,44)
Material de Construção	(15,56)	(0,80)
Lojas de Departamentos	(15,21)	(1,61)
Drogarias e Perfumarias	(16,16)	(0,02)
Vestuário	(9,18)	(5,92)
Tecidos	(1,21)	(8,62)
Supermercados	(1,71)	(7,18)
Calçados	3,53	(11,16)

FONTE: Centro do Comércio do Estado de São Paulo. Conjuntura Econômica - Fev-1982

*Estimativas com base no período Jan.-Nov./81

**Nov./81 - Nov./80

A tabela 11, apesar de referir-se somente à grande São Paulo, mostra bem as quedas do setor comercial. Como já se havia argumentado no início deste documento, a indústria mantém estreitas relações de compras e vendas com outros setores da economia, os quais, são evidentemente afetados pelo seu comportamento, ou em direção ao crescimento quando acelera-se a acumulação industrial, ou para quedas nos níveis de atividade quando manifesta-se a crise no setor secundário. Daí pode-se concluir, que é questão de tempo a eclosão da crise na agricultura nacional, mesmo que as exportações de primários mantenham-se nos níveis atuais. Ocorre que a maior parcela da produção agrícola brasileira é consumida no próprio mercado nacional. Ora, a crise da economia urbana inevitavelmente afetará a demanda de produtos agrícolas devido às quedas na demanda corrente que provoca. Assim, a crise afeta diretamente a demanda de matérias-primas agrícolas e, indiretamente, a contração da massa de salários que ela provoca determina redução na demanda de alimentos, por exemplo. Estes fatos já principiam a ocorrer, como atesta o crescimento nulo da indústria de produtos alimentares em 1981 e mesmo a queda de 7,4% no nível de produção da têxtil. Entretanto, pode ocorrer que a crise agrícola manifeste-se de forma distinta à da indústria, pois sendo um setor concorrencial, a agricultura não regula sua produção de acordo com a demanda, o que pode determinar que não haja queda nos níveis de produção, mas sim dos preços agrícolas na ausência de interferência do Governo. Fato este eventualmente benéfico para o combate à inflação, mas desastroso para a agropecuária.

Como uma das manifestações mais graves da crise do ponto de vista social, aparecem as quedas nos níveis de emprego.

TABELA 12 - ÍNDICE DE EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASILEIRA - 1976 OUT. 1981
(Média Anual de 1976=100)

ANOS/MESES	MÉDIAS
1976	100,0
1977	101,0
1978	103,1
1979	106,6
1980	110,1
1981	109,1
Jan	109,2
Fev	108,2
Mar	106,4
Abr	104,5
Maio	103,0
Jun	100,9
Jul	98,8
Ago	97,8
Set	96,9
Out	

FONTE: IBGE - Conjuntura Econômica - Fev. 1982

TABELA 13 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO DIVERSOS GÊNEROS, NO BRA-
SIL - 1980 - OUT. 1981

GÊNERO DA INDÚSTRIA	BASE FIXA (MÉDIA DE 1976=100)		VARIAÇÃO PERCENTUAL
	Média de 1980	Out. 1981	
Minerais Não-metálicos	109,34	96,23	(12,0)
Metalurgia	114,71	97,09	(15,4)
Mecânica	110,85	95,56	(13,8)
Material Elétrico e de Comunicações	118,52	95,76	(19,2)
Material de Transporte	116,29	92,48	(20,5)
Papel e Papelão	121,85	107,72	(11,6)
Borracha	99,81	78,41	(21,4)
Química	107,06	98,55	(11,7)
Farmacêutica	96,93	93,25	(3,8)
Perfumaria, Sabões e Velas	113,04	108,59	(3,9)
Produtos Matérias Plásticas	115,05	93,16	(19,0)
Têxtil	102,15	85,18	(16,6)
Vestuário, Calçados e Arti- gos de Tecidos	113,49	110,92	(2,3)
Produtos Alimentares	106,60	101,17	(5,1)
Bebidas	112,08	107,59	(4,0)
Fumos	100,36	72,13	(28,1)
Indústria de Transformação	109,96	96,34	(12,4)

FONTE: IBGE - Conjuntura Econômica Fev.-1982

Como se nota, as quedas nos níveis de emprego foram maiores que aqueles dos níveis de produção e em outubro de 1981 o nível de emprego estava abaixo da média de 1976. Assim em um ano perde-se todo o volume de emprego conseguido em cinco anos, e isto, considerando que a população do País cresceu mais de 10% no período, atesta bem as dificuldades do mercado de trabalho. Este desemprego manifestou-se de forma generalizada, de um ponto de vista espacial, como aparece na tabela 14.

TABELA 14 - TAXA MÉDIA E ACRÉSCIMO DE DESEMPREGO, SEGUNDO AS SEIS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO PAÍS - 1980-81 (em %)

REGIÃO METROPOLITANA	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO		ACRÉSCIMO DE DESEMPREGO
	1980	1981	
Rio de Janeiro	7,52	8,61	14,5
São Paulo	5,66	7,25	28,1
Belo Horizonte	7,63	8,97	17,6
Porto Alegre	4,55	5,80	27,5
Salvador	7,09	9,04	27,5
Recife	6,81	8,56	25,7

FONTE: IBGE - Conjuntura Econômica - Fev. 1982

Muitos poderiam argumentar que os níveis de desemprego acima são toleráveis já que semelhantes àqueles que atualmente apresentam-se nos países desenvolvidos. Entretanto tal argumento é falho, pois não leva em conta o fato de que, a diferença daquilo que ocorre nos países desenvolvidos, não existe no Brasil o seguro desemprego e que, portanto, as quedas nos níveis de emprego ademais de afetarem rapidamente a demanda corrente rebaixando ainda mais os níveis de atividade, constituem grave problema social.

Por outro lado, é importante frisar, que o desemprego

começa a afetar os profissionais de classe média como atestam os insistentes pronunciamentos dos representantes das diferentes ordens de profissionais, como aquela dos engenheiros, arquitetos, etc. Também pesquisas recentes do DIEESE,⁴ mostra, nos bairros típicos de classe média da grande São Paulo, índices de desemprego rondando os 6%, fato inédito no Brasil.

Finalmente os dados recentes apurados pelo IBGE apontam crescente índice de subemprego em várias capitais.

TABELA 15 - PERCENTAGEM DAS PESSOAS OCUPADAS EM RELAÇÃO À FORÇA DE TRABALHO E QUE TRABALHAM 40 HORAS OU MAIS POR SEMANA, COM RENDIMENTO DE TRABALHO INFERIOR A 1 SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL, SEGUNDO OS MESES DE JUNHO 1980 A NOVEMBRO 1981

MES/ANO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE	PORTO ALEGRE	SALVADOR	RECIFE
Junho/80	16,7	11,4	24,1	14,8	21,2	27,6
Julho	16,0	9,9	22,6	13,5	20,3	26,2
Agosto	15,3	9,2	21,3	12,3	20,9	23,5
Setembro	14,4	8,9	19,7	11,5	19,7	21,9
Outubro	13,0	7,4	17,9	10,2	18,8	19,2
Novembro	11,9	11,6	19,1	11,5	30,2	35,1
Dezembro	10,1	9,0	16,5	9,8	16,5	18,7
Janeiro/81	9,0	7,3	14,3	8,0	14,7	16,8
Fevereiro	8,9	6,4	12,3	7,5	14,5	15,9
Março	8,1	6,4	12,4	6,7	13,4	15,3
Abril	8,0	5,6	11,2	6,9	12,9	15,4
Maio	13,2	12,5	19,0	12,1	19,3	25,1
Junho	11,3	9,4	17,1	8,6	16,9	21,2
Julho	10,5	7,9	15,2	7,4	15,4	19,2
Agosto	10,2	7,5	14,9	7,0	14,9	17,8
Setembro	9,5	7,0	14,0	6,7	14,7	17,0
Outubro	8,5	6,6	13,0	6,8	14,5	15,3
Novembro	13,4	12,8	25,4	10,3	21,4	25,8

FONTE: IBGE

OBS.: Considera-se a Força de Trabalho com quinze anos ou mais

A pergunta que se coloca é se esta não seria uma crise passageira, de curta duração, necessária para reajustar a economia, controlar a inflação, equilibrar as contas externas, etc. Um simples indicador poderia desmentir tal informação. Roberto

⁴DIEESE. Pesquisa de padrão de vida e emprego; relatório preliminar. São Paulo, 1982, 36p.

Macedo,⁵ a partir de dados da FIESP, calcula que para que se possa recuperar o nível de emprego industrial de 1980, na grande São Paulo, a indústria deveria crescer 20% em 1982, o que demonstra quão difícil será a recuperação dos níveis de emprego industrial nos próximos anos.

Entretanto, comentários sobre os simples indicadores quantitativos não constituem a melhor maneira de se avaliar a crise. Na realidade, assiste-se a uma turbulência grave da economia, ou seja, é todo um padrão de crescimento, do Brasil e também dos países avançados que entra em crise e cuja superação exige alterações profundas nos parâmetros da produção. Por exemplo, a indústria do petróleo e derivados conforma a tecnologia e padrão de crescimento de setores fundamentais da economia: em primeiro lugar dependem do petróleo os principais combustíveis da agricultura, da indústria, e dos transportes. Sub-produtos do óleo são amplamente utilizados na indústria química, dos adubos, têxtil, calçados, etc. Finalmente todo o sistema viário é adequado a um tipo de meio de transporte de massa e de carga consumidor de petróleo.

Ora os altos preços do petróleo puseram em cheque todos estes setores, indicando que profundas transformações devem ocorrer no sistema viário, nos transportes, na agricultura, na indústria têxtil, cimento, química, material de transporte, etc. Por outro lado, as quedas recentes nos preços do óleo, não são de molde a deixar ninguém otimista: basta a retomada do crescimento das economias ocidentais para os preços elevarem-se outra vez. Nestas condições, deve-se implantar um outro

⁵MACEDO, R. Emprego Industrial: A Recuperação não Virá em 1982. Informações FIPE, São Paulo, (22):1, jan 1982.

padrão de crescimento, o que esbarra com resistências dos setores já estabelecidos, com dificuldades tecnológicas, etc. Enfim, estas transformações demandam tempo, o que indica que a crise atual não é mera pausa para pequenos reajustes. Entretanto, o petróleo é somente uma dimensão da crise, que é na realidade mais profunda, como atestam os distúrbios no sistema monetário internacional, a crise financeira, as disputas no comércio internacional, todas manifestações anteriores a 1973. Em suma, ao que tudo indica está-se assistindo a uma crise que culmina um ciclo longo de expansão (Kronratieff), tal como analisou Shumpeter, que se caracteriza pela larga duração da expansão à qual sucedem períodos de decréscimo ou de baixas taxas de incremento desta produção.

Diante deste quadro, a política recessiva do Governo brasileiro somente agrava a crise, resultando em alto custo social. Evidentemente também não é possível a alternativa lealdade a cabo em 1980, quando se promoveu um crescimento indiscriminado de todos os setores produtivos, o que fatalmente resultaria em impasses na balança de pagamentos. Foge à competência deste trabalho a discussão de alternativas de política econômica, entretanto, no que interessa à questão da política de emprego, deve-se chamar a atenção que a firme retomada do crescimento não pode ser esperada a curto prazo. E isto por que a superação da crise implica em profundas alterações estruturais; ou seja, passa por alguma forma de negociação do bloco da dívida com os credores externos, pela definição de clara política industrial, que selecione os setores a serem estimulados, isto é aqueles que permitam substituir importações ou que podem

exportar e aqueles que apresentam baixos coeficientes de importação. Passa também por alterações na atual política para o campo, e por outro lado, tudo isto exige reformas no sistema financeiro, tributário, etc. Em suma, o importante para compreender a situação atual não é saber "como o capitalismo administra as estruturas existentes, mas sim o problema relevante é descobrir como são criadas e destruídas estas estruturas."⁶

A partir deste quadro, fica claro que o desemprego e subemprego continuarão a rondar a economia brasileira por longo tempo. Com maior gravidade a perdurar a política recessiva vigente e com menor, na alternativa da implementação de política não liberal-ortodoxa, já que mesmo neste caso, dificilmente se poderia esperar taxas de crescimento da demanda de trabalho comparáveis às dos últimos trinta anos. Por outro lado, é importante frisar que a política de emprego possui também um caráter anticíclico, é uma peça chave para impedir quedas violentas da demanda corrente. Assim, por exemplo, se houvesse implementado a política de emprego preconizada pelo Ministro Murilo Macedo em 1981, seguramente os níveis de produção e emprego não teriam sofridos quedas tão violentas em vários e importantes ramos de produção, como aquelas que se verificaram neste ano. Acrescente-se que como o programa afetaria basicamente a construção civil (casas populares e a infra-estrutura necessária) provavelmente teria repercussões toleráveis nas contas externas e ademais amenizaria o grave desemprego e questão habitacional nas cidades.

⁶SCHUMPETER, J.A. Capitalism, socialism and democracy. Londres. Georg Allen & Unwin Ltd. 1946.

Assim, pode-se concluir pela urgente necessidade de política de emprego, para atender os subempregados que preexistam a esta conjuntura, aos desempregados pela crise e finalmente para atender aos novos ingressantes no mercado de trabalho. E como provavelmente o País passará por prolongado período com a economia ou com reduzido crescimento ou com decréscimos na produção, as políticas de emprego devem logicamente ser definidas para o longo prazo.

Dentro dos marcos definidos anteriormente, a conclusão que se impõe quanto às características da política de emprego é que no Brasil, esta deveria ser implementada fundamentalmente através dos gastos sociais. A justificativa desta opção é óbvia: não somente desempregados e subempregados estão nas faixas de pobreza no país, pois dado o baixo nível do salário mínimo legal, grande parte dos empregados não recebem o suficiente para a satisfação de suas necessidades básicas. Ora, para esta grande parcela da população, os gastos sociais (saúde, habitação, educação, saneamento, etc.), podem significar melhoras nos padrões de vida.

É fundamental para a política de emprego, propostas que envolvam solução para o campo, visando reduzir a velocidade das migrações rural-urbana. Assim, deve ser acelerado o assentamento de pequenos proprietários nas regiões pioneiras, medida que pode absorver grandes contingentes da população e que apresenta baixos custos. Por outro lado, é essencial também a execução de políticas que protejam os pequenos proprietários nas regiões mais atingidas, visando evitar sua expulsão.

Quanto à indústria, já se insistiu que a melhor política de emprego é o máximo de crescimento industrial, mas aqui não

se analisará esta opção já que diz respeito mais a opções de políticas industriais que às opções de política de emprego. Frise-se que a política recessiva atual não somente reduz o emprego no conjunto da economia, como apresenta consequências desastrosas para a arrecadação tributária, reduzindo o raio de manobra para as políticas sociais. Assim, no que interessa ao emprego, o desejável seria uma clara política de transformações do aparelho produtivo, que permitisse a retomada da acumulação do capital industrial. Isto combinado com amplos programas de educação, saúde, saneamento, casas populares, obras públicas, etc. Estes gastos dinamizariam imediatamente a construção civil (creches, escolas, hospitais, casas, obras de infra-estrutura urbana, etc.) e também ampliariam o mercado de trabalho não somente para trabalhadores não-qualificados, mas também para os engenheiros, médicos, professores, etc.

2 O EMPREGO NO PARANÁ SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

2.1 VARIAÇÕES RECENTES DA POPULAÇÃO, DA PEA E DA PIA*

A modernização da agricultura e a expansão e diferenciação da Indústria de Transformação provocam uma urbanização acelerada e concentrada espacialmente, estimulando um determinado tipo de crescimento da Construção Civil e do Terciário.

A evolução da população e do emprego no campo, bem como do emprego urbano - Indústria Construção Civil e Terciário - em que pese suas inter-relações, irá determinar a estrutura e o ritmo de crescimento do emprego no Paraná.

As mesmas tendências básicas, quanto à estrutura do emprego, observadas no Brasil operam também no Paraná, onde houve redução absoluta e relativa do emprego agrícola e cresceu o volume absoluto e relativo do emprego urbano, na última década. Ressalte-se, entretanto, que se esse processo se desenvolveu rapidamente a nível nacional, a velocidade em que se processou, no Estado, foi maior ainda, invertendo a importância relativa dos setores econômicos e relegando a agricultura a segundo plano em apenas 10 anos.

*A PEA ou População Economicamente Ativa serve para designar as pessoas com 10 anos e mais que desempenham atividade econômica, além das pessoas desempregadas. A PIA ou População em Idade Ativa é composta das pessoas que com 10 anos e mais desempenham ou potencialmente podem vir a desempenhar atividade econômica. A PEI ou População Economicamente Inativa, é composta das pessoas que estão temporária e permanentemente excluídas do mercado de trabalho. Fonte FIBGE

O primeiro indicador dessas transformações é a evolução da população do Estado. Até a década de 70, as taxas de crescimento da população paranaense eram sistematicamente superiores às do Brasil, tendo em vista que entre 1940-65 o Estado recebeu 2 744 mil migrantes. Essa tendência é rapidamente invertida nos anos 70, quando a taxa de crescimento populacional do Estado se situou bem abaixo da brasileira (tabela 16).

TABELA 16 - TAXAS GEOMÉTRICAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1940-80

	(Em % ao ano)			
	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80
Paraná	5,5	7,3	4,9	0,9
Brasil	2,3	3,2	2,8	2,5

FONTE: IBGE - Censos Demográficos e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980

O comportamento da taxa de crescimento da população do Estado na última década se deve basicamente à redução na população rural, já que a urbana aumenta rapidamente (tabela 17).

TABELA 17 - POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL, EM NÚMEROS ABSOLUTO E PERCENTUAL, E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, NO PARANÁ - 1970-1980

ANO	POPULAÇÃO				TAXA DE CRESCIMENTO		
	Urbana		Rural		TOTAL	Urbana	Rural
	Abs.	%	Abs.	%			
1970	2 501	36,1	4 435	63,9	6 936	6,3	4,0
1980	4 471	58,6	3 157	41,4	7 629	5,8	(3,4)

FONTE: IBGE - Censos Demográficos e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980

Em apenas 10 anos, a população rural cai de 63,9% para 41,4% em relação à população total, invertendo-se, consequen-

temente a importância relativa da população urbana que passa de 36,1% para 58,6%. A população rural decresceu à alta taxa (-3,4%) enquanto que a urbana aumentou 5,8%, taxa superior à do Brasil, cuja população urbana cresceu 4,6%.

Como reflexo desse quadro demográfico, a PEA e a PIA urbanas no Paraná apresentaram entre 1970-80 taxa de crescimento acima da média nacional, ocorrendo o oposto no que se refere à PEA e a PIA rurais.

Para o conjunto do País, o crescimento da PEA e da PIA urbanas foram superiores à PEA e à PIA rurais, no período, revelando a generalização das transformações ocupacionais e demográficas.

As discrepâncias desses indicadores, entre os valores observados para o Paraná e para o Brasil, mostram que os ritmos de urbanização e de esvaziamento rural foram muito mais rápidos no Paraná, situando-o na primeira posição nacional nesse processo (tabela 18).

TABELA 18 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA/POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, URBANA, RURAL E TOTAL E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, NO BRASIL E NO PARANÁ - 1970-1980

	1970			1980			TAXA GEOMÉTRICA 1980/1970		
	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL
(1 000 hab.)									
Brasil									
PEA	16 467	13 090	29 557	30 687	13 109	43 796	6,42	0,0	4,0
PIA	38 314	27 553	65 867	61 125	27 025	88 150	4,78	(0,2)	3,0
PEA/PIA	43%	47,5%	44,9%	50,2%	48,5%	49,7%			
Paraná									
PEA	838	1 439	2 277	1 701	1 196	2 897	7,33	(1,8)	2,4
PIA	1 797	2 902	4 700	3 382	2 256	5 638	6,52	(2,5)	1,8
PEA/PIA	46,6%	49,5%	48,4%	50,3%	53,0%	51,4%			

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil - 1970 - Censo Demográfico do Paraná - 1970, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980

A velocidade da redução da população rural no Estado não só incrementou o ritmo de urbanização, como alimentou o fluxo

de 1,2 milhão para fora do Estado.

Observando-se a distribuição do pessoal ocupado nos setores de atividade econômica, percebe-se a rápida queda na participação relativa do emprego agrícola nas últimas décadas. No período 1970-80, há redução absoluta do pessoal ocupado na agropecuária.*

O emprego no Secundário e no Terciário paranaense (setores urbanos), inversamente amplia sua participação no total do emprego, passando de 30,4% para 58,7% entre 1960-80 (tabela 19).

TABELA 19 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1960-1970-1980
(1 000 hab.)

SETORES	1960		1970		1980		TAXA GEOMÉTRICA	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	1970-60	1980-70
Primário	983	69,6	1 439	63,2	1 196	41,3	3,9	(1,8)
Secundário	93	6,6	233	10,2	523	18,0	9,6	8,4
Terciário	337	23,8	605	26,6	1 178	40,7	6,0	6,9
TOTAL	1 413	100,0	2 277	100,0	2 897	100,0	4,9	2,4

FONTE: IBGE - Censos Demográficos e Tabulações Avançadas do Censo de 1980

Da mesma forma que o aumento do emprego urbano, mais rápido que o da população urbana, não evitou a migração para outros estados, não impediu que parcela significativa desse emprego estivesse representada por ocupações não-organizadas e com baixa remuneração.

*O número da PEA agrícola do Censo Demográfico difere do número é, portanto, do critério de classificação do Censo Agropecuário, como se poderá constatar posteriormente quando serão consideradas (na parte relativa ao diagnóstico do emprego agrícola). As diversas taxas geométricas de crescimento devem, assim, considerar as diferenças nos critérios censitários.

2.2 AGRICULTURA

O emprego agrícola e o industrial, estruturalmente, foram os que mais se alteraram no período. O crescimento do emprego agrícola, que era alto na década de 60, passa a ser negativo nos anos 70, caindo de forma acelerada a partir de meados da década (tabela 20).

TABELA 20 - PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, NO PARANÁ - 1960-1970-1975-1980
(1 000 hab.)

ANO	PESSOAL OCUPADO	ANO	TAXA DE CRESCIMENTO
1960	1 249	1970/1960	4,7
1970	1 981	1975/1970	1,0
1975	2 079	1980/1975	(2,7)
1980	1 814	1980/1970	0,9

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários e Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário de 1980

A redução do pessoal ocupado na agricultura não pode ser atribuída à falta de dinamismo do setor, que expande tanto em área cultivada quanto em produtividade. Ao contrário, deve-se à modernização do campo, resultante, em última instância, da crescente dependência e subordinação da agricultura à indústria e ao crédito bancário, processo sancionado e impulsionado pela política agrícola do País.

Essa relação de subordinação entre distintos setores sociais se manifesta de várias maneiras. A indústria produtora de máquinas agrícolas, fertilizantes, defensivos, etc., apoiada no crédito oficial vai impulsionar a demanda desses produtos na agricultura. Por outro lado, a agroindústria vai estabelecer relações de compra diretamente com o setor agropecuário, pas-

sando a exigir padronização na qualidade dos produtos, regularidade nos fornecimentos, entre outras. Esse movimento resulta na modernização da agricultura, que não é senão uma consequência, apreendida em sua expressão material, da crescente subordinação da agricultura aos setores mais avançados do ponto de vista da organização social. Será exatamente esse movimento que explicará o rápido decréscimo da força de trabalho empregada no setor.

Até fins dos anos 60, predominava na agricultura paranaense a pequena produção independente. A posse da terra era relativamente desconcentrada, quando comparada com outras regiões do Brasil, dando lugar a ampla camada de pequenos proprietários, que organizavam sua produção com trabalho familiar. Os grandes proprietários mantinham relações basicamente com parceiros, colonos e arrendatários, afirmando-se, por isso, que a pequena produção independente era dominante, pois parceiros, colonos e pequenos arrendatários conformavam pequenos estabelecimentos, organizados também com o trabalho familiar, embora colonos e parceiros, temporariamente, pudessem se relacionar com os grandes proprietários, como assalariados, em épocas de colheitas. Do ponto de vista social, essa pequena produção mantinha relações basicamente com o Comércio, que não impulsionou grandes transformações nas esferas produtivas com as quais se relaciona, sendo, portanto, rudimentar a tecnologia empregada.

A partir do Plano de Metas do governo Juscelino, criaram-se as bases para a diversificação do setor produtor de meios de produção no Brasil. No que se refere à agricultura, implantou-se a indústria mecânica, produtora de tratores e im-

plementos agrícolas em geral, a petroquímica e a química para produzir adubos, defensivos, etc. Esses setores industriais passam a ter força suficiente para dirigir o crédito agrícola, impulsionando e tornando o consumo de seus produtos rentável para a agropecuária. A agroindústria, por sua vez, compradora de produtos agrícolas, avança rapidamente, exigindo padronização e regularidade nos fornecimentos e tornando o produtor agrícola dependente não só de seu poder de compra, mas, frequentemente, também de seu fornecimento de crédito e de insumos. Assim, alterava-se o padrão básico das relações econômicas entre dois setores sociais: o agro, que mantinha relação de compra e venda com o setor comercial, passa a realizar operações econômicas diretamente com o setor industrial.

Por outro lado, a partir do início dos anos 60, a modernização dos sistemas de transportes e o aumento das escalas de produção foram permitindo a progressiva integração dos mercados a nível nacional. Outros fatores, por sua vez, foram conformando um mercado nacional de força de trabalho e a fluidez e a mobilidade dos trabalhadores permitiram que a oferta de trabalho atendesse desde a demanda concentrada, como por exemplo, a da construção de hidroelétricas, até as demandas temporárias da agricultura em épocas de colheita.

A crescente dependência da Agricultura em relação à Indústria e a constituição de um mercado nacional de mão-de-obra conformam um processo social que explica as transformações da agricultura paranaense. Em termos abstratos, o crescente consumo de máquinas, equipamentos e insumos industriais aumenta rapidamente a produtividade do trabalho utilizado, reduzindo, portanto, a quantidade de trabalho necessário tanto por volume

de produção como por área utilizada; esse processo implica redução do número de agentes produtivos.

Por outro lado, as relações de parceria e colonato eram mecanismos que, em última instância, garantiam aos grandes proprietários a oferta de mão-de-obra em momentos de auge da demanda, ou seja, parceiros e colonos mantinham seus pequenos estabelecimentos e em determinados períodos se tornavam assalariados dos grandes proprietários. Assim, a parceria e colonato surgiram como uma relação intermédia, na qual o proprietário não arcava com os custos monetários do assalariamento permanente e ao mesmo tempo contava com oferta adequada de trabalho nos momentos em que necessitava.

A formação de um mercado nacional de mão-de-obra torna supérflua essa relação, pois a oferta de trabalho para o assalariamento temporário está garantida sem que o proprietário tenha de utilizar parte de suas terras com colonos e parceiros; ou seja, a criação de um exército de volantes dispensa colonos e parceiros, e serão esses agentes, portanto, os que mais sofrerão com a redução da quantidade de mão-de-obra ocorrida na agricultura, ocorrendo também o não-crescimento do número de assalariados, como contrapartida à redução do número de parceiros.

Os pequenos proprietários também vão sofrer com esse processo, encontrando dificuldades na obtenção de crédito oficial, escalas de produção inadequadas para responder às tendências modernizantes, etc. Tudo isto vai provocar expressiva redução do número de pequenos proprietários, isto é, ocorre no campo um profundo processo de transformação social, apoiada em mudanças tecnológicas, que resulta em redução da quantidade de

trabalho necessário, o que elimina pequenos proprietários e parceiros sem, entretanto, incrementar proporcionalmente a mão-de-obra assalariada. Não se pode, portanto, atribuir a redução da mão-de-obra necessária à introdução da soja, do trigo ou da pecuarização. Essas transformações na pauta da produção, na realidade, ocorrem exatamente devido a pressões e condições para a modernização do campo, o que é visível pelo fato de que o agro se moderniza não somente quanto à soja ou ao trigo, mas também face aos avanços das transformações na produção do arroz, do trigo, do café, etc., que visam basicamente aumentar a produtividade do trabalho e, portanto, reduzir a mão-de-obra utilizada.

Essas tendências podem ser visualizadas através de algumas estatísticas.

Examinando-se as características do pessoal ocupado, observa-se a importância que ainda conservava em 1975* a categoria dos Responsáveis e Membros Não-remunerados da Família - RMNRF nos dados censitários. Essa importância reflete a possibilidade de incorporação de novas técnicas de produção abertas, durante a década passada, à parcela significativa dos produtores familiares, permitindo sua manutenção. Os pequenos produtores, sobretudo os não-proprietários (parceiros, arrendatários, etc.), são, entretanto, discriminados nesse processo, explicando a redução relativa e absoluta da categoria RMNRF.

A participação dos trabalhadores assalariados no conjunto do pessoal ocupado se eleva na década, embora aparentemente

*E, certamente em 1980, embora os dados relativos a esse ano ainda não estejam disponíveis.

mente decline a partir de 1975.* O declínio afeta em especial o assalariado permanente, substituído pelo temporário, cuja participação se torna, assim, mais estável. A substituição, além de parcial, origina um trabalhador rural estabelecido em precárias condições na periferia das cidades de pequeno e médio porte, explicando a redução mais rápida da população rural em relação ao emprego na agricultura (tabela 21).

TABELA 21 - PESSOAL OCUPADO NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE PRODUTORES, NO PARANÁ - 1970-1978
(1 000 hab.)

CATEGORIAS	1970		1975		1978
	VA	%	VA	%	VA
RMNRF	1 696	85,6	1 674	80,5	-
Empregados em Trabalho Permanente	132	6,7	179	8,6	93
Empregados em Trabalho Temporário	119	6,0	162	7,8	148
Parceiros	25	1,2	57	2,8	-
Outros	9	0,5	7	0,3	75
TOTAL	1 981	100,0	2 079	100,0	316

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários 1970, 1975
INCRA - Estatísticas Preliminares -- Recadastramento - 1978

A análise é coerente com os dados sobre o número de estabelecimentos, o qual se reduz em todas as categorias de produtores mas, acentuadamente, no caso dos parceiros (tabela 22).

*A diferença de fonte dos dados para 1978 (INCRA) em relação a 1970 e 1975 (IBGE) torna precária a comparação dos mesmos.

TABELA 22 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE POSSE DO PRODUTOR, NO PARANÁ-1970-1975-1980

(1 000 estab.)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS			
	1970	1975	1980	Δ Absoluta 1980/70
Proprietário	313	306	297	(16)
Arrendatário	68	48	46	(22)
Parceiro	123	80	66	(57)
Ocupante	50	44	44	(6)
Sem declaração	-	-	-	1
TOTAL	554	478	454	(100)

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários e Tabulações Avançadas do Censo de 1980

Paralelamente, o exame do pessoal ocupado e do número de estabelecimento, segundo os grupos de área, aponta forte redução em ambos os indicadores para os grupos entre 2 ha e 20 ha. Os estabelecimentos entre 20 ha e 50 ha são pouco afetados em termos de pessoal ocupado ou de número de estabelecimentos. Nos grupos de área acima de 50 ha ocorre forte elevação nesses dois itens.

Assim, embora os estabelecimentos até 50 ha conservem ainda grande importância no Paraná, quanto ao seu número e ao volume de pessoal ocupado, essa importância declina nos anos 70, num processo não propriamente de concentração fundiária, mas de retomada de terras cedidas em parcerias e arrendamento.

O aumento do emprego nos grupos de área acima de 50 ha atinge aproximadamente 50% do número de pessoas expulsas pelos estabelecimentos menores (tabela 23).

TABELA 23 -- PESSOAL OCUPADO E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha), NO PARANÁ - 1970-1975-1980

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	PESSOAL OCUPADO			ESTABELECIMENTO		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Menos de 10...	829 396	788 169	615 746	295 272	237 068	215 420
Menos de 1...	11 035	9 661	24 933	4 901	3 763	11 746
1 a menos de 2	30 600	28 369	33 936	14 229	11 302	14 963
2 a menos de 5	345 781	323 604	235 841	137 353	107 865	90 066
5 a menos de 10	441 980	426 535	321 036	138 789	114 138	98 645
10 a menos de 100	980 153	1 062 909	939 857	240 936	218 886	215 018
10 a menos de 20	484 728	487 341	406 866	127 021	109 243	104 577
20 a menos de 50	387 497	431 262	385 790	91 604	85 501	85 177
50 a menos de 100	107 928	144 306	145 201	22 311	24 142	25 264
100 a menos de 1 000	137 760	189 981	207 588	17 158	20 213	22 601
100 a menos de 200	59 946	83 719	91 951	9 816	11 381	12 458
200 a menos de 500	52 822	75 480	80 024	5 792	6 892	7 821
500 a menos de 1 000	24 992	30 782	35 613	1 550	1 940	2 322
1 000 a menos de 10 000	30 798	34 928	44 886	1 074	1 318	1 581
1 000 a menos de 2 000	17 868	19 671	26 202	688	885	1 053
2 000 a menos de 5 000	10 679	9 995	15 190	333	364	463
5 000 a menos de 10 000	2 251	5 262	3 494	53	69	65
10 000 e mais ...	3 299	1 716	6 974	13	30	29
10 000 a menos de 100 000	2 962	1 295	2 574	12	29	28
100 000 e mais ...	337	421	4 400	1	1	1
Sem declaração	65	1 471	477	35	938	214
TOTAL	3 962 877	2 079 174	1 813 528	554 483	478 453	454 863

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná 1970-1975, Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário - 1980

O exame da evolução da área total dos estabelecimentos, segundo a categoria do produtor, aponta novamente redução de relações de parceria entre 1970-80. A significativa expansão dessa área se dá, sobretudo, na categoria de proprietários, ocorrendo involução relativa e absoluta na categoria de parceiros e ocupantes e crescimento muito débil nas áreas dos estabelecimentos trabalhados por arrendatários (tabela 24).

TABELA 24 -- ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, POR CONDIÇÃO DE POSSE DO PRODUTOR, NO PARANÁ - 1970-1975-1980

ANOS	ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS								
	TOTAL	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
1970	14 625	12 161	83,1	647	4,4	1 067	7,3	750	5,1
1975	15 630	13 780	88,2	580	3,7	685	4,4	566	3,6
1980	16 541	14 381	87,0	799	4,8	768	4,6	593	3,6

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná - 1970, 1975, Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário - 1980

Por outro lado, os dados sobre área plantada dos principais produtos agrícolas nos anos 70 indicam a maior expansão

de culturas que, utilizando tecnologia, defensivos e insumos industrializados, dispensam a utilização intensiva e permanente de trabalho, tornando crescentemente supérfluas relações como parceria e arrendamento (tabela 25).

TABELA 25 - TOTAL E VARIACÃO DA ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, NO PARANÁ - 1970-1980
(1 000 ha)

ANO	MILHO	SOJA	FEIJÃO	CAFÉ	ALGODÃO	TRIGO	ARROZ	AMENDOIM
1970	1 883	304	790	950	447	287	441	110
1980	2 156	2 410	815	635	336	1 440	390	54
Variacão 70/80	273	2 106	25	(315)	(111)	1 153	(51)	(56)

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário do Paraná, 1970, Produção Agrícola Municipal, 1980, v.VII, tomo 8

A expansão e incorporação de novas áreas agricultáveis no Estado completa o ciclo recente de expansão da fronteira agrícola interna:

O grande impulso da área cultivada estaria associado em dois períodos a dois fatos marcantes. Na década de 60, seria a ocupação final das regiões oeste e centro-norte, na década de 70 estaria associada à introdução da soja e conseqüente processo de expansão da modernização verificada na agricultura e que teria permitido a "anexação" de novas áreas à produção.⁷

Nesse processo, reduzem-se generalizadamente os agentes econômicos dedicados à produção agrícola no Estado, sendo a categoria mais afetada a dos parceiros, cujo número diminui em 50% em apenas 10 anos. Frise-se também que a redução do número de proprietários se deve basicamente à diminuição das pequenas propriedades, as de até 20 ha, que se mostraram mais inadequa-

⁷O MERCADO de trabalho agrícola no Paraná. DERAL, CEPAL/PR, Curitiba, 1981. p.39. Para uma análise da situação do emprego agrícola e sua evolução na década passada, nas diversas regiões do Estado, ver Análise do emprego no Paraná Vol.II cap. 2, IPARDES, Curitiba, 1982 e EMPREGO no Paraná - janeiro-setembro 1982. Boletim de Análise Conjuntural, Curitiba, 4(11):6-8, nov./dez. 1982.

das ao processo de modernização, tendo reduzidas suas possibilidades de sobrevivência. Não se dispõe ainda dos dados do Censo de 1980 sobre o trabalho assalariado no campo, entretanto, acredita-se que essa categoria ganha importância relativa na estrutura do emprego agrícola, embora esse fato possa não se manifestar como um aumento do número de assalariados, já que os aumentos de produtividade reduzem também o número desses agentes. O que ocorreu então foi diminuição do número de pequenos proprietários, parceiros, etc., além de redução do número de assalariados, ainda que em menores proporções.

2.3 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Se a redução do emprego rural no Paraná ocorreu em velocidade maior que aquela com que se desenvolveu a nível nacional, também o crescimento do emprego industrial foi mais rápido que no Brasil durante a década. Assim, enquanto a PEA na indústria de transformação crescia a uma taxa de 8,9% ao ano no Paraná, no Brasil essa taxa era de 4,8%.

O emprego industrial mostrou um crescimento mais intenso que a própria população urbana, cuja expansão foi bastante vigorosa - 6,0% ao ano entre 1970-80. Isso, entretanto, não impediu o aumento do desemprego no Paraná, uma vez que o crescimento do emprego industrial foi insuficiente para a absorção da enorme massa de trabalhadores expulsos do campo.

Por outro lado, a partir de 1980 o emprego industrial perde seu dinamismo, desacelerando inicialmente sua taxa de crescimento (7,2% em 1980) e tornando-a negativa em 1981 (6,9%)*.

*Dado referente à Região Metropolitana de Curitiba, responsável por cerca de 42% do emprego industrial, segundo a Sinópsis da RAIS de 1978.

Em 1982, os dados relativos ao primeiro semestre indicam crescimento de 6,8% em relação ao mesmo período de 1981, sem que o nível de emprego de 1980 seja atingido. Além disso, a expansão do emprego industrial se desacelerou fortemente no segundo semestre.⁸

Esses dados permitem constatar não apenas a insuficiência do dinamismo da Indústria para reduzir o desemprego, especialmente quando esse dinamismo é xecado no início da década de 80, mas também a importância que começa a assumir o desemprego industrial.

Assim, entre 15 000 e 20 000 trabalhadores foram dispensados pela Indústria do Estado em 1981, representando 7% da PEA do setor.⁹ A taxa de desemprego deve ter se elevado em 1982, apesar do desempenho relativamente bom do emprego da Indústria, em virtude dos novos ingressantes no mercado de trabalho e dos migrantes que continuam a afluir do campo. Deve-se considerar então a existência de um saldo de 112 000 desempregados nas zonas urbanas do Estado em junho de 1982.¹⁰

Parcela substancial de empregados se encontra, na realidade, na faixa do subemprego. Nessa situação, estavam incluídos em 1980, aproximadamente 126 000 trabalhadores na Indústria, entre aqueles sem carteira registrada (100 000 trabalhadores) e aqueles registrados, mas cuja remuneração era inferior a um salário-mínimo. Ou seja, 40% da PEA da Indústria de Transfor-

⁸Op. cit. nota 7.

⁹O número depende da fonte e da forma de cálculo utilizadas. Para esses e demais dados, ver IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Análise do emprego no Paraná. Curitiba. 1982.

¹⁰Dados do SINE, Op. cit., nota 7.

mação era constituída de subempregados em 1980.

O exame dos níveis salariais na Indústria indica ao lado dos dados sobre o subemprego, baixo padrão de vida prevalente na PEA do setor. Em 1980, quase 90% dos trabalhadores, registrados ou não, recebiam até 5 salários mínimos, 80% até 3 e 16% até 1 salário mínimo (tabela 26).

TABELA 26 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, POR FAIXAS SALARIAIS, SEGUNDO OS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO NO PARANÁ - 1980

SETOR	ATÉ 1/2 SM	MAIS DE 1/2 A 1 SM	MAIS DE 1 A 2 SM	MAIS DE 2 A 3 SM	MAIS DE 3 A 5 SM	MAIS DE 5 A 10 SM	MAIS DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	SEM RENDIMENTO	SEM DECLARAÇÃO
População Economicamente Ativa	11,6	24,7	20,5	6,1	4,8	2,2	1,2	0,9	27,95	0,1
Indústria de Transformação	2,5	13,3	49,0	14,8	9,3	7,0	1,9	1,2	0,1	0,1
Indústria de Construção	2,3	12,1	48,8	19,6	11,7	4,1	0,8	0,2	0,4	-
Outras Atividades Industriais	-	9,6	51,5	12,7	14,2	6,6	3,8	1,6	-	-
Comércio de Mercadorias	4,6	14,8	33,7	14,1	13,2	9,3	4,4	2,6	3,3	-
Transporte e Comunicações	1,8	5,1	30,8	22,3	19,3	12,8	5,6	1,9	0,4	-
Prestação de Serviços	26,6	20,7	24,4	8,7	8,4	5,6	2,9	0,8	1,7	0,2
Atividades Sociais	4,6	18,6	33,0	15,1	11,6	7,3	4,8	3,1	1,5	0,5
Administração Pública	2,5	6,5	38,2	17,6	15,2	9,8	6,9	2,3	0,2	0,6
Outras Atividades	1,4	5,4	26,3	16,9	19,5	18,8	5,0	3,2	2,3	1,3

FONTE: IBGE, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1980

Do ponto de vista da estrutura industrial, os principais gêneros em termos de valor agregado são também responsáveis pelas maiores parcelas do emprego, excetuando-se o gênero Química, marcado fortemente pela PETROBRÁS. Assim, Madeira e Produtos Alimentares detinham em 1980 aproximadamente 30% do Valor Adicionado na Indústria e 30% do emprego.

Por outro lado, embora a participação do emprego e no Valor Adicionado de gêneros mais antigos como Madeira, Produtos Alimentares, Minerais Não-metálicos, Mobiliário e Papel e Papelão seja ainda dominante, a diferenciação da Indústria paranaense nos anos 70 elevou tanto a participação de gêneros novos do setor de bens de capital, como a de ramos modernos nos

gêneros antigos, vinculados, em geral, aos setores de bens de consumo não-duráveis e de bens intermediários (tabelas 27 e 28).

TABELA 27 - VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NO PARANÁ - 1959-1970-1975-1980

(Em 1 000)

GÊNEROS	1959 ¹		1970 ²		1975 ³		1980 ⁴	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10. Prod. Minerais Não-metálicos	1 211	7,0	119	7,3	1 000	8,2	17 736	6,8
11. Metalurgia	483	2,8	54	3,2	459	3,8	5 953	2,3
12. Mecânica	191	1,1	55	3,3	662	5,4	9 767	3,7
13. Material Elétrico e Comunicações	128	0,7	9	0,6	155	1,3	6 797	2,6
14. Material de Transporte	193	1,1	29	1,8	254	2,1	3 355	1,3
15. Madeira	4 593	26,5	374	22,8	2 516	20,7	32 527	12,5
16. Mobiliário	475	2,7	65	4,0	432	3,6	5 952	2,3
17. Papel e Papelão	858	5,0	86	5,3	606	5,0	14 795	5,7
18. Borracha	4	0,0	13	0,8	80	0,7	970	0,4
19. Couros, Peles e Similares	235	1,3	14	0,9	48	0,4	593	0,2
20. Química	766	4,4	128	7,8	1 301	10,7	87 217	33,5
21. Produtos Farmacêuticos e Veterinários	29	0,2	6*	0,4	X	-	300	0,1
22. Perfumaria, Sabões e Velas	84	0,5	5	0,3	27	0,2	454	0,2
23. Produto de Matérias Plásticas	3	0,0	20*	1,2	186	1,5	2 412	0,9
24. Têxtil	551	3,2	140	8,6	541	4,5	10 440	4,0
25. Vestuário, Calçados e Tecidos	146	0,8	9	0,5	97	0,8	1 359	0,5
26. Produtos Alimentares	6 441	37,2	393	24,0	3 177	26,1	47 478	18,2
27. Bebidas, Alcool Etílico	476	2,8	50	3,0	198	1,6	4 123	1,6
28. Fumo	-	-	4*	0,3	X	1,6	5 494	2,1
29. Editorial e Gráfica	310	1,8	52	3,1	251	2,1	1 427	0,5
30. Diversas	158	0,9	14	0,8	82	0,7	1 458	0,6
TOTAL	17 337	100,0	1 639	100,0	12 160	100,0	260 576	100,0

FORTE: ¹IBGE - Censo Industrial do Paraná, 1960

²IBGE - Censo Industrial do Paraná, 1970

³IBGE - Censo Industrial do Paraná, 1975, excluídos os dados para o gênero "Atividades de apoio e de serviços de caráter industrial" com o valor de 43 167 sendo a participação de 0,4% sendo que os dados para "Produtos Farmacêuticos e Veterinários" e "Fumo", segundo esta publicação, foram omitidos a fim de evitar a identificação do informante

⁴Valor Adicionado da SEFI extraído de "Economia Paranaense 1974-1980"

*Tabulação especial do Censo Industrial do Paraná, 1970

TABELA 28 - PESSOAL EMPREGADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NO PARANÁ - 1959-1970-1975-1979-1980

GÊNERO	1959 ¹		1970 ²		1975 ³		1979 ⁴		1980 ⁵	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10. Prod. de Minerais Não-Metálicos	7 382	10,9	12 474	11,1	19 738	11,4	17 165	8,6	19 239	9,0
11. Metalurgia	2 680	4,0	4 371	3,9	9 331	5,4	9 177	4,6	10 184	4,8
12. Mecânica	837	1,2	3 518	3,1	10 194	5,9	10 800	5,4	12 324	5,8
13. Mat. Elétrico e Comunicações	559	0,8	862	0,8	3 006	1,7	5 886	3,0	6 572	3,1
14. Mat. de Transporte	1 142	1,7	2 533	2,3	5 022	2,9	4 015	2,0	4 692	2,2
15. Madeira	22 722	33,6	37 325	33,3	50 068	29,0	50 050	25,1	52 816	24,7
16. Mobiliário	3 739	5,5	7 278	6,5	11 098	6,4	13 249	6,6	13 713	6,3
17. Papel e Papelão	3 481	5,1	5 222	4,8	5 341	3,1	14 436	7,2	12 421	5,8
18. Borracha	19	0,0	681	0,6	1 143	0,7	1 177	0,6	1 210	0,6
19. Roupas, Peles e Similares	1 272	1,9	1 192	1,1	1 180	0,7	1 732	0,9	2 269	1,1
20. Químicas	1 813	2,7	4 063	3,6	6 364	3,7	7 724	3,9	8 470	4,0
21. Prod. Farmacêuticos e Veterinários	119	0,2	128*	0,1	X	-	319	0,2	362	0,2
22. Perfumaria, Sabões e Velas	208	0,3	208	0,2	266	0,2	674	0,3	771	0,4
23. Prod. de Matérias Plásticas	23	0,0	1 108*	1,0	2 883	1,7	6 534	3,3	7 781	3,6
24. Têxtil	2 141	3,2	4 351	3,9	5 911	3,4	6 707	3,4	7 092	3,3
25. Vestuário, Calçados e Tecidos	1 165	1,8	1 459	1,3	3 355	1,9	4 756	2,3	5 482	2,6
26. Produtos Alimentares	13 000	19,2	17 490	15,6	26 176	15,2	31 498	15,8	34 182	16,0
27. Bebidas, Alcool Etílico	2 377	3,5	2 302	2,0	2 759	1,6	3 759	1,9	3 942	1,8
28. Fumo	-	-	272*	0,2	X	-	1 120	0,6	929	0,4
29. Editorial e Gráfica	1 796	2,7	3 795	3,4	5 401	3,1	5 085	2,6	5 132	2,4
30. Diversas	1 140	1,7	1 342	1,2	2 031	1,2	3 407	1,7	4 013	1,9
TOTAL	67 615	100,0	111 974	100,0	172 506	100,0	199 270	100,0	213 596	100,0

FONTE: ¹IBGE - Censo Industrial do Paraná, 1980

²IBGE - Censo Industrial do Paraná, 1970

³IBGE - Censo Industrial do Paraná, 1975, excluídos os dados para o gênero "Atividades de Apoio e de Serviços de caráter industrial" com 820 empregos, cerca de 0,5% e para os gêneros "Produtos Farmacêuticos e Veterinários" e "Fumo"

⁴Síntese do RAIS, 1979

⁵Síntese do RAIS, 1980

*Tabela Especial do Censo Industrial do Paraná, 1970

A partir de 1981, os gêneros que mais desempregaram no Paraná foram Madeira, Minerais Não-metálicos e Mobiliário, em virtude de sua participação no emprego e de problemas específicos a esses gêneros, num período de recessão generalizada na Indústria.*

Ressalte-se, entretanto, que não existem dados precisos para o Estado, obrigando a inferências a partir do que ocorre no Brasil essas inferências são naturalmente precárias. Como exemplo, embora Produtos Alimentares tenha apresentado queda relativamente pequena na produção industrial

*Madeira e Mobiliário, por exemplo, enfretam a concorrência por matéria-prima da indústria de Papel e Celulose, agravada pela procura de madeira para fins energéticos.

(0,3%), a nível de País, a queda no emprego foi elevada (5,1%), indicando provável modernização do setor e/ou concentração de capital e/ou maior intensidade do processo de trabalho. Por outro lado, aparentemente Produtos Alimentares elevou seu volume de emprego em 1981 no Paraná.

Com relação à distribuição regional do emprego na Indústria de Transformação, há uma significativa concentração na microrregião de Curitiba. Em 1970, essa microrregião gerava 33,4% do emprego, alcançando em 1975 36,1%. Em 1978, como reflexo do crescimento da Cidade Industrial de Curitiba, a microrregião passou a gerar 42,3% do emprego e 43,8% do Valor Adicionado da Indústria paranaense. A segunda maior concentração de trabalhadores ocorria em Londrina, 9,4%, Ponta Grossa absorvia 8,7% e a microrregião do Extremo-Oeste paranaense, 5,9%. A microrregião Norte Novo de Maringá gerava 3,9% dos empregos industriais naquele ano. Essas cinco microrregiões absorviam 70,2% dos trabalhadores da Indústria de transformação (tabela 29).

TABELA 29 - PESSOAL OCUPADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 1970-1975-1978

MICRORREGIÃO	1970		1975		1978	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
268 - Curitiba	37 425	33,4	62 345	36,1	77 475	42,3
281 - Norte Novo de Londrina	9 731	8,7	17 689	10,3	17 120	9,4
273 - Campos de Ponta Grossa	10 220	9,2	13 273	7,7	15 931	8,7
282 - Norte Novo de Maringá	3 499	3,1	6 318	3,7	7 210	3,9
288 - Extremo-Oeste Paranaense	7 975	7,1	14 490	8,4	10 919	5,9
Subtotal	68 850	61,5	114 115	66,2	128 665	70,2
Outras	43 124	38,5	58 391	33,8	54 563	29,8
TOTAL	111 974	100,0	172 506	100,0	183 228	100,0

FONTE: IBGE, Censo Industrial do Paraná, 1970, 1975
Sinopse da RAIS, 1978

O exame da distribuição do emprego por tamanho dos estabelecimentos industriais revela que as pequenas empresas, apesar do seu elevado número, eram responsáveis em 1980 por apenas 18% do emprego do setor. A maior parte do emprego se concentrava nas grandes firmas (65,5%), subindo sua participação nos gêneros modernos como Material Elétrico e de Comunicações, Materiais Plásticos, Papel e Papelão e decrescendo apenas nos gêneros tradicionais da Madeira, Mobiliário, Editorial e Gráfica e Minerais Não-metálicos. Mesmo nos gêneros em que predominam em número as pequenas firmas, como Produtos Alimentares, apenas 6% dos estabelecimentos geravam 69% do emprego (tabela 30).

TABELA 30 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS POR EMPREGO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, E EMPREGO MÉDIO, SEGUNDO OS GÊNEROS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, NO PARANÁ - 1980

GÊNERO	ESTABELECIMENTOS		EMPREGO		EMPREGO MÉDIO
	Abs.	%	Abs.	%	
10- Minerais Não-metálicos	61	3,8	12 044	54,7	197,5
11- Metalurgia	112	12,5	5 696	64,4	50,9
12- Mecânica	57	18,2	10 201	85,2	179,0
13- Material Elétrico e Comunicações	78	58,2	5 316	96,9	68,2
14- Material de Transporte	50	13,4	4 271	55,1	85,4
15- Madeira	74	4,4	11 641	22,3	157,3
16- Mobiliário	22	2,1	5 353	32,1	243,3
17- Papel e Papelão	36	33,0	3 980	96,8	110,6
18- Borracha	27	31,0	718	63,6	26,6
19- Couros e Peles	32	34,0	933	86,4	29,2
20- Química	79	41,5	6 429	89,8	81,4
21- Produtos Farmacêuticos	8	42,1	109	61,6	13,6
22- Perfumaria, Sabões e Velas	17	43,6	436	91,8	25,7
23- Matérias Plásticas	33	47,8	5 109	96,9	157,8
24- Têxtil	62	29,1	7 487	90,1	120,8
25- Vestuário e Calçados	54	13,2	3 105	61,5	57,5
26- Produtos Alimentares	144	6,0	28 909	69,0	200,8
27- Bebidas	35	30,7	2 680	85,2	76,6
28- Fumo	-	-	-	-	-
29- Edít. e Gráfica	38	8,6	1 637	43,8	43,1
30- Diversas	80	31,1	2 857	87,6	35,7

FORTE: SEFI, Economía Paranaense, 1974-1980

A dinamização do crescimento industrial pelas grandes empresas, entretanto, possibilitava, direta ou indiretamente, o surgimento de novas pequenas e médias firmas, elevando seu volume absoluto de empregos. Essas firmas geravam em 1980 quase 75 000 empregos registrados em carteira.

A expansão e diferenciação da Indústria estadual na década passada, centrada na instalação de novas firmas de capital paulista e estrangeiro, notadamente no setor de bens de capital, e na dinamização de empresas paranaenses já existentes, definiram o predomínio nessa Indústria da empresa moderna com escalas de produção mais amplas e maiores índices de produtividade. A busca de economias externas, derivadas em grande medida da aglomeração industrial, levou à concentração da Indústria num reduzido número de municípios.

Essas transformações se refletem no emprego do setor, concentrando-o também nos mesmos municípios, nos estabelecimentos maiores e elevando-o, em termos relativos, nos gêneros modernos, parte dos quais recém-instalados. Além disso, a expansão industrial se traduziu numa expansão do emprego no setor a taxas superiores às do próprio crescimento da população urbana.

O crescimento industrial, porém, não impediu o dramático agravamento do desemprego no Estado, causado pela modernização do campo. Por outro lado, a recessão que inaugura os anos 80 problematiza ainda mais a questão do emprego, uma vez que a própria Indústria passa a despedir trabalhadores.

A Indústria, apesar de dinâmica, reproduziu no Estado na última década os baixos níveis salariais e a elevada taxa de subemprego observados no Brasil, indicando ser a industrialização uma condição necessária mas não suficiente para elevar

o padrão de vida da sociedade.

2.4 CONSTRUÇÃO CIVIL

Assim como o emprego industrial, o emprego na Construção Civil paranaense apresentou grande dinamismo entre 1970 e 1980, fazendo crescer a PEA do setor em 8% ao ano; taxa também superior à do crescimento da população urbana. Durante a década de 60, a expansão do emprego em termos de taxa, havia sido ainda maior, não significando, porém, desaceleração do mesmo na década seguinte, pois a PEA era muito reduzida em 1960.

A firme expansão do setor durante duas décadas tornava-o responsável, em 1980, por um volume de emprego correspondente a 80% dos empregos gerados pela Indústria de Transformação (tabela 31).

TABELA 31 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, EM NÚMERO ABSOLUTO, E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO O SETOR DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, NO PARANÁ - 1960-1980

SETOR	ABSOLUTO			TAXA GEOMÉTRICA	
	1960	1970	1980	1960-70	1970-80
32. Indústria de Construção	29 521	(¹)79 993	173 282	10,5	8,0

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1960, 1970 e Tabulação Avançada do Censo Demográfico, 1980

¹Sendo 68 662 em Edificações e 11 331 em Rodoferrovias

A comparação entre os ritmos de crescimento de emprego na Construção Civil e da população urbana se justifica pelo fato de, em 1970, 86% dos trabalhadores do setor se incluírem no subsetor de Edificações, contra 14% em Rodoferrovias, justificando a importância da construção de habitações na geração de empregos.

Nos anos 60, essa importância se associou à expansão de núcleos urbanos promovida pela penetração do café, sem que se verificasse um processo de urbanização do Estado, uma vez que a população rural continuou a ser majoritária.

Nos anos 70, ao contrário, o crescimento econômico foi acompanhado por um verdadeiro processo de urbanização, beneficiando o setor na medida em que a diferenciação e expansão das ocupações urbanas ampliava o mercado para imóveis de alto valor unitário. Ou seja, no interior, a modernização da agricultura, pela sua lucratividade, ainda que beneficiasse apenas uma parcela reduzida da população estadual, conformava um mercado de significativas proporções para a construção de imóveis de luxo.¹¹ Na capital, o crescimento industrial concentrado na criação e instalação da Cidade Industrial de Curitiba e o tradicional mercado gerado pela Administração Pública possibilitaram a extraordinária expansão urbana e de imóveis para a classe média alta, essa última apoiada pelo SFH. A concentração do emprego do setor em Curitiba e, em menor escala, em Londrina e Ponta Grossa, acompanha assim, em boa medida, a do emprego industrial (tabela 32).

¹¹Uma análise de importância no mercado de imóveis de luxo para a Construção Civil a nível nacional foge ao âmbito deste trabalho. Pode ser encontrada em INDJAIAN, A. -- O sistema financeiro de habitação. Campinas, 1978. Tese, Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.

TABELA 32 - PESSOAL OCUPADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES, NO PARANÁ - 1978

MICRORREGIÃO	PESSOAL OCUPADO	
	Absoluto	%
268-Curitiba	48 077	51,3
281-Norte Novo de Londrina	5 534	5,9
273-Campos de Ponta Grossa	2 814	3,0
282-Norte Novo de Maringá	1 552	1,7
288-Extremo-oeste Paranaense	18 273	19,5*
Subtotal	76 250	81,4
Outros	17 382	18,6
TOTAL	93 632	100,0

FONTE: Sinopse da RAIS, 1978

*Construção da Hidroelétrica de Foz do Iguaçu, quase totalmente concluída em 1982

A partir de 1978, entretanto, o dinamismo do mercado de imóveis de luxo começa a arrefecer uma vez esgotada, em grande parte a demanda existente e comprometida sua expansão pelo menor ritmo de crescimento econômico, perda de poder aquisitivo da classe média pela aceleração da inflação e restrições ao financiamento de imóveis. O setor atravessa, desde esse ano, oscilações no seu crescimento, aparecendo como anos melhores 1980, em virtude da pré-fixação da correção monetária, abandonada no ano seguinte, e 1982, dado o volume de obras públicas contratadas no primeiro semestre.¹² A tendência, contudo, é do setor reduzir ainda mais suas taxas de crescimento na proporção

¹²Op. cit., nota 7.

em que se aprofunda a recessão e se mantém uma política de cortes de gasto público e restrição monetária.

Como reflexo desse quadro, já em 1980 havia 7 000 desempregados no setor, ou 4% da PEA da Construção Civil; proporção baixa mas que certamente se ampliou desde esse ano, por motivos já lembrados, como desaceleração do crescimento do setor, migração rural, entrada de jovens no mercado de trabalho, e ainda a conclusão de ITAIPU e o fim das pequenas obras que antecederam as eleições de 1982.

Por outro lado, o setor se caracteriza, mais ainda que a Indústria de Transformação, por uma massa considerável de subempregados e por baixíssimos níveis de salário. Assim, em 1980, 93 000 trabalhadores da Construção Civil não tinham carteira assinada e 4 000 não recebiam sequer um salário mínimo, representando conjuntamente 56% da PEA do setor. Recebiam até 2 salários mínimos 63% da PEA, o que coloca os salários do setor entre os mais baixos da economia paranaense.

A Construção Civil, mantendo por duas décadas um considerável ritmo de crescimento, surge atualmente como um dos principais setores no Estado em termos de emprego. Esse setor, entretanto, não contribuiu de forma significativa para reduzir o déficit de emprego dos anos 70, tendo sua expansão desacelerada desde 1978, o que tem provocado taxas relativamente baixas mas crescentes de desemprego em sua PEA. As perspectivas são de agravamento desse quadro.

Além disso, a Construção Civil apresenta os índices mais desfavoráveis de subemprego e distribuição de remunerações no Estado.

2.5 TERCIÁRIO

O emprego no setor Terciário se apresentou bastante dinâmico nos anos 70, crescendo 7% ao ano e absorvendo 40% de trabalhadores, próximo ao percentual verificado para o Brasil, 44% em 1980 (tabela 33).

TABELA 33 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, E TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO BRASIL E PARANÁ - 1960-1970-1980

SETOR	BRASIL				PARANÁ			
	1980		Taxa Geométrica		1980		Taxa Geométrica	
	Abs.	%	1960-70	1970-80	Abs.	%	1960-70	1970-80
Primário	13 109 415	29,93	0,53	0,01	1 196 294	41,29	3,87	(1,83)
Secundário	10 674 977	24,37	6,54	7,26	522 915	18,05	9,56	8,43
Terciário	19 129 433	43,68	4,07	6,00	1 141 387	39,39	6,04	6,88
TOTAL	(¹)43 796 763	100,00	2,66	4,01	(²)2 897 545	100,00	4,88	2,44

FONTES: IBGE - Censos Demográficos - Tabulações Avançadas do Censo de 1980

¹Inclusive 882 938 (2,02%) pessoas procurando trabalho

²Inclusive 36 949 (1,28%) pessoas procurando trabalho

O crescimento relativo da PEA no Terciário não pode ser atribuído apenas ao decréscimo da PEA na agricultura e tampouco a um "inchaço" de ocupações tipicamente informais. Na realidade, a expansão se deve antes ao vigoroso crescimento industrial e a seus efeitos multiplicadores sobre o emprego no Terciário, ganhando importância nesse último o emprego formal. Embora não se disponha de dados para 1980, sobre a estrutura ocupacional de Curitiba, os dados relativos a 1970 já indicavam a constituição de um conjunto de atividades características de uma classe média moderna no Secundário e no Terciário, processo que certamente foi acelerado na última década (tabela 34).

TABELA 34 - PESSOAL OCUPADO NAS GRANDES CIDADES, SEGUNDO ESTRUTURA OCUPACIONAL, NO BRASIL - 1970*

ESTRUTURA OCUPACIONAL	(Em Percentual)							
	GRANDE SÃO PAULO	GRANDE RIO DE JANEIRO	GRANDE PORTO ALEGRE	BELO HORIZONTE	CURITIBA	SALVADOR	GRANDE RECIFE	PORTALEZA
Técnicos Administrativos e Profissionais	5,4	4,9	5,2	5,3	5,6	4,4	3,7	3,7
Ocupações não-manuais especializadas	13,6	10,8	11,2	11,2	12,2	9,5	7,6	7,8
Ocupações manuais e não-manuais não-especializadas:								
Assalariados	34,4	30,7	25,3	30,4	28,9	30,1	26,8	27,4
Autônomos em Empresas								
Famíliares	2,3	1,9	2,0	2,1	2,7	2,2	2,2	2,9
Pequenos Vendedores de Serviços	4,9	5,2	4,0	7,3	4,8	9,8	8,9	11,6
Trabalhadores por Conta Própria								
Subordinados	2,1	1,2	1,0	1,0	0,7	1,1	1,2	1,6
Serviço Doméstico	8,5	10,7	8,5	14,1	10,2	13,7	11,9	10,9
TOTAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NÃO-AGRÍCOLA	100	100	100	100	100	100	100	100

FDNTE: DEPE/UNICAMP Pesquisa sobre Mercado de Trabalho no Brasil, 1980 dados originais: FIEGE, Censo Censográfico de 1970, Tabelações Especiais preparadas para o INPES, IPEA. Tabela apresentada por Paulo Renato Souza, em "Emprego e Renda na Pequena Produção Urbana no Brasil", in "Estudos Econômicos", IPE, USP, JAN/MAR 1981

*Refere-se somente aos empregados particulares e os trabalhadores por conta própria. Os totais não somam 100 devido à exclusão de empregados públicos, das ocupações vinculadas à Defesa Nacional e Segurança Pública, dos trabalhadores familiares e dos patrões em geral

Como se nota, os itens Técnicos Administrativos e Profissionais e Ocupações Não-manuais Especializadas participavam com 17,8% do total do emprego em Curitiba. Essas ocupações, em geral, são desempenhadas por profissionais de nível superior, e se a esses itens forem somados os funcionários públicos, que não constam da tabela, entre os quais é grande o número de universitários, fica evidente a grande importância que vão assumindo na estrutura de emprego as atividades típicas de classe média e que o pessoal de nível superior aumenta sua participação no emprego total.

A concentração dos empregos no Terciário de Curitiba confirma a influência da Indústria e da Urbanização (tabela 35).

TABELA 35 - PESSOAL OCUPADO NO TERCIÁRIO EM ATIVIDADE NÃO-DECLARADA, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES, NO PARANÁ - 1980

MICRORREGIÃO	PESSOAL OCUPADO	
	Abs	%
268 Curitiba	189 640	44,2
281 Norte Novo de Londrina	51 931	12,1
273 Campos de Ponta Grossa	21 813	5,1
282 Norte Novo de Maringã	24 522	5,7
288 Extremo Oeste Paranaense	36 640	8,5
SUBTOTAL	324 546	75,6
Outras	104 563	24,4
TOTAL	429 109	100,0

FONTE: Sinopse da RAIS, 1980

Aproximadamente 50% da PEA do setor não possuía registro em carteira e 30% recebia menos de um salário mínimo, indicando a importância do subemprego. A distribuição regional desse acompanha a do emprego formal, uma vez que a ampliação do emprego informal exige a abertura de espaços econômicos pelos mesmos determinantes do emprego formal: a industria-

lização e a urbanização.

A Prestação de Serviços e o Comércio de Mercadorias absorviam em 1980 mais da metade da PEA do Terciário (tabela 36).

TABELA 36 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE DO TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1960-1970-1980

SETOR	1960		1970		1980	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Comércio de Mercadorias	69 196	20,6	137 317	22,7	279 437	24,5
Transporte e Comunicação	53 895	16,0	75 141	12,4	114 106	10,0
Atividades Sociais	34 966	10,4	86 652	14,3	168 928	14,8
Prestação de Serviços	103 424	30,7	180 060	29,7	420 142	36,8
Administração Pública	29 678	8,8	54 276	9,0	83 587	7,3
Outras Atividades	45 574	13,5	71 854	11,9	75 187	6,6
TOTAL	336 733	100,0	605 300	100,0	1 141 387	100,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos
Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980

O subsetor de Prestação de Serviços tem sido tradicionalmente no Paraná o principal empregador no Terciário, predominando em seu interior atividades informais. Destacam-se nessas os Serviços Domésticos Remunerados, responsáveis, em 1970, pela absorção de 45% da PEA do subsetor. Cerca de 50% dos em-

pregados em Prestação de Serviços recebiam até 1 salário mínimo e 27% até meio salário mínimo, configurando uma grave situação de subemprego em atividades tradicionais. Durante os anos 70, houve significativa expansão do subsetor concentrado em Curitiba (tabelas 37 e 38).

TABELA 37 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE DO TERCIÁRIO, NO PARANÁ - 1960-1970-1980

SETORES	1960		1970		1980		TAXA GEOMÉTRICA	
	Participação		Participação		Participação			
	3 Setores	Terciário	3 Setores	Terciário	3 Setores	Terciário	1960-70	1970-80
Comércio de Mercadorias	4,9	20,55	6,03	22,68	9,64	23,71	7,09	7,36
Transporte e Comunicação	3,81	16,01	3,30	12,41	3,91	9,68	3,37	4,26
Atividades Sociais	2,47	10,38	3,81	14,31	5,83	14,34	9,49	6,90
Prestação de Serviços	7,32	30,71	7,91	29,75	14,50	35,66	5,70	8,84
Administração Pública	2,1	8,81	2,38	8,97	2,88	7,09	6,22	4,41
Outras Atividades	3,22	13,53	3,16	11,88	2,59	6,38	4,66	0,44
TOTAL	23,82	100,00	26,59	100,00	40,66	100,00	6,04	6,88

FONT: FIBGE, Censos Demográficos e Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1980

TABELA 38 - PESSOAL OCUPADO EM CURITIBA E INTERIOR, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES DO SETOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO PARANÁ - 1979

RAMO	GRANDE CURITIBA (A)	INTERIOR (B)	TOTAL (C)	% (A)/(C)
52 Alojamento e Alimentação	6 476	6 935	13 411	48,3
53 Reparação e Conservação	2 773	6 843	9 616	28,8
54 Pessoais	41 107	42 433	83 540	49,2
56 Diversos	581	392	973	59,7
TOTAL	50 937	56 603	93 489	54,4

FONT: Sinopse da RAIS, 1979

O Comércio de Mercadorias é o segundo maior subsetor do

Terciário em volume de emprego, o qual se expandiu a uma taxa inferior apenas à do subsetor Prestação de Serviços, na última década. O subemprego não se mostra tão grave no Comércio de Mercadorias, enquanto em Prestação de Serviços atinge um terço dos trabalhadores, 25% sem carteira assinada e 5% registrados mas com salário inferior a um mínimo. O trabalho familiar explica o elevado número de trabalhadores não-remunerados correspondendo a 5% da PEA do Comércio. O emprego no subsetor se concentra na capital (tabela 39).

TABELA 39 - PESSOAL OCUPADO NO COMÉRCIO DE MERCADORIAS, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÃO, NO PARANÁ - 1970-1975

MICRORREGIÃO	PESSOAL OCUPADO											
	1970						1975					
	Varejista		Atacadista		TOTAL		Varejista		Atacadista		TOTAL	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
268 Curitiba	21 539	23,7	6 754	34,5	28 293	25,6	32 040	24,0	8 682	27,3	40 722	24,6
281 Norte Novo de Londrina	9 971	11,1	2 776	14,2	12 747	11,5	14 877	11,1	3 862	12,2	18 739	11,3
273 Campos de Ponta Grossa	4 595	5,0	784	4,0	5 379	4,9	6 221	4,7	1 329	4,2	7 550	4,6
282 Norte Novo de Maringá	5 104	5,6	1 905	9,7	7 009	6,3	7 275	5,5	2 916	9,2	10 191	6,2
288 Extremo Oeste Paranaense	6 240	6,9	1 403	7,2	7 643	6,9	14 662	11,0	4 029	12,7	18 691	11,3
Subtotal	47 449	52,1	13 622	69,6	61 071	55,2	75 075	56,3	20 818	65,4	95 893	58,0
Outros	43 585	47,9	5 962	30,4	49 547	44,8	58 311	43,7	11 000	34,6	69 311	42,0
TOTAL	91 034	100,0	19 584	100,0	110 618	100,0	133 386	100,0	31 818	100,0	165 204	100,0

FOENTE: IBGE, Censo Comercial do Paraná, 1970 e 1975

A heterogeneidade do setor, que inclui desde o pequeno comércio até supermercados, não impede o predomínio das empresas modernas, o que é coerente com os dados do subemprego e com a maior participação dos médios e grandes estabelecimentos no total do emprego. Os estabelecimentos com mais de 10 trabalhadores eram responsáveis por 66,4% do emprego (tabela 40).

TABELA 40 - PESSOAL OCUPADO NO SETOR DE COMÉRCIO DE MERCADORIAS, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS, NO PARANÁ - 1980

FAIXA DE TAMANHO	PESSOAL OCUPADO	
	Abs.	%
1 - 4	25 998	18,0
5 - 9	22 577	15,6
10 - 19	23 276	16,1
20 - 49	28 327	19,6
50 - 99	18 646	12,9
100 - 249	14 717	10,1
250 - 499	5 610	3,8
500 - 999	5 657	3,9
TOTAL	144 808	100,0

FONTE: Sinopse da RAIS, 1980

O emprego no subsetor Transporte e Comunicações se expandiu lentamente nos anos 70, embora seu volume, no final dessa década, fosse expressivo. Esse baixo dinamismo, em parte, se deve às atividades em Comunicações, cuja sofisticação tecnológica elevada se reflete em reduzidos requerimentos de trabalhadores por unidade de capital e alta proporção, entre esses, de trabalhadores especializados. Assim, inexistia subemprego entre os 11 300 trabalhadores em Comunicações no ano de 1980, concentrados, naturalmente, em Curitiba e aumentando a participação no emprego dos grandes estabelecimentos no conjunto do subsetor (tabelas 41 e 42).

TABELA 41 - PESSOAL OCUPADO NO SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES, NO PARANÁ - 1978

MICRORREGIAO	PESSOAL OCUPADO					
	Transportes		Comunicações		TOTAL	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
268 Curitiba	13 563	44,4	6 085	54,9	19 648	47,2
281 Norte Novo de Londrina	4 496	14,7	1 374	12,4	5 870	14,1
273 Campos de Ponta Grossa	1 829	6,0	577	5,2	2 406	5,8
282 Norte Novo de Maringá	2 246	7,4	605	5,5	2 851	6,8
288 Extremo-Oeste Paranaense	2 501	8,1	613	5,5	3 114	7,5
Subtotal	24 635	80,6	9 254	83,5	33 889	81,4
Outros	5 921	19,4	1 834	16,5	7 755	18,6
TOTAL	30 556	100,0	11 088	100,0	41 644	100,0

FONTE: Sinópsse da RAIS, 1978

TABELA 42 - PESSOAL OCUPADO NO SETOR DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS FAIXAS DE TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS, NO PARANÁ - 1980

FAIXA DE TAMANHO	PESSOAL OCUPADO	
	Abs	%
1 - 4	2 644	5,6
5 - 9	3 052	6,4
10 - 19	4 414	9,3
20 - 49	6 056	12,8
50 - 99	5 104	10,8
100 - 249	7 667	16,2
250 - 499	6 816	14,4
500 - 999	5 816	12,3
1 000 - Mais	5 799	12,2
TOTAL	47 368	100,0

FONTE: Sinopse da RAIS, 1980

A importância das grandes empresas no emprego e o seu baixo dinamismo se devem principalmente à acelerada concentração de capital verificada em Transportes na última década, com eliminação de autônomos e empresas pequenas e médias. No transporte de cargas, por exemplo, reduz-se de 71% para 29% a participação dos autônomos na frota de caminhões (tabela 43).

TABELA 43 - FROTA DE CAMINHÕES, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO AS ENTIDADES, NO BRASIL - 1974, JAN-OUT/1981

ENTIDADES	1974		JAN-OUT/1981	
	Abs.	%	Abs.	%
Empresa de Transporte	50 444	9,7	116 809	22,0
Empresa de Carga Própria	89 007	17,1	235 062	44,4
Transportador Autônomo	369 316	70,9	152 372	28,8
Transportador Individual	12 181	2,3	25 603	4,8
TOTAL	520 948	100,0	529 846	100,0

FDNTE: DNER/SERPRO (extraído da Revista "Senhor", nº 82, de 13.10.82).

Ainda assim, a presença dos autônomos explicava em 1980, no Paraná, a maior parte do subemprego em Transportes e Comunicações, uma vez que dos 61% de subempregados na PEA do sub-setor (58% sem registro e o restante registrado mas com salário menor que o mínimo) mais da metade era constituída por autônomos.

O Terciário paranaense, estimulado pelo acelerado crescimento industrial e pela urbanização, expandiu-se rapidamente na última década, tornando-se o principal setor absorvedor de emprego no Estado. Entretanto, os subsectores Transportes e Comunicações e Administração Pública expandem seu volume de em-

prego mais lentamente. Embora os diversos subsetores do Terciário possuam características às vezes bastante distintas, sendo também muito heterogêneos o subemprego e os baixos padrões salariais são expressivos no seu conjunto. O emprego formal, porém, deve ter crescido mais rapidamente que o informal, dado o tipo de serviços demandado a partir da diferenciação ocupacional e de salários que ocorre na Indústria e na Administração Pública. O emprego no Terciário, localizado nas regiões onde se concentra a Indústria e, a nível do tamanho dos estabelecimentos, nas médias e grandes empresas, tem seu dinamismo estancado quando o crescimento dos demais setores se desacelera, elevando-se, desde 1980, a taxa de desemprego na PEA do setor.

2.6 SETOR PÚBLICO

O emprego no setor Público paranaense, após uma década de baixo dinamismo, respondia em 1981 por 220 mil postos de trabalho, ou 7,7% da PEA do Estado.* Esse percentual é bastante inferior ao observado para o Brasil, onde o setor Público absorvia, no mesmo ano, 30% da PEA. Também é inferior à participação do emprego em setor Público e Atividades Sociais na PEA de estados como Santa Catarina (10,1%), Minas Gerais, São Paulo (10,5%) e Rio Grande do Sul (13,1%), atingindo apenas 8,6% no Paraná, em 1980. A diferença média de 2% entre esses percentuais representaria 58 mil empregos numa PEA como a do Paraná, 162 mil em outra semelhante à do Rio Grande do Sul e 210 mil numa próxima a de São Paulo¹³ (tabela 44).

*Esse dado, entretanto, está ligeiramente subestimado, uma vez que o cálculo dos empregos indiretos, por problemas de matriz de relações intersetoriais, só levou em conta o emprego na Construção Civil.

¹³FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico do Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1982.

TABELA 44 - TOTAL DE EMPREGO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO PARANÁ - 1981

ÓRGÃO	EMPREGO	
	Abs.	%
Administração Estadual Direta e Indireta	125 095	56,2
Administração Federal Direta e Indireta	20 787	9,4
Administração Municipal	60 380	27,1
Empregos Indiretos Via Gastos de Investimento	16 326	7,3
TOTAL	222 588	100,0

FONTE: IPARDES - Fundação Edison Vieira

A Administração Estadual Direta - AED empregava, em 1981, 91 mil funcionários alocados em postos administrativos, especialmente em funções sociais (74 mil funcionários) e na Polícia Militar do Estado. Entre 1976-81, o emprego na AED evoluiu negativamente em 149 postos de trabalhos; as contratações realizadas (3 949) não repuseram sequer o número dos que se aposentavam. Algumas secretarias, como a de Educação, sofreram redução de pessoal e outras, como a de Justiça, experimentaram um crescimento insignificante frente às exigências da urbanização acelerada.

O exame das características do pessoal ocupado na AED revela, por outro lado, a predominância de empregados bem qualificados e com nível crescente de instrução, jovens (76% dos funcionários tinham até 45 anos em 1981) e do sexo feminino (64%). Esses mesmos funcionários se enquadravam num baixo padrão salarial, pois 62% dos funcionários estatutários (63% do total de empregados na AED eram estatutários, ainda no mesmo ano) recebiam menos de 2 salários mínimos, 83% até 3 mínimos e 98% até 5 salários mínimos. Dos funcionários contratados pela CLT, 70% recebiam até 2 mínimos e 43%, somente 1

salário mínimo.

O subemprego é mais agudo nos setores de Educação, Segurança Pública, Cultura e Esporte e Saúde, todos eles relacionados às Atividades Sociais.

No detalhamento por função, percebe-se o crítico padrão salarial da Polícia Militar, na qual 74% dos funcionários recebiam até 2 salários mínimos em 1981, percentual elevado a 81% quando considerados os inativos e reformados. Em toda a AED, o padrão salarial é comprimido ao se observar os aposentados e outros em situação semelhante (tabela 45).

TABELA 45 - MÉDIA SALARIAL E INSTRUÇÃO SUPERIOR, SEGUNDO AS SECRETARIAS DE ESTADO, NO PARANÁ - 1981

SECRETARIA	MÉDIA SALARIAL	COM CURSO UNIVERSITÁRIO (Completo)	COM PÓS GRADUAÇÃO
Governo do Estado	40 202,00	67	-
Secretaria de Estado do Planejamento	59 347,58	21	-
Secretaria de Estado das Finanças	44 360,05	103	05
Secretaria de Estado dos Recursos Humanos	38 403,48	118	12
Secretaria de Estado da Administração	43 061,82	36	04
Secretaria de Estado da Cultura e Esporte	35 607,81	73	01
Secretaria de Estado da Educação	28 309,36	23 378	829
Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social	38 390,73	412	67
Secretaria de Estado da Segurança Pública	34 548,41	1 091	76
Secretaria de Estado da Justiça	81 909,29	493	18
Secretaria de Estado da Agricultura	38 651,70	42	-
Secretaria de Estado do Interior	42 636,26	35	01
Secretaria de Estado dos Transportes	44 954,71	25	-
Secretaria de Estado da Indústria e Comércio	38 272,92	40	-
Ad. Geral do Estado (Aposentados)	32 913,44	-	-

FONTE: Secretaria de Estado dos Recursos Humanos-PR

O exame da situação salarial e das características pessoais dos empregados na AED sugere algumas conclusões.

Em primeiro lugar, o elevado número de jovens presentes na AED pode ser explicado através da média salarial do Estado, porquanto somente pessoas sem experiência, ingressantes no mercado de trabalho, ou sem responsabilidades familiares (não sendo chefe de família, como é o caso da força de trabalho feminino) poderiam se alocar no setor.

Além disso, como 80% dos empregados possuíam 2º grau completo, ou curso superior e 83% recebiam até 3 salários mínimos, configura-se uma grave situação de subemprego, na qual amplo contingente de funcionários não ganha segundo sua qualificação. Os empregados jovens e bem qualificados, dada a difícil situação do mercado de trabalho, aceitaram postos que exigem menor qualificação, substituindo empregados menos qualificados, obrigando, assim, a uma acumulação de funções para complementar a renda familiar, o que caracteriza a situação de subemprego.

Assim, a partir da evolução do número de empregos e do padrão salarial, conclui-se que a AED apresentou entre 1976-81 um comportamento bastante aquém do exigido pela urbanização, decaindo a qualidade dos seus serviços, especialmente daqueles relacionados às Atividades Sociais.

A Administração Estadual Indireta - AEI, por sua vez, contava com 34 mil funcionários em 1981, concentrando 59% nas Atividades Empresariais do Estado, isto é, nas autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista, etc., através das quais o Governo Estadual intervém de forma direta na economia. Assim, a AEI assume grande importância para a economia estadual se respon-

sabilizando pela maior parte do investimento público.

À medida em que se ampliava, na década passada, o papel do Estado na montagem de uma infra-estrutura para o desenvolvimento industrial, destacando-se os seus gastos com energia, transportes e comunicações, a AEI também foi forçada a ampliar seu volume de emprego, que triplica entre 1976-81. Apesar disso, esse volume correspondia, nesse ano, a 45% do emprego gerado pela AED (tabela 46).

TABELA 46 - PESSOAL OCUPADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRETA, NO PARANÁ - 1976-1981

ÓRGÃO	1976		1981	
	Abs.	%	Abs.	%
Autarquia Estadual	346	3,2	712	2,1
Fundação Estadual	2 037	19,4	11 122	32,8
Empresa Economia Mista	6 717	63,8	18 483	54,6
Empresa Pública	166	1,6	1 513	4,5
Outros Estadual*	1 264	12,0	2 030	6,0
TOTAL	10 530	100,0	33 860	100,0

FONTE: IPARDES - Fundação Edison Vieira

*Órgãos onde o Estado mantém representações

A heterogeneidade do pessoal alocado na AEI dificulta generalizações para o setor.

Fazendo-se um corte por tipo de órgão, verifica-se nas autarquias situação similar à da AED, de funcionários bem qualificados e mal remunerados. No IAM, por exemplo, 41% possuía curso superior em 1981, embora apenas 3% ganhasse acima de 3 salários mínimos. A SUREHMA, onde 35% do pessoal era qualificado e 17% recebia mais de 7 salários mínimos, se constitui uma exceção entre as autarquias.

Nas Empresas Públicas e nas de Economia Mista há uma correspondência entre qualificação mais alta e salários. Em geral, mais de 25% do pessoal ocupado tinha curso superior e um percentual semelhante ganhava acima de 7 mínimos.

Nas fundações, a situação também é heterogênea, como nos casos da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, na qual 25% dos funcionários tinham curso superior e 9% recebiam acima de 5 mínimos, e IPARDES, FIDEPAR e IAPAR (Londrina), com 20% do pessoal ganhando acima de 5 mínimos e percentuais elevados de funcionários com curso superior.

Deve-se distinguir, porém, os funcionários situados na capital dos alocados no interior - COPEL, COPASA, GEASA. Em geral, a qualificação e a remuneração do funcionário decai quando o órgão não se encontra alocado na Capital. No caso do IAPAR, na medida em que a sede é Londrina, o fenômeno se apresenta nos funcionários que não trabalham na sede central.

A terceira característica bem marcada da AEI é a predominância do sexo masculino na força de trabalho - o que poderia ser explicado pelo nível de remuneração mais elevado dessa administração.

Conclui-se, assim, que a situação da força de trabalho alocada nas AEI apresenta o melhor índice de remuneração do conjunto do setor Público paranaense, o que equivale a afirmar que as prioridades realizadas nos investimentos públicos se refletem no tratamento dispensado à força de trabalho contratada. É importante lembrar o contraste dos salários entre os setores de Educação e Saúde, com os setores Econômicos e Financeiros do Estado.

O emprego na Administração Federal no Paraná, por sua

vez, absorvia em 1981 aproximadamente 21 mil funcionários, dos quais 76% em Atividades Empresariais da União, ou seja, em Empresas de Economia Mista.

Retirando-se a TELEPAR e a RFFSA, responsáveis por 63% do emprego do Setor Público Federal no Paraná, torna-se insignificante a importância do setor no emprego paranaense. Os únicos órgãos federais de certa importância, nesse caso, seriam, a Refinaria Getúlio Vargas, pelos empregos indiretos que permite, e ITAIPU, praticamente concluída em 1982, durante a fase de construção¹⁴ (tabela 47).

TABELA 47 - PESSOAL OCUPADO NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO OS TIPOS DE ÓRGÃOS, NO PARANÁ - 1976-1981

ÓRGÃO	1976		1981	
	%	Abs.	%	Abs.
Direta Federal	25,4	927	6,2	1 283
Autarquia Federal	16,6	604	8,2	1 711
Fundação Federal	13,0	474	4,5	939
Economia Mista	27,9	1 018	76,0	15 789
Empresa Pública	3,3	121	1,0	215
Outros	13,8	504	4,1	850
TOTAL	100,0	3 648	100,0	20 787

FONTE: IPARDES - Fundação Edison Vieira

O exame dos empregos gerados por gastos de investimento do Estado somava, em 1981, 14 mil empregos/homens/ano, contra 12,7 mil no triênio 1979-81. Esses dados permitem situar em

¹⁴O exame das características da força de trabalho no Setor Público Federal no Paraná não será feito aqui, face a pouca importância desse setor no emprego. Op. cit., nota 9, especialmente Anexo 3.

10% o percentual de empregos na Construção Civil, gerados por tais gastos.

A mais alta participação de mão-de-obra por capital investido é registrada na SANEPAR, com 13,1% do capital para 24,8% do emprego, EMOPAR, 8,8% de capital para 13,8% do emprego e FUNDEPAR e COHAPAR que representam índices positivos na relação capital e mão-de-obra. Os casos de menor participação são o DER (para 34,3% do capital somente 11,8% do emprego) e a COPEL (para 12,4% do capital, 10,7% do emprego) (tabela 48).

TABELA 48 - INVESTIMENTO EM OBRAS E EMPREGO GERADO, EM NÚMERO ABSOLUTO E PERCENTUAL, SEGUNDO ÓRGÃOS EM EMPREGOS/HOMENS/ANO, NO PARANÁ

(Em Cr\$ milhões)

ÓRGÃO	INVESTIMENTO		NÚMERO DE EMPREGOS		GASTO TOTAL	NÚMERO MÉDIO DE EMPREGOS POR ANO
	Abs.	%	Abs.	%		
DER	10 816,4	34,33	1 930	11,82	43 515,2	2 371
FUNDEPAR	1 309,1	4,15	1 070	6,55	3 467,0	945
COHAPAR	8 591,0	27,6	5 267	32,26	9 989,6	2 041
EMOPAR	2 760,5	8,76	2 256	13,82	6 926,3	1 887
COPEL	3 890,7	12,35	1 749	10,71	16 307,2	2 656
SANEPAR	4 142	13,15	4 054	24,83	8 689,6	2 840
TOTAL	31 510,6	100,00	16 326	100,00	88 383,9	12 740

FONTE: SAO - Elaboração IPARDES

O emprego no setor Público paranaense, visto em conjunto, além de pouco dinâmico, atinge uma percentagem reduzida da PEA estadual, predominando em seu interior baixo padrão de salários que caracteriza freqüentemente uma situação de subemprego se a esses padrões se relacionar os níveis de escolaridade do pessoal ocupado. O setor, entretanto, não é homogêneo,

e a situação não é a mesma na AEI que é responsável pelas Atividades Empresariais do Estado. Como a AED emprega o maior volume de funcionários e, por outro lado, suas atividades se concentram na área social, pode-se afirmar que o setor Público estadual esteve longe de se aparelhar para responder às necessidades da rápida expansão urbana da última década, revelando insuficiente e inadequada oferta de serviços nas Atividades Sociais.

2.7 SETOR INFORMAL

Esse setor concentra o subemprego e o emprego com salários abaixo do mínimo legal. O elevado número de trabalhadores, com salários abaixo do mínimo, deve-se, em grande parte, ao emprego nas unidades produtivas não-capitalistas.*

Os trabalhadores não penalizados do setor Informal são, sem dúvida, os volantes da agricultura, ou seja, os assalariados temporários, que devido à intermitência da demanda de mão-de-obra, obtêm reduzida renda ao longo do ano agrícola, carecendo de seguros, previdência social, assistência médica, etc. Por outro lado, a ausência de contratos formais de trabalho dificulta ou impossibilita o pagamento de aluguel e a aquisição de moradias, o crédito habitacional, e mesmo o crédito para a compra de bens de consumo. Dessa forma, as condições de vida dos volantes são precárias e a marginalização nos grandes centros urbanos é muitas vezes, a única alternativa o que pode

*Evidentemente os dados do Censo cobrem também os trabalhadores menores que legalmente recebem abaixo do mínimo, mas o número total de trabalhadores que percebem esses salários é tão elevado que provavelmente sua maior parte é composta por adultos do setor informal.

determinar a carência de mão-de-obra na agricultura em determinados momentos de pico de demanda. Essa situação explica a paradoxal falta de mão-de-obra na agricultura quando o número de desempregados e subempregados nos grandes centros é muito alto: os chamados bôias-frias ainda não descobriram o meio de viver de brisa nos meses em que não têm trabalho. É claro, portanto, que o farisaico coro sobre a falta de mão-de-obra no campo deve ser substituído por políticas sociais de atendimento a esses trabalhadores e também por medidas de regulamentação de seu mercado de trabalho. Outros agentes que compõem o setor informal da agricultura e que enfrentam dificuldades seriam os trabalhadores familiares das pequenas propriedades, os meeiros e parceiros e seus familiares. Embora a estimativa da dimensão do emprego informal no campo seja precária, observe-se que apenas os trabalhadores temporários e parceiros constituíam mais de 11% do pessoal ocupado na agropecuária do Estado.*

Na indústria, o emprego não-organizado pode ser estimado através dos dados do Censo e da RAIS para 1980. Como se sabe, o levantamento da RAIS é feito com dados fornecidos pelas empresas, enquanto o Censo Demográfico é realizado com base em pesquisa domiciliar, na qual o entrevistado aponta sua atividade. Assim, os dados da RAIS cobrem o emprego organizado na Indústria e o Censo, o emprego organizado e o não-organizado. Em 1980, o Censo aponta 315 mil trabalhadores na Indústria de Transformação enquanto a RAIS indica 231 mil, e a diferença corresponderia ao emprego não-organizado, sendo de 83 mil trabalhadores, ou 26,3% do total do emprego na Indústria de Trans-

*Cf. item 2.2 Agricultura.

formação. Como já se insistiu, é exatamente nesse segmento do mercado de trabalho não-organizado que se concentram os salários abaixo do mínimo e também o subemprego. Entretanto, a diferença mais expressiva vai aparecer nos dados sobre a Indústria da Construção, quando o Censo indica 173 mil e a RAIS apenas 73 mil trabalhadores, fato que, por maiores que sejam as imprecisões das estimativas, pode ser explicado pelo grande número de biscateiros, pequenos empreiteiros que contratam mão-de-obra, etc., que agem no setor, que conta com grande número de trabalhadores com salários abaixo do mínimo. A pequena Construção Civil então conforma uma atividade em que não operariam barreiras à entrada de autônomos e pequenos empresários e em que haveria concorrência aguda, deprimindo os salários.

O emprego não-organizado nos Serviços provavelmente é mais alto que na Indústria, mas como o critério de classificação da RAIS e do Censo são díspares, torna-se difícil estimar seu volume. Como já se observou, 4,8% dos trabalhadores de Curitiba, em 1970, eram pequenos vendedores de serviços, percentagem semelhante à de São Paulo e bem inferior à das capitais do Nordeste. Por outro lado, era também alta a percentagem da mão-de-obra dedicada aos Serviços Domésticos (10,2%), salientando-se que a média dos salários pagos nessas atividades atingia, em 1970, apenas 57% do salário mínimo local.

Assim, ressalvada a precariedade do cálculo, o volume do emprego informal, como proporção da PEA, deve ser semelhante para o Brasil e Paraná (27%).

2.8 BALANÇO DO MERCADO DE TRABALHO NO PARANÁ (1970-80)

O emprego industrial no Paraná cresceu a taxas muito

elevadas na década de 70, ou seja, 8,9% ao ano, enquanto a taxa média anual para o Brasil, no período, foi de 7,8%, também expressiva mas inferior à do Paraná. Confirma-se, assim, a hipótese de que o mercado de trabalho da Indústria é dinâmico, apesar do aparelho produtivo instalado ser capital-intensivo. Dessa forma, apesar da Indústria implantada no Paraná na década de 70 ser mais moderna que a brasileira, sendo que para cada incremento percentual no produto o emprego cresce relativamente menos que a nível nacional, constata-se que a indústria paranaense é mais capital-intensiva que a nacional e que seus aumentos de produtividade são maiores que os da média da indústria no Brasil. Outro indicador da modernidade do parque industrial paranaense é dado pelo alto volume relativo de emprego gerado nas grandes empresas, responsáveis por 65% do emprego industrial em 1980.

O mercado de trabalho da Indústria da Construção Civil e do Terciário também foram dinâmicos, com taxas anuais de crescimento de 8,0% e 6,8%. Essas taxas são superiores às aquelas registradas para o Brasil e também maiores que as da maioria dos Estados. A Administração Pública foi o único segmento que apresentou taxa de crescimento menor que a nacional (4,1%).

Esses dados permitem concluir que o mercado de trabalho urbano no Paraná foi dinâmico na década, crescendo a PEA urbana em 7,3% anuais, contra 6,4% no Brasil e 6,2% em São Paulo. Como explicar que São Paulo, cujo mercado de trabalho urbano foi menos dinâmico que o do Paraná, tenha apresentado saldo migratório positivo no período, enquanto 1,2 milhão de pessoas foram obrigadas a abandonar o Estado?

A explicação se encontra no comportamento do mercado de

trabalho agrícola. Em 1970, a economia paranaense era essencialmente rural e a alta percentagem (63,2%) da PEA estadual se dedicava a atividades agrícolas. Essa população cai a somente 41,3% em 1980. Será, portanto, a rápida expulsão do campo paranaense, principalmente dos produtores sem terra, que explicará as dificuldades do mercado de trabalho no Estado, pois a PEA do setor Primário se reduz, na década, a uma taxa média negativa de 1,8% ao ano.

Como era alta a participação percentual da PEA agrícola, em relação a PEA total, em 1970, o decréscimo da primeira (-1,8%) fará com que se reduza drasticamente a taxa de incremento da PEA total, apesar do alto índice de crescimento da PEA urbana. Assim, apesar dessa crescer 7,3% ao ano, a PEA total crescerá 2,4%, contra 4,0% no Brasil e 5,1% em São Paulo.

Nessas condições, considerando o conjunto do mercado de trabalho no Estado, pode-se concluir que seu comportamento não foi favorável aos trabalhadores, na década de 70, fato evidenciado não só pelas migrações mas também pela dimensão do subemprego.

O setor mais marcado pelo subemprego continua a ser a agricultura. Em 1980, aproximadamente 169 mil trabalhadores, a maioria possivelmente temporários, ou 14,1% da PEA rural, trabalhava menos de 40 horas semanais, o que caracteriza seu subemprego. Considerando-se os rendimentos, 36,3% dos trabalhadores agrícolas, o que soma 435 mil produtores, recebiam até 1 salário mínimo. Esses indicadores não deixam dúvidas sobre as dificuldades das populações rurais. As condições sociais do campo paranaense aparecem marcadas por trabalhadores temporários, sem assistência previdenciária ou de outro tipo, por pro-

dutores sem terra, carentes de assistência técnica e financeira, e por pequenos proprietários, principalmente nas regiões mais pobres, amargando também um baixíssimo padrão de vida.

O subemprego existe igualmente nas cidades. Não tinham carteira assinada cerca de 100 mil trabalhadores da Indústria (32% da PEA setorial) e 39 mil trabalhadores da Construção Civil (56,4% da PEA do setor). No Terciário, o item Prestação de Serviços, no qual predomina o serviço doméstico, mostra-se acentuadamente marcado pelo subemprego, pois 49,1% da PEA desse item recebia menos de 1 salário mínimo e 112 mil trabalhadores recebiam menos de meio salário mínimo. No Comércio, de 192 mil comerciários, 47 mil não eram registrados no INPS. O subemprego na Administração Pública aparecerá de outra forma: trabalhadores com alto grau de qualificação e baixos níveis de salários. Em 1980, 79,8% dos empregados da AED possuíam diploma de 2º grau, ou de curso superior e 82,23% recebiam até 3 salários mínimos.

Os padrões de remuneração também indicam novos aspectos desfavoráveis no mercado de trabalho urbano. Na Indústria de Transformação, onde geralmente se concentram os maiores níveis salariais, 65,6% do total dos trabalhadores recebiam até 2 salários mínimos. No setor Público, 74% dos funcionários da Polícia Militar recebiam até dois salários mínimos, contra 70% em iguais condições entre os contratados via CLT em todo o setor. Como o salário mínimo é baixíssimo e não propicia aos trabalhadores o atendimento de suas necessidades básicas, pode-se concluir que não somente os subempregados passam dificuldades no Paraná, mas a grande maioria dos trabalhadores que aparece legal e formalmente empregada, padece também de baixo padrão de vida.

Se o mercado de trabalho, na década de 70, não foi favorável aos assalariados, dada a persistência do subemprego e dos baixos níveis de remuneração, o ano de 1981 veio agregar mais um elemento negativo. Pela primeira vez o desemprego aberto nas cidades aparece como um problema. Apesar da precariedade dos indicadores, estima-se que 6,9% dos trabalhadores da Indústria de Transformação perderam seus postos em 1981. A queda nos níveis de atividade da Indústria inevitavelmente se refletirá nos outros setores da economia, impulsionando o desemprego de forma generalizada.

Essas conclusões, aliadas às perspectivas do emprego rural e urbano, mostram claramente a necessidade de interferência do Estado no mercado de trabalho e a forma que essa deveria assumir. Ao mesmo tempo que se impõem políticas de emprego para atender aos desempregados e subempregados, é preciso realizá-las através de gastos sociais, considerando os baixos níveis de remuneração dos que estão empregados e o crescente déficit em habitação, saúde, educação, etc., nas cidades onde se concentram a população e o emprego.

3 POLÍTICA DE EMPREGO NO PARANÁ

3.1 NECESSIDADE DE POLÍTICAS DE EMPREGO NO PARANÁ

Como ficou patente no tópico anterior, o comportamento do mercado de trabalho no Paraná, apesar do dinamismo da criação de empregos na Indústria e nos Serviços, não foi adequado frente à oferta de mão-de-obra na década de 70. Aí encontra-se a explicação para que 1 200 000 paranaenses abandonassem o Estado e também a persistência do subemprego em todos os setores da economia. A existência do subemprego por si só justificaria a necessidade da implantação de políticas de emprego, mas essa afirmação permanecerá num nível vago se não se considerar outros fatores. Em primeiro lugar, não se pode projetar para o futuro o comportamento do mercado de trabalho no Paraná na última década, pois foram profundas as transformações estruturais da economia no período. Por outro, o início da década de 80 apresenta outra transformação marcante na economia brasileira, pois, após décadas de expansão, ingressa agora a economia nacional em aguda crise, o que afetará o mercado de trabalho no Paraná. Impõe-se, portanto, que se leve em conta esses novos elementos para que se possa avaliar o comportamento futuro da demanda de trabalho no Estado.

Primeiramente, deve-se elaborar estimativa da relação entre o crescimento do produto e o conseqüente incremento do emprego, ou seja, a elasticidade produto/emprego. Essa taxa, a nível nacional no período de 1968-79 foi de 0,4%, o que signifi-

ca que a cada incremento de 1% no produto nacional, o emprego crescia 0,4%.¹⁵ No Paraná, na década de 70, esse coeficiente foi de apenas 0,25%, sensivelmente abaixo do nacional, o que fazia com que um crescimento de 10% no produto estadual resultasse em aumento de emprego de somente 2,5%. A explicação para tal fenômeno pode ser encontrada na estrutura do mercado de trabalho e no seu comportamento setorial (tabela 49).

TABELA 49 - TAXA ARITMÉTICA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL, TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E COEFICIENTE DE ELASTICIDADE DO PRODUTO/EMPREGO, SEGUNDO OS SETORES ECONÔMICOS, NO PARANÁ

SETOR	\hat{y}	\hat{S}	$\hat{\beta}$
Primário	6,59	(1,8)	(0,26)
Secundário	18,13	12,5	0,69
Terciário	12,43	9,5	0,76
TOTAL	10,61	2,44	0,25

FONTE: IPARDES (produto médio real)
IBGE (população economicamente ativa)

OBS.: \hat{y} = taxa aritmética de crescimento do produto médio real

\hat{S} = taxa de crescimento da população economicamente ativa

$\hat{\beta}$ = coeficiente de elasticidade produto/emprego

Chama a atenção, em primeiro lugar, o baixo coeficiente global, 0,25% frente às taxas do Secundário e Terciário, 0,69%, 0,76%, respectivamente. Frise-se que as taxas desses dois se-

¹⁵SALM, C.; SILVA, L.C.; CAMARGO, L. Política econômica e política de emprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 9., Olinda, 8-11, dez. 1981. IX Encontro nacional de Economia. Brasília, ANPEC, 1981. p.915-30.

tores são semelhantes às do Brasil e que, portanto, o baixo coeficiente global é explicado primeiramente pela baixíssima elasticidade produto/emprego da agricultura, que foi negativa, 0,26%. Mas não somente o baixo coeficiente de criação de emprego na agricultura - que foi inferior ao do Brasil - explica o reduzido dinamismo global do mercado de trabalho. Ocorre que a participação relativa do emprego agrícola no total do emprego estadual era alta, atingindo em 1970, 63,2%. Em síntese, ocorreu uma rápida redução do emprego agrícola num estado que no início da década ainda era essencialmente agrícola, o que explicará portanto o decepcionante comportamento do mercado de trabalho a nível global no Paraná.

Esse coeficiente de elasticidade produto/emprego, verificado na década de 70, não pode ser projetado para a década de 80, dado que o rápido crescimento do Secundário e do Terciário e a violenta expulsão do campo, alteraram, na última década, a estrutura setorial do emprego. Assim, deve-se levar em conta, para avaliar o comportamento futuro do mercado de trabalho, o fato de que o setor que afeta negativamente o emprego - a agricultura - perdeu peso na economia estadual. Por outro lado, deve-se levar em conta também que a uma dada taxa de crescimento do produto estadual, o produto agrícola crescerá a um índice menor que essa taxa, ao passo que os setores Secundário e Terciário crescerão mais rapidamente que a economia estadual como um todo (tabelas 50 e 51).

TABELA 50 - PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO SETORIAL EM RELAÇÃO AO EMPREGO TOTAL, NO PARANÁ - 1970-80

(em %)

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1970	63,2	10,2	26,5
1980	41,3	18,0	40,6

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - 1980

TABELA 51 - TAXAS ARITMÉTICAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO SETORIAL, SEGUNDO TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO TOTAL, NO PARANÁ - 1970-80

(em %)

TOTAL	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
0	0	0	0
2	1,24	3,42	2,36
4	2,48	6,84	4,72
6	3,72	10,26	7,08
8	4,96	13,68	9,44
10	6,20	17,10	11,80

FONTE: IPARDES

Para se estimar o futuro comportamento do coeficiente de elasticidade produto/emprego, levando em conta as considerações anteriores, supôs-se que as elasticidades produto/emprego setoriais (tabela 49) permaneçam inalteradas. Por outro lado, considerou-se que o comportamento do crescimento do produto setorial segundo as várias taxas de crescimento do produto total (tabela 51) também permanecerá inalterado. Assim, um crescimento do produto total de 1%, implica que o produto do

setor Primário crescerá 0,62%, o do Secundário 1,71% e o do Terciário 1,18%. Levando-se em conta agora os diferentes coeficientes produto/emprego de cada setor (respectivamente -0,26; 0,69 e 0,76), chega-se que o crescimento de 1% no produto global implica crescimento do emprego de 1,18% no Secundário e de 0,9% no Terciário e uma diminuição de -0,16% no setor Primário. Se simplesmente tirar-se a média aritmética destas diferentes taxas de crescimento do emprego, não se estaria levando em conta a diferente participação relativa de cada setor no emprego global. Deve-se, portanto, ponderar essas taxas de crescimento pelas distintas participações relativas que cada setor tem no emprego total e que são de 41,3% para o Primário, 18,0% para o Secundário e de 40,6% para o Terciário. Feitas as ponderações se conclui que o crescimento de 1% no produto global, implica que o crescimento do Secundário (1,71%) fará com que o emprego total cresça 0,212% o do Terciário (1,18%) levará a um crescimento do emprego total em 0,365% e o crescimento do Primário (0,6%) produzirá uma redução do emprego total de -0,66%. Assim, o crescimento de 1% no produto total produzirá o aumento de 0,51% no emprego total, resultado que se obtém somando-se os efeitos positivos sobre o emprego derivados do crescimento do Secundário e Terciário, ou seja 0,212% mais 0,365% que é igual a 0,577% do qual devem ser subtraídos os efeitos negativos provocados pelo crescimento da agricultura, ou seja, -0,66%, o que resulta em um crescimento do emprego global de 0,511%. Arredondando-se se conclui que o coeficiente de elasticidade produto/emprego será de 0,5%.

Como se nota, o coeficiente produto/emprego dobra em relação ao da década de 70, saltando de 0,25% para 0,5%. Tal

resultado não é surpreendente exatamente pelas considerações que fizemos anteriormente, ou seja, a decrescente importância do emprego agrícola no emprego total e o conseqüente acréscimo de importância relativa que ganham o Secundário e o Terciário, setores dinâmicos do ponto de vista do emprego.

Para se avaliar a necessidade de políticas de emprego não basta, entretanto, conhecer o coeficiente de elasticidade produto/emprego do Estado. Deve-se também estabelecer hipóteses sobre o crescimento do produto global, levando-se em conta o coeficiente de 0,5%, e, assim, pode-se estimar o volume de emprego criado, segundo as várias taxas de crescimento do produto. Por outro lado, sabe-se que a taxa de incremento vegetativo da PEA estadual é de 3,44%* ao ano, o que implica que 57 843 novos empregos devem ser criados anualmente para atender os novos ingressantes no mercado de trabalho. Pode-se agora estimar os possíveis saldos de emprego, isto é, os déficits de novos empregos ou os superávits que possibilitariam a redução do desemprego e do subemprego no Paraná (tabela 52).

TABELA 52 - CRESCIMENTO DO EMPREGO, SEGUNDO DIFERENTES TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO, NO PARANÁ

TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO ESTADUAL (1)	TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO (2)	EMPREGO GERADO (Nºs ABSOLUTOS) (3)	CRESCIMENTO VEGETATIVO DA PEA (4)	SALDO 5 = 4 - 3
0	0	0	57 843	(57 843)
1	0,51	14 777	57 843	(43 066)
2	1,02	29 555	57 843	(28 288)
3	1,53	44 332	57 843	(13 511)
4	2,04	59 110	57 843	1 267
5	2,55	73 887	57 843	16 044
6	3,06	88 665	57 843	30 822
7	3,57	103 442	57 843	45 599
8	4,08	118 220	57 843	60 377
9	4,59	132 997	57 843	75 154
10	5,1	147 775	58 843	89 932

FONTE: FIBGE-IPARDES

*Estimativa realizada por Paiva.

À primeira vista os dados da tabela 52 estariam a indicar que o comportamento do mercado de trabalho na década de 80 seria mais favorável aos trabalhadores que aquele da década de 70, quando mesmo um crescimento do produto estadual da ordem de 10% não garantiu a oferta adequada de postos de trabalho. Como se pode notar, um crescimento do produto estadual de apenas 4% ao ano garantiria a absorção adequada da mão-de-obra no Estado. Entretanto, não há razões para otimismo, pois, como mostra a tabela 50, um crescimento de 4% ao ano implica um crescimento do setor Secundário de 6,8% e do Terciário em 4,7%. Ora, nos dois últimos anos seguramente não houve tal crescimento nos Serviços e na Indústria, o que significa que os novos ingressantes no mercado de trabalho não encontraram emprego. E aqui, portanto, deve-se considerar o outro fator que foi apontado no início desse tópico: a crise pela qual passa a economia brasileira. Em outros termos, o comportamento inadequado do mercado de trabalho nos anos 70 foi determinado não por insuficiência do crescimento econômico e sim pela violenta expulsão do campo. Já nos anos 80, o fator negativo será menos o volume de expulsos do campo e mais a insuficiência do crescimento econômico, resultante da crise.

As perspectivas da economia paranaense frente à crise não são promissoras. Em primeiro lugar, a demanda de produtos agrícolas é declinante tanto a nível nacional como internacional. São grandes os estoques de produtos agrícolas nos Estados Unidos e nos países do Mercado Comum Europeu, e os preços a nível internacional são declinantes. Em segundo, a nível nacional, os preços agrícolas sobem mais lentamente que os preços em geral, ou seja, os preços agrícolas caem relativamente aos

preços industriais. Agravando ainda mais a situação aparece a política do Governo Federal, reduzindo os subsídios implícitos no crédito agrícola. Todos esses fatores vão afetando negativamente a economia rural do Paraná, reduzindo sua renda líquida e provocando dificuldades financeiras e provavelmente reduzirão a área plantada. Assim, é evidente que o mercado de trabalho no campo será afetado negativamente. A redução da área plantada aumentará o desemprego dos assalariados e determinará incrementos do subemprego na produção familiar. As dificuldades econômicas e financeiras agravarão a situação dos pequenos proprietários e dos pequenos produtores sem terras e possivelmente provocarão a aceleração da expulsão desses agentes.

No setor Secundário, a crise agravada pela política recessiva do Governo Federal vem provocando quedas nos níveis de atividades. Evidentemente o desemprego industrial no Paraná não atingiu os níveis dramáticos alcançados pelo desemprego de São Paulo e Minas Gerais, pois o tipo de indústria predominante no Estado, aquela produtora de bens de consumo não-durável, é menos afetada na crise do que os setores produtores de bens de capital e dos bens de consumo durável. Entretanto, como a massa de salários é decrescente, pois cresce o desemprego, isso provocará progressivas quedas nos níveis de atividade industrial produtora de bens de consumo de massa e, conseqüentemente, será decrescente o nível de emprego mesmo nessas indústrias, que são as dominantes no Paraná.

O setor Terciário que tem seu comportamento determinado pelo desempenho do Primário e Secundário evidentemente também não será capaz de absorver mão-de-obra. Em síntese, a crise a nível nacional se caracterizaria por um comportamento do tipo stop

and go, com taxas de crescimento negativas ou fracamente positivas tem seu desdobramento no Paraná, e a continuar a política atual do Governo Federal, as taxas de crescimento do produto no Estado serão incapazes de gerar os empregos necessários.¹⁶ E essas são, portanto, as razões que apontam para a necessidade de implementação de políticas de emprego como única forma de se evitar crescentes massas de desempregados e o grave problema social decorrente, já que no Brasil não existe seguro desemprego.

Como último comentário, frise-se que a hipótese sobre o comportamento da economia, tipo stop-and-go, com taxas de crescimento do produto negativas ou positivas em torno de zero, é uma hipótese otimista. Dada a profundidade da crise internacional e seus desdobramentos a nível nacional, não está descartada a possibilidade de manifestações do tipo crash, com falências generalizadas, o que implicaria elevação do desemprego a níveis isuportáveis, quando então as políticas de emprego seriam mais que nunca necessárias.

3.2 PROPOSTAS DE POLÍTICA DE EMPREGO

O presente item será subdividido em dois subitens. No primeiro, Recomendações Gerais, será tratado a possível linha de conduta dos estados frente à atual política econômica do Governo Federal. Em outras palavras, o que se propõe é uma

¹⁶Os recentes dados sobre a Renda Interna do Paraná para 1981, apontam uma queda de -6,28% na Renda Industrial. Já os serviços cresceram somente em 3,66%, índice este positivo, devido basicamente ao crescimento de 42,8% dos Intermediários financeiros. RENDA interna do Paraná na década de 70. Boletim de Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES - Fundação Edison Vieira, 4(8):13-8, ago./set. 1982.

listagem de posições que os representantes do Paraná poderiam defender junto ao Governo Federal, visando a preservação do nível de emprego frente à crise. Ainda nessas recomendações gerais, indica-se um conjunto de medidas econômicas e institucionais que o Governo Estadual poderá implementar também com o intuito de melhorar as condições locais de mercado de trabalho. Já no segundo tópico, Programas de Emprego, serão propostos programas específicos de gasto público, visando elevar o nível de emprego no Estado.

3.2.1 Recomendações Gerais

A partir de 1964 no Brasil, foi-se processando uma crescente concentração de poder político e econômico nas mãos do Governo Federal. A concentração do poder político tinha como um de seus instrumentos as eleições indiretas dos governadores, as quais foram se tornando simplesmente um mecanismo de referendo do candidato escolhido pelo poder central. Por outro lado, a concentração do poder econômico se apoiou fundamentalmente na reforma tributária de 1966, a qual reduziu a participação relativa dos estados e municípios no bolo tributário. Nessas circunstâncias se compreende facilmente por que as decisões políticas se concentravam em Brasília, cabendo aos governadores simplesmente seguirem a orientação Federal praticamente em todas as áreas de sua atuação, ou seja, nas áreas econômicas, sociais e de segurança.

As eleições de 1982 trazem uma alteração nesse quadro, pois os novos governadores conquistaram seus mandatos em eleições diretas, o que significa que a fonte do poder foi transferida das mãos do governo central para o voto popular. Por

outro lado, a política econômica do Governo Federal frente à crise vai perdendo apoio de importantes segmentos sociais. Assim, a nova autoridade dos Governadores e a perda de credibilidade da política econômica atual, poderiam abrir possibilidade que os governos estaduais tracem suas próprias políticas locais e por intermédio do Congresso poderiam também defender novas propostas junto ao Governo Federal. Por isso mesmo, entende-se que no caso específico das políticas de emprego, o governo estadual possa e deva defender providências do Federal e também implementar, dentro de suas possibilidades, políticas contra o desemprego.

Como se explicitou o Marco Geral e no primeiro tópico deste item, é fundamental garantir o crescimento econômico, mais precisamente o crescimento industrial, para que o mercado absorva adequadamente a mão-de-obra. Daí que os governos estaduais deveriam defender junto ao Governo Federal que este defina claramente uma política industrial de médio e longo prazos. Em outras palavras, pode-se argumentar que mesmo levando em conta as limitações impostas pelo balanço de pagamentos, seria viável implementar uma política industrial que possibilitasse a retomada do crescimento desse setor. Esse ponto é de fundamental importância, pois na ausência dessa política, seria praticamente impossível a qualquer estado realizar qualquer política para sua Indústria.

Também quanto à política agrícola, é importante lutar contra a atual política recessiva, a qual principia a reduzir a renda agrícola através de quedas de preços relativos da agricultura e do corte de subsídios. Por outro lado, deve-se defender uma política que permita o crescimento da produção agrí-

cola para consumo interno e para exportação, pois somente a partir de então o Paraná poderia encaminhar sua própria política para a agricultura, e no bojo dessa política deverão aparecer as medidas destinadas a reduzir o êxodo rural.

Outras questões a serem levantadas junto ao Governo Federal são, em primeiro lugar, que esse deveria acelerar o processo de colonização, via pequenas propriedades, nas áreas pioneiras. Em segundo, uma reforma tributária, que aumentasse a participação dos estados e municípios no bolo tributário, e não a reforma que, ao que tudo indica, pretende o Governo promover, a qual simplesmente redistribui entre os estados a atual parte que lhes cabe.*

Ainda na área de política econômica, o setor da Construção Civil deve ser objeto de atenção do Governo Federal, dada sua grande importância na geração de empregos, tanto a nível nacional como no próprio Paraná. Por isso mesmo, são urgentes as modificações na política do Banco Nacional de Habitação - BNH, que permitam o acesso à habitação principalmente àqueles setores sociais de mais baixa renda, que diante dos preços e condições de financiamento atuais, vêm ser obrigados a se tornarem favelados.

No campo específico da política de emprego, é importante chamar a atenção para a ausência de consenso sobre o assunto entre os membros do Governo Federal. Em 1981, quando se agravou o desemprego no País, o ministro Murilo Macedo defendia uma po-

*Além de maior participação dos estados na arrecadação tributária, pode-se defender que os vários fundos financeiros (FGTS, FINSOCIAL, etc.) poderiam ser administrados pelos próprios governos estaduais, segundo a contribuição de cada estado para esses fundos.

lítica de emprego via construção de moradias, tendo o BNH como instrumento. Entretanto, essa foi uma posição vencida entre os ministros; mas, diante do provável recrudescimento do desemprego em 1983, é possível que o tema volte à baila a nível do Governo Central, cabendo então aos representantes dos estados não somente apoiar as iniciativas de ministros que defendam tal política, como também apresentar planos a nível estadual a serem financiados no bojo das políticas de emprego do poder central. Esse último ponto é importante, principalmente no caso do Paraná, pois, por exemplo, em 1981, os planos do Ministério do Trabalho não contemplavam a aplicação de políticas de emprego nesse Estado, aparecendo como beneficiados somente São Paulo e Minas Gerais. É claro que o desemprego nesses dois últimos estados era grave, mas a situação do Paraná também não era normal e por isso mesmo é importante que o Governo Estadual se municie com estudos para defender a aplicação de políticas de emprego a nível local, levando em conta as especificidades regionais da questão do mercado de trabalho.

Um último ponto a ser defendido é que o Governo Federal redefina sua política trabalhista para minorar os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho. Deve-se estudar o estabelecimento do seguro desemprego para os trabalhadores da Indústria, pois esse mercado de trabalho tem sua especificidade, ou seja, o operário metalúrgico não pode ser transformado em trabalhador da agricultura ou da construção civil. Por outro lado, a forma atual de recolhimento das contribuições do INAMPS que recai sobre a folha de pagamento das empresas, poderia ser mudada, estabelecendo-se que as contribuições seriam fixadas segundo o faturamento das empresas. Tal procedimento protegeria as empresas que

Operam com baixa intensidade de capital, ou seja, as que empregam mais trabalhadores por unidade de capital, o que evidentemente protegeria o mercado de trabalho. Finalmente o Governo Federal pode promover acordos entre empresários e trabalhadores, visando evitar as demissões em massa. Na agricultura seria importante a efetiva extensão dos seguros sociais aos trabalhadores temporários, bem como o estímulo e proteção aos contratos de parceria, meação, etc., que poderiam ser defendidos por estímulos fiscais e por legislação apropriada.

Em síntese, é fundamental que o Governo Federal defina novas políticas para a Indústria e Agricultura, visando a retomada do desenvolvimento econômico. Entretanto, mesmo o abandono das atuais políticas recessivas seria incapaz de imediatamente promover a adequada reativação da economia e, portanto, é imprescindível a implementação de políticas de emprego e de novas políticas trabalhistas, para superar a grave questão do desemprego.

Trazendo agora essas recomendações para o plano estadual, volta-se a insistir que o fundamental seria a definição de políticas que possibilitassem o crescimento econômico do Estado. Entretanto, como já foi exposto, esse tipo de política depende da atuação do Governo Federal, sendo estreita a margem de manobra dos governos estaduais, os quais não seriam passivos na medida em que o poder central definisse tais políticas, pois deveriam adaptar as diretrizes gerais para as realidades regionais. Não cabe aqui expor planos econômicos não-recessivos para o Estado, os quais já foram detalhados em outro do-

cumento do IPARDES¹⁷ e essas recomendações se limitarão a pontos que visem especificamente a proteção do nível de emprego nos diferentes setores, levando em conta a crise econômica. O princípio que norteia essas recomendações é que é menos oneroso para o governo evitar o desemprego, via manutenção dos postos de trabalho existentes, do que criar novos empregos em outras áreas.

O objetivo a ser defendido para a agricultura é o de reduzir ao máximo as migrações do campo. Como já se expôs, os pequenos produtores com ou sem terras foram os mais afetados pela emigração nos últimos dez anos.* É evidente que a política agrícola do Governo Federal e a crise econômica já vêm provocando redução na renda líquida da agricultura e urge, portanto, que o Governo Estadual implemente medidas de proteção aos pequenos produtores.

É fundamental que o Governo Estadual crie linhas de crédito especiais que efetivamente atendam os pequenos proprietários. Não somente crédito de custeio mas também o de investimento devem ser expandidos, evitando-se ao máximo as exigências burocráticas e tornando mais amenas as exigências bancárias para que se possa manter o nível de produção e emprego nesses estabelecimentos. É importante, por outro lado, a criação de seguros que garantam uma renda mínima a esses pro-

*As políticas para os trabalhadores temporários serão tratadas mais adiante.

¹⁷IPARDES - Fundação Edison Vieira. Subsídios ao plano de governo. Curitiba, 1982. 2v.

dutores, diante das incertezas climáticas e de possíveis quebras de preços agrícolas decorrentes da crise. Finalmente deve ser prestado todo apoio técnico e desenvolvidas pesquisas que visem a criação de tecnologia adequada à crise e à pequena produção.

As medidas acima devem ser estendidas aos produtores sem terra. Entretanto, como esses foram os mais penalizados na última década, necessitam de maiores medidas protetoras. Assim, a nível Federal poderiam ser estudados mecanismos tributários que incentivassem a redução dos preços dos arrendamentos de terras e também legislação que protegesse os parceiros, meeiros, etc. Por outro lado, a crise provoca desvalorização relativa das terras e, aproveitando os baixos preços, o Governo Estadual poderia formar estoques de terras e financiar a venda a produtores não-proprietários, garantindo assim a expansão do número de pequenos proprietários.

Na área da indústria e serviços, as pequenas e médias empresas devem ser atendidas, já que são débeis econômica e financeiramente e onde a crise pode provocar falência e desemprego. É importante facilitar créditos a baixos juros, conceder isenção de taxas e impostos municipais e estaduais; prestar assistência técnica e gerencial, etc. Poderia ser estimulada a criação de cooperativas de compras para as pequenas empresas comerciais e industriais, visando reduzir custos de operação.

Na hipótese de se agravar o desemprego, o Estado poderia fornecer cupons que garantissem a distribuição gratuita de alimentos aos desempregados, via comércio estabelecido. Em outras palavras, esses cupons distribuídos pelo governo poderiam

ser trocados por alimentos e o comerciante receberia do Governo contra a apresentação do cupon. Essa medida, além de minorar as dificuldades da população, permitiria a manutenção de atividade no comércio e impediria a queda da demanda tanto de produtos agrícolas como da indústria de alimentos, cujo emprego é expressivo no conjunto do mercado de trabalho da Indústria. Deve ainda o Estado desenvolver e ampliar cursos de nível técnico, ouvindo os industriais para se informar sobre os tipos de trabalhadores qualificados, dos quais a indústria é carente no momento.

Ainda na área urbana, também deveriam ser isentos de taxas e impostos os autônomos, ou seja, os pequenos vendedores ambulantes, vendedores de serviços, etc. Também esses agentes poderiam ter acesso a cooperativas de compras que garantissem a venda de matérias-primas, produtos a serem comercializados e mesmo instrumentos de trabalho a baixos preços e financiados.

Finalmente, o Governo deveria definir nova política de recursos humanos na área do funcionalismo público. O nível de emprego pode e deve ser mantido e mesmo ampliado. Por outro lado, é importante a implementação de cursos de reciclagem que permitam a realocação de funcionários para as áreas mais carentes. Como o Governo Estadual é importante empregador de pessoal de nível superior, é uma das áreas menos dotadas de recursos é a das pesquisas científicas e tecnológicas, seria razoável aumentar o emprego e dotações para institutos de pesquisas e para as universidades estaduais, ampliando-se também os cursos de pós-graduação.

3.2.2 Programas de Emprego

No Marco Geral se deixou claro que um dos mais efetivos instrumentos de política de emprego é representado pelos gastos públicos em áreas onde seja alta a criação de empregos por unidade de capital despendido. A primeira questão que se coloca então seria: para que áreas dirigir o gasto público visando criar empregos? Esses gastos, a princípio, poderiam ser realizados na construção de infra-estrutura econômica (energia, transporte) ou na área social (educação, saúde, habitação e saneamento). A opção claramente deve-se inclinar para os gastos sociais, por várias razões. Em primeiro lugar, essa área foi relegada a segundo plano nos orçamentos federais e estaduais nas últimas décadas, com suas dotações caindo em relação aos gastos globais. Em segundo, existe atualmente no Paraná uma oferta maior que a demanda de energia elétrica e a infra-estrutura econômica (estradas, portos, etc.) atende a contento as necessidades do Estado. Em terceiro, é na área social onde atualmente se concentram as maiores carências, sendo também os gastos sociais instrumentos de melhoria na distribuição de renda, pois permitem elevar o baixo padrão de vida de grande parte da população. Finalmente, esses gastos são os que criam maior volume de emprego por unidade de capital, a participação da mão-de-obra (porcentagem do investimento que é dirigido para pagamento de salários) era alta nos gastos sociais, atingindo 40% para os prédios escolares, 30% para habitação, 39% para rede de água e 61% para rede de esgoto. Ora, esta participação, por exemplo, na construção de estradas de rodagem atingia somente 6 a 15%, dependendo da tecnologia utilizada. Entretanto, nesse tópico serão contemplados (programas

especiais) outras áreas que não as sociais.

3.2.3 Programa de Habitação Popular

Um dos problemas sociais mais graves atualmente no Paraná é a insuficiência de moradias populares a preços acessíveis, o que vem provocando progressiva favelização não somente de cidades do interior como também de Curitiba, que era uma das únicas capitais do Brasil, onde até recentemente eram inexistentes as favelas. Em 1981, estimava-se o déficit habitacional do Estado em 120 000 unidades, sendo 90 000 no interior (10 000 em Londrina) e 30 000 em Curitiba.

Um dos obstáculos mais sérios para a compra de casa própria é a baixa renda de grande parte da população. Na hipótese do BNH não mudar suas regras de atuação, deveria o Governo Estadual estudar fórmulas que permitissem o acesso das populações de baixa renda às casas populares. Poderia ser tentada negociação de empréstimos junto ao BNH, dentro das normas desse agente financeiro, arcando o Estado com as amortizações e as casas construídas seriam alugadas a baixos preços às populações carentes. O Governo Estadual poderia ainda subvencionar parcialmente a venda de casas cobrindo a diferença junto ao BNH. Por outro lado, sabe-se que o valor dos terrenos pesam expressivamente no preço de casa popular, principalmente em Curitiba, e, portanto, o Estado e municípios poderiam vender a preços baixos terrenos de sua propriedade para construção de conjuntos habitacionais.

É importante, portanto, que o Governo Estadual aumente os gastos totais com habitação, reduzindo os preços de venda ou alugando, o que aumentaria a demanda de casas, e esse plano, levado inclusive para as regiões rurais, se transformaria em importante instrumento de geração de empregos, não somente para pedreiros, carpinteiros, etc., mas também, para engenheiros, arquitetos, etc.

3.2.4 Educação

Na área da educação, sem dúvida a maior carência do Paraná diz respeito à pré-escola. A crescente participação da mulher no mercado de trabalho, vem criando, principalmente nos centros urbanos, o problema social da criança que praticamente não tem vida familiar. Impõe-se, portanto, um amplo programa de construção de creches e pré-escolas, o que além do aspecto educacional, poderia ainda melhorar o padrão alimentar das crianças de famílias mais carentes.

A construção escolar apresenta altíssimo coeficiente de participação de mão-de-obra (40%), ou seja, nesse tipo de obra, 40% do custo é representado pelos salários. Por outro lado, as creches implicam em criação de postos de trabalho fixo para professoras, psicólogas, faxineiras, cozinheiras, etc.

3.2.5 Saúde

Os gastos com saúde pública, traduzem-se principalmente na construção e manutenção de postos de saúde, hospitais, etc. Tal como na área da Educação, apresentam alto coeficiente de criação de empregos tanto na Construção Civil como também criam postos de trabalho na própria Secretaria de Saúde (médicos,

enfermeiras, atendentes, etc.). Particular atenção deve ser dada aos trabalhadores rurais volantes que, em grande parte, não têm acesso à Previdência Social. Finalmente, na medida em que fossem sendo atendidas as necessidades básicas de postos de saúde e hospitais, novas modalidades de atendimento devem ser implementadas, como o atendimento por dentistas, etc.

3.2.6 Saneamento

No Estado do Paraná não há atendimento de água em 15 municípios e em 272 não há atendimento de esgoto. Além disso, o atendimento é feito somente às populações urbanas. E dessas, 18% não recebe atendimento de esgoto (maio/82). Segundo estudo da própria SANEPAR,¹⁸ as metas do PLANASA serão alcançadas satisfatoriamente no que concerne ao abastecimento de água, perto de 82% da população urbana, em fins de 1982.

No entanto, a situação do sistema de esgotos sanitários que já é precária no Estado, apenas 19% da população era atendida, a situação permanecerá com um significativo déficit.

Essa situação, "... aliada à escassez de recursos que deverá persistir para os próximos anos, tornará bastante difícil o alcance do PLANASA, ou seja, a de atender até 1990, 64% da população urbana do Estado...".¹⁹

Uma política de saneamento deve ser implementada sem ter preocupações de rentabilidade, pois os prejuízos causados à saúde, bem-estar e à produtividade, produzidos pela disseminação

¹⁸COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Estudo de viabilidade global: Companhia de Saneamento do Paraná/SANEPAR; período de estudo de 1983 a 1987. Curitiba, s.d.

¹⁹Idem

de moléstias transmitidas por via hídrica, por si sô justificam a canalização de recursos para esse setor. Além disso, do ponto de vista da geração de emprego, o setor apresenta considerável capacidade de absorção de mão-de-obra. Os investimentos canalizados para a rede de água e esgoto proporcionam o maior número de emprego por unidade de capital aplicado, em comparação com os demais investimentos governamentais. Os investimentos na rede de água e esgoto participaram de 13,15% do investimento total e geraram 24,83% do volume de emprego gerado em 1981.

Portanto, recomenda-se a adoção de programas de saneamento que busquem reduzir o déficit e ampliar as oportunidades de emprego.

3.2.7 Programas Especiais

Os programas especiais visam atender, ainda que de forma não-exclusiva, os trabalhadores temporários da agricultura e também os pequenos proprietários de baixa renda e suas famílias. Como a demanda de trabalho na agricultura não é regular ao longo do ano e também varia em anos de secas etc., esses programas devem ser concentrados nos meses ou anos em que estiver baixa a demanda de trabalho na agricultura e podem funcionar como elemento de organização do mercado de trabalho rural, pois retendo a mão-de-obra nos momentos de baixa demanda, garantem, por outro lado, a oferta de trabalho nos momentos de pico da demanda da agricultura.

Os programas especiais devem ser implementados não somente nas regiões onde é grande o número de trabalhadores temporários

(que são 130 000 na região norte e 20 000 no Externo-Oeste), mas também nas regiões onde predominam pequenos proprietários com baixa renda, como por exemplo no chamado Paraná tradicional. Levando em conta tais fatores, os gastos nos programas especiais deveriam se concentrar na Região Norte nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, na região Oeste nesses mesmos meses e também março, junho e agosto e nas demais regiões os meses de menor demanda de trabalho são os de janeiro, fevereiro, março, julho e agosto.

Esses programas, ademais de organizar o mercado de trabalho local, na medida que garantam a demanda regular de trabalho, podem ser importantes na retenção de mão-de-obra no campo, principalmente dos membros da família dos pequenos proprietários. Por outro lado, podem também eliminar o caráter itinerante do trabalhador temporário e com isso permitir-lhe não somente um nível melhor de organização, para a defesa de seus interesses, como também, na medida em que se torna sedentário, permite o acesso à educação, à assistência médica, etc. dos membros da família e também pode permitir a compra da casa própria.

Uma primeira área a ser atendida é aquela das pequenas obras nos municípios, tais como a construção e conservação de estradas vicinais, construção e conservação de vias públicas, a pavimentação de ruas com paralelepípedos, etc. É importante frisar que essas obras normalmente são realizadas com baixos índices de mecanização e, portanto, é alto o volume de emprego gerado por unidade de capital investido.

Poderia ainda ser desenvolvido um amplo programa de combate à erosão, mal que atinge cerca de 150 municípios do Paraná. Esse programa poderia ser executado pelo próprio Governo

do estado, em acordo com os proprietários de terras, os quais amortizariam os gastos a longo prazo. Finalmente, o reflorestamento pode ser utilizado como instrumento de política de emprego, o que permitiria não somente utilizar terras não agricultáveis atualmente, como também empregar expressivo número de trabalhadores rurais.

3.3 POLÍTICA ECONÔMICA E O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO

Neste tópico serão discutidos alguns problemas de política econômica relacionados com o tema do nível de emprego. Em primeiro lugar, um projeto de política de emprego a nível estadual poderia sofrer objeções, dado que não somente a crise econômica tem uma dimensão nacional como também, hoje no Brasil, o mercado de trabalho é nacional. Como já se fez referência, atualmente existe certa margem, do ponto de vista político, para os governos estaduais e uma política de emprego poderia ser levada a cabo. Assim, o governador eleito do Rio de Janeiro já declarou que o desemprego é o principal problema do seu estado e se dispõe a criar uma Secretaria de Trabalho que teria por objetivo a implantação de políticas de emprego. Também o governador eleito de São Paulo, em declarações, propõe executar tais políticas. Portanto, poderia haver a perspectiva de ação conjunta no Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná cujos governadores poderiam concertar conjuntamente planos de luta contra o desemprego em seus respectivos estados. Por outro lado, essa ação conjunta é mais do que nunca necessária, pois se por exemplo, mais da metade dos migrantes do Paraná nos anos 70 se dirigiu para São Paulo, hoje essa alternativa está descartada: lá não encontrariam nem as precárias condições de trabalho que encontraram na última década. Em síntese, o dramático da situação atual é que os desempregados não encontram al-

ternativas, dada a dimensão nacional da crise, e o Paraná teria, a partir de agora, de conviver com seus desempregados já que está descartada a possibilidade de "exportação de desemprego" como na última década.

Uma objeção levantada pelos representantes do Governo Federal contra a política de emprego defendida pelo ministro Murilo Macedo é que essa política reaqueceria a economia e, portanto, resultaria em pressões sobre a Balança Comercial pelo lado das importações. O argumento era que havia uma relação precisa entre o crescimento econômico interno e as importações, ou seja, a cada crescimento de 1% do produto interno as importações cresceriam a uma determinada fração de 1%. É evidente o caráter abstrato da colocação, pois projeta-se para o futuro um coeficiente de importação estático, quando seria necessário conhecer que setores cresceriam e que setores se retrairiam com uma política que está alterando um determinado padrão de acumulação e, portanto, altera também o coeficiente de importações.

Nessas condições, qualquer política industrial para o Brasil deve promover o crescimento de setores com baixos coeficientes de importações, aqueles setores que substituam importações e também aqueles que permitam aumentar as exportações. Em síntese, deve-se desenvolver um novo padrão de acumulação que leve em conta a restrição do Balanço de Pagamentos e que altere, portanto, o coeficiente de abertura da economia para o exterior. É nesse marco que definem as políticas de emprego, pois essas estimulam setores com baixo coeficiente de importação, ou seja, a Construção Civil, a Indústria de Materiais de Construção e também, através do aumento da massa de salários, a produção de meios de consumo não-durável. E levando também em conta as res-

trições acima, é que tal política deve se orientar para a área social, onde é grande o peso dos serviços (educação, saúde), e portanto, também é reduzido o coeficiente de importações.

Outro ponto a ser discutido, primeiramente num plano genérico, é a questão do financiamento das políticas de emprego. Como ficou evidente, essas políticas seriam necessárias exatamente nos momentos de crise, quando cai a receita tributária, o que poderia levar a objeção de que não haveria recursos disponíveis por parte do Governo. Essa é nitidamente a visão de teoria econômica convencional e a política que é implementada no Brasil, seguindo a receita do Fundo Monetário Internacional - FMI -, encaixa-se perfeitamente nesse marco teórico. Como a crise provoca retração nas receitas do Estado, recomenda-se então o corte no gasto público, como maneira de atingir o equilíbrio orçamentário. Ora, esse corte, dada a dimensão da participação do gasto público na Renda Nacional provoca redução nos níveis de produção e, conseqüentemente, novas quedas na receita tributária. A ação dessa política pode-se comparar com o cão que tenta alcançar a própria cauda, pois nem se alcança o equilíbrio orçamentário e "de quebra" se eleva o desemprego, provoca-se falências, etc.

Historicamente essa política ortodoxa foi seguida após 1929 na Alemanha pelo Governo Social Democrata e nos Estados Unidos pelo Presidente Hoover, e, diante dos resultados catastróficos, ambos os países abandonaram esse caminho em 1933. Nos Estados Unidos, a política de recuperação econômica e de emprego foi financiada simplesmente com déficits orçamentários e na Alemanha o ministro das Finanças implementou engenhoso plano de pagamentos de obras, com letras do tesouro, com vencimentos de-

fasados no tempo, de maneira que a própria reativação da economia e a consequente elevação da receita tributária, financiavam parcialmente os gastos públicos em obras do período anterior. Finalmente, é importante chamar a atenção que no Brasil, após 1929, o Presidente Vargas também realizou políticas de gasto público (compra de café, com base na expansão do crédito) que impediu quedas insuportáveis da renda interna e mesmo permitiram a recuperação da economia, de forma que, a partir de 1933 o País volta a crescer, sendo um dos primeiros do mundo a se recuperar da crise.

Precisando melhor a questão do orçamento, não é qualquer déficit que tem efeito positivo sobre o comportamento da renda. Um déficit como atualmente o do Brasil, devido basicamente ao aumento de despesas financeiras com a dívida pública, ou mesmo o déficit das estatais que são resultantes da obrigação por elas assumida de tomar empréstimos no exterior, não têm efeito sobre o nível de atividade econômica. É importante ainda frisar que tais déficits não foram provocados por que "se gastou muito", mas são resultado não somente da brutal elevação das taxas de juros internas e externas, mas também da redução do nível de atividade econômica, das quedas nos preços das exportações, etc. Tal como o galo da fábula que acredita que o sol se levanta devido a seu canto, as receitas do FMI concebem como causa (déficit público, crescimento da dívida externa, etc.) o que é feito da crise econômica.

Voltando agora ao Paraná, as políticas de emprego teriam não somente efeito na elevação do emprego mas também da renda interna. Em primeiro lugar, os gastos com saúde, habitação, saneamento, educação criam empregos na Construção Civil e na

Administração Estadual, elevando, portanto, a massa de salários da economia, o que reativaria basicamente o nível de atividade nas indústrias de bens de consumo não-duráveis. Por outro lado, aumentam ainda a demanda da indústria de materiais de construção, o importante aqui é frisar que praticamente todos os setores dinamizados estão instalados no Paraná e que, portanto, os efeitos multiplicadores do aumento do gasto público seriam na maior parte retidos no próprio Estado; sendo então a elevação do nível de emprego muito maior do que aquela que foi apontada no tópico sobre os Programas de Emprego, pois deve-se considerar os efeitos multiplicadores desses programas sobre a economia.

Também a arrecadação tributária do Estado se elevaria com o aumento dos gastos públicos. Segundo cálculos um aumento de Cr\$ 1,00 no gasto público faria com que a renda do Estado aumentasse em Cr\$ 4,56 e a receita tributária em Cr\$ 0,21.²⁰ Apesar desses cálculos estarem baseados numa determinada estrutura de gastos, que seria alterada com as políticas de emprego, são importantes para esclarecer, em primeiro lugar, a grave queda nos níveis de atividade que seriam produzidos por cortes no gasto público e também como esses cortes não resultariam em equilíbrio orçamentário, dada a queda de arrecadação que acarretariam.

Um mecanismo de financiamento do aumento do gasto público, seria um déficit administrável do orçamento. Por outro lado, poderia haver um aumento da dívida pública, que no Paraná, segundo informações disponíveis, ainda se situa num nível manejável, à diferença de outros estados do Brasil, pois o ser-

²⁰ FUNDAÇÃO IPARDES - Modelos de evolução e projeção econômica do Estado. Curitiba, 1980. 90fl.

viço da dívida ainda não atinge níveis muito altos (tabela 53).

TABELA 53 - PERCENTAGEM DO SERVIÇO DA DÍVIDA PÚBLICA SOBRE A RECEITA DO TESOURO - 1979-83

ANOS	(SERVIÇO DA DÍVIDA/RECEITA DO TESOURO) %
1979	10,0
1980	10,7
1981	7,7
1982	8,8
1983*	11,8

FONTE: SEPL - Orçamento Programa - 1983

*Previsão

Outra possibilidade para o financiamento das políticas de emprego, ainda que essa seja a forma menos desejável, seria o deslocamento de gastos de setores com mais baixos efeitos sobre o emprego, para aqueles que foram apontados, nos quais os gastos têm alta participação de mão-de-obra. É imperioso também que se lute para manter o nível das transferências federais. Ademais, poderia o Estado lutar pela participação nos programas do FINSOCIAL, cujos fundos, ao que tudo indica, seriam distribuídos a outras regiões que não o Sul e Sudeste. Se o BNH concordasse que o Governo Estadual subvencionasse ou alugasse casas populares, o tesouro estadual simplesmente teria como acréscimo de despesas somente a diferença entre o aluguel recebido e a prestação devida ao BNH, então o montante correspondente ao subsídio.

Finalizando, chamamos a atenção para os seguintes comentários sobre o Orçamento, aprovado para 1983:

fica claro, primeiramente, que a programação das despesas do Estado para 1983 acompanha de perto as orientações do Governo Federal diante de uma situação de crise econômica, ou seja, é prevista uma contenção dos gastos públicos, em especial nos setores de energia elétrica, saneamento, transportes e saúde. Segundo, crescem em volume e participação relativa as despesas com atividades financeiras.²¹

Como é evidente, a cumprir-se o Orçamento de 1983 se farão sentir no Paraná os desastrosos efeitos das diretrizes seguidas pelo Governo Federal.

3.4 INSTRUMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE EMPREGO

Para a efetiva implementação de políticas de Emprego no Paraná é necessária certa adequação de sua estrutura administrativa. A execução de tais políticas implica coordenar a atuação de vários órgãos e secretarias (Agricultura, Indústria e Comércio, Saúde e Bem-estar Social, Educação, Banco do Estado, etc.) numa ação dirigida à máxima criação de empregos. Evidentemente que se deve respeitar a hierarquia administrativa e, portanto, o mais indicado seria a criação de um Conselho ou Coordenadoria da Política Estadual de Emprego que se vincularia ao gabinete do Governador o que lhe confere portanto, autoridade frente aos distintos órgãos estaduais envolvidos.

Esse órgão a ser criado, além de ter a função de instrumentalizar os programas de emprego, deverá articulá-los entre si. Essa articulação tem dois aspectos. De um lado articular os programas entre si e de outro articular as esferas de poder

²¹IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. O orçamento do Estado para 1983; versão preliminar. Curitiba, 1983.

federal, estadual e municipal.

Uma outra definição, a nível de instrumento de política de emprego, seria a criação de um serviço de colocação de mão-de-obra, (Agência Estadual do Emprego) para agilizar as informações sobre as situações do mercado de trabalho.

Essa agência centralizaria todos os serviços dirigidos aos desempregados, como curso de formação, ajuda ao desempregado, assistência para os desempregados e as suas famílias.

Os órgãos como o SINE e DETEPAR deveriam sofrer uma revisão quanto à sua eficácia e agilidade, o que lhes possibilitaria posteriormente se tornarem "Agência Estadual do Emprego".

Como ficou claro, manteve-se neste Estudos para uma Política de Emprego para o Paraná uma postura de simplesmente fazer indicações gerais, pois não haveria condições, nem seria razoável, estabelecer-se propostas detalhadas prontas para execução. Na verdade, tais projetos deveriam ser elaborados pelo órgão que executaria as políticas de emprego, em ação conjunta com os diferentes órgãos estaduais, tais como as Secretarias da Educação, Saúde, obras, COHAPAR, etc. Entretanto, seria fundamental a ampla discussão de tais projetos tanto na Assembléia, como também deveriam ser ouvidos nos órgãos executivos os representantes de sindicatos, os prefeitos municipais, as associações profissionais de classe, como a dos engenheiros, médicos, professores, etc.

Finalmente, um último ponto a ser enfrentado a nível estadual seria a promoção de estudos e pesquisas sobre o mercado de trabalho, salários, padrão de vida, etc. É de fundamental importância o conhecimento mais aprofundado da dinâmica do mercado de trabalho, principalmente na área, sobre a qual são

escassas as informações. Assim, pode-se desenvolver estudos de campo que dessem conta da situação e evolução do emprego rural, do padrão de vida e das carências maiores dos trabalhadores do campo. O acompanhamento conjuntural do nível de emprego também deve ser realizado e poderiam ser montados indicadores para as diferentes regiões do Estado, o que pode se constituir em importante fonte de dados para informar a ação contra o desemprego. Também deveriam ser promovidas pesquisas na área urbana sobre padrão de vida, condições de trabalho, particularmente sobre o chamado Informal, sobre o qual são esparsas as informações. Com base no conjunto de informações que fossem sendo obtidas poderiam ser melhor conhecidas as relações intersetoriais e, portanto, os multiplicadores do emprego no Estado. O órgão mais adequado para a elaboração dos estudos acima seria o IPARDES, que deveria operar em colaboração com os órgãos executivos da política de emprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ. Estudo de viabilidade global: Companhia de Saneamento do Paraná/SANEPAR; período de estudo de 1983 a 1987. Curitiba, s.d.
2. DIEESE. Pesquisa de padrão de vida e emprego; relatório preliminar. São Paulo, 1982, 36p.
3. EMPREGO no Paraná - janeiro-setembro 1982. Boletim de Análise Conjuntural, Curitiba, 4(11):6-8, nov.dez. 1982.
4. FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico do Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1982.
5. FUNDAÇÃO IPARDES. Modelos de evolução e projeção econômica do Estado. Curitiba, 1980. 90 fl.
6. INDJAIAN, A. O sistema financeiro de habitação. Campinas, 1978. Tese, Mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
7. INTERNACIONAL LABOUR OFFICE. Employment objectives in economic development. Genebra, 1961. Citado por BACS, Werner & HERNÉ, Michel. Emprego e industrialização nos países em desenvolvimento.
8. IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Análise do emprego no Paraná. Curitiba. 1982.
9. _____. Subsídios ao plano de governo. Curitiba, 1982. 2v.
10. _____. O orçamento do Estado para 1983, versão preliminar. Curitiba, 1983.
11. MACEDO, R. Emprego Industrial: A recuperação não virá em 1982. Informações FIPE, São Paulo, (22): 1 jan./1982.
12. O MERCADO de trabalho agrícola no Paraná. DERAL, CEPA/Pr., Curitiba. p.39.
13. RENDA interna do Paraná na década de 70. Boletim de Análise Conjuntural, Curitiba, IPARDES - Fundação Edison Vieira, 4(8):13-8, ago./set. 1982.
14. SCHUMPETER, J.A. Capitalism, Socialism and democracy. Londres. Georg Allen & Unwin Ltd. 1946.
15. SAIM, C., SILVA, L.C., CAMARGO, L. Política econômica e política de emprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 9., Olinda, 8-11, dez. 1981. IV Encontro Nacional de Economia. Brasília, ANPEC, 1981. p.915-30.
16. SOUZA Paulo Renato. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, 1980. Tese, Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
17. _____. Emprego e renda na "pequena Produção" urbana no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 11(1):57-82, mar. 1981.